



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO GESTÃO E TECNOLOGIAS
APLICADAS À EDUCAÇÃO - GESTEC
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO 1 – GESTÃO DA EDUCAÇÃO E REDES
SOCIAIS**

MARCOS CÉSAR DOMINGOS FERREIRA

Modelagem de um Sinalário em LIBRAS para estudantes do ensino profissional tecnológico com deficiência auditiva e surdez: com base na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Salvador

2022

MARCOS CÉSAR DOMINGOS FERREIRA

Modelagem de um Sinalário em LIBRAS para estudantes do ensino profissional tecnológico com deficiência auditiva e surdez: com base na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

Relatório de pesquisa apresentado ao Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC da Universidade do Estado da Bahia - UNEB, vinculado ao Departamento de Educação – DEDC – Campus I, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Educação.

Orientador: Prof. Dr. José Cláudio Rocha

Salvador
2022

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

FERREIRA, MARCOS CESAR

Modelagem de um Sinalário em LIBRAS para estudantes do ensino profissional tecnológico com deficiência auditiva e surdez : com base na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) / MARCOS CESAR FERREIRA. - Salvador, 2022.

114 fls : il.

Orientador(a): José Rocha.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Educação. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação - GESTEC, Campus I. 2022.

1.Deficiência Auditiva. 2.Educação inclusiva. 3.Lei 13.146/2015.
4.Libras. 5.Surdos.

CDD: 407

<https://portal.uneb.br/sisb/ficha-catalografica/>

FOLHA DE APROVAÇÃO

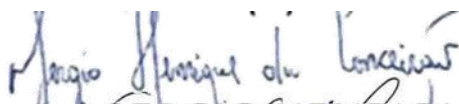
Modelagem de um Sinalário em LIBRAS para estudantes do ensino profissional tecnológico com deficiência auditiva e surdez: com base na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

MARCOS CÉSAR DOMINGOS FERREIRA

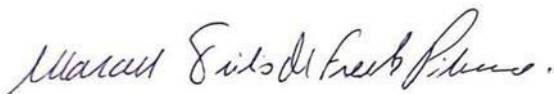
Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Programa de Mestrado Profissional Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação – GESTEC vinculado ao Departamento de Educação – DEDC – Campus I, Área de Concentração I - Gestão da Educação e Redes Sociais, em 20 de maio de 2022, como requisito para obtenção do título de Mestre no Mestrado Profissional em Educação pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, conforme avaliação da seguinte Banca Examinadora:



Professor(a) Dr.(a) JOSE CLAUDIO ROCHA
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia



Professor(a) Dr.(a) SÉRGIO HENRIQUE DA CONCEICAO
UNEB
Doutorado em Educação e Contemporaneidade - PPGEduc
Universidade do Estado da Bahia



Professor(a) Dr.(a) MARCUS TULIO DE FREITAS PINHEIRO
UNEB
Doutorado em Educação
Universidade Federal da Bahia



Professor(a) Dr.(a) PEDRO CUNHA DE LIMA
Ifba - IFBA
Doutorado em Sistemas Mecatrônicos
Universidade de Brasília

AGRADECIMENTOS

A conclusão do relatório de pesquisa de defesa do mestrado indica o fechamento de mais um ciclo acadêmico, o qual não seria possível, ou não teria suas peculiaridades, sem as pessoas que se fizeram presentes nessa caminhada.

Portanto, quero iniciar a apresentação desse relatório de pesquisa agradecendo primeiramente a Deus que me inspirou este projeto, pelo dom da vida e o fôlego diário para ir em busca dos meus objetivos.

Agradeço aos meus pais, Milton Domingos Ferreira e Therezinha Marcellino Ferreira, por todo amor manifestado em forma de orientações e educação, ensinamentos de vida, incentivos e apoio incondicional.

Aos meus filhos, pelas trocas constantes de carinho, tolerância que acalentam o coração.

À minha digníssima esposa Micheline Oliveira Ferreira pela paciência, pela dedicação oferecida, pelos muitos conselhos, pelos momentos de companheirismo e pela compreensão nos momentos de ausência.

Ao professor Dr. José Cláudio Rocha registro a minha imensa e honrosa gratidão que desde a banca de admissão à GESTEC, acreditou no meu projeto de pesquisa, pela oportunidade de me orientar e por todo o direcionamento na construção deste trabalho.

Às professoras Celeste Pacheco e Lídia Boaventura Pimenta por se doarem durante às disciplinas Pesquisa Aplicada, Desenvolvimento e Inovação I, II e III; pelo apoio e contribuições na construção dessa pesquisa.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) pela oportunidade de realizar este trabalho, principalmente aos Intérpretes de Libras e os estudantes surdos que me deram apoio e auxílio para a construção deste trabalho.

Não poderia deixar de dar meus agradecimentos ao Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades (CRDH) da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), centro de pesquisa considerado estratégico para o desenvolvimento científico-tecnológico da Bahia. Que dentre outras coisas, atua nas áreas de Educação em Direitos Humanos, diversidade, cultura da paz e inclusão.

E a todos que colaboraram de alguma maneira para tornar esse sonho real...

Muita gratidão!

RESUMO

O presente relatório de pesquisa apresenta uma contribuição para a melhoria do ensino e aprendizagem dos alunos surdos e com Deficiência Auditiva (DA) e tem como objetivo elaborar uma modelagem de um Sinalário em Libras, cuja proposta é ampliar o vocabulário por meio da criação de um dicionário de palavras para alunos de ensino profissional e tecnológico com DA do curso Técnico em Mecânica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) Campus Salvador na disciplina Elementos de Máquinas (EM). Este tipo de relatório de pesquisa se justifica, principalmente, pela possibilidade de verificar como tem ocorrido a inserção de alunos surdos na Educação nos últimos anos, considerando a opção do governo brasileiro, especialmente a partir de 2008, pela efetivação da educação inclusiva, proposta respaldada pela defesa da educação para todos, sem distinção com base na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). O perfil dos alunos surdos participantes do projeto é semelhante aos demais estudantes do IFBA, Campus Salvador. São estudantes oriundos das classes mais vulneráveis e da rede pública de ensino, em sua maioria apresentando vulnerabilidade socioeconômica, cujos pais e responsáveis pertencem às classes trabalhadoras. Portanto, esta pesquisa é importante, pois pretende somar-se às discussões no campo da educação inclusiva, especialmente aos estudos relacionados à educação de surdos e alunos com DA, pois entende-se que a oferta de uma educação com qualidade para esses alunos também é perpassada por questões como aquelas relativas às matrículas. Em 2017 percebemos a carência de termos técnicos específicos na Libras, principalmente, nas áreas exatas e científicas quando tivemos a oportunidade de lecionar para 4 estudantes surdos, onde surgiu a ideia de reunir e construir com estes estudantes surdos, escolher elementos de máquinas e os sinais que seriam padronizados e catalogados em Libras. O Sinalário é uma ferramenta de apoio para alunos e intérpretes que trabalham com estudantes surdos, nossa meta é facilitar cada vez mais a comunicação e a aprendizagem entre surdos e ouvintes que deverá garantir os requisitos necessários para o acesso e participação dos estudantes com DA no desenvolvimento das atividades acadêmicas. Os resultados evidenciam uma proposta inicial de desenvolvimento de um material didático que têm como finalidade para intervenção no processo educacional de alunos com DA (Sinalário). O Sinalário disciplinar em Libras foi desenvolvido para dar apoio aos profissionais da educação e os educandos surdos, ele apresenta os conceitos de diversos elementos trabalhados na disciplina Elementos de Máquinas contribuindo para uma maior inclusão linguística da Libras nos espaços educacionais, ao agregar novos sinais e conceitos. Neste contexto, a inclusão de surdos ou alunos com DA no ensino regular é um desafio constante e permanente. O resultado obtido é apresentar uma modelagem de um Sinalário para alunos do ensino técnico e tecnológico com deficiência auditiva e surdez que possam constituir para o ensino aprendizagem do sujeito surdo. Em resumo, o propósito deste relatório de pesquisa é a contribuição para desenvolvimento sustentável e uma educação de qualidade, enquanto é capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Deficiência Auditiva. Lei 13.146/2015. Libras. Surdos.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AEE Atendimento Educacional Especializado
AESOS Associação Educacional Sons e Silêncio
ART Artigo
ASL Língua de Sinais Americana
CAPNE Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
CEB Câmara de Educação Básica
CEFET-BA Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia
CENTEC Centro de Educação Tecnológica da Bahia
CESBA Centro de Surdos da Bahia
CF Constituição Federal
CME Conselho Municipal de Educação
CNC *Computer Numeric Control* ou Controle Numérico Computorizado
CNE Conselho Nacional de Educação
CRDH Centro de Referência em Desenvolvimento e Humanidades
DA Deficiência Auditiva
DATM Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica e Materiais
DUDH Declaração Universal dos Direitos Humanos
EAD Ensino a Distância
EBTT Ensino Básico, Técnico e Tecnológico
ECA Estatuto da Criança e do Adolescente
EM Elementos de Máquinas
EM Ensino Médio
ENDS Ensaaios Não Destrutivos
ENEM Exame Nacional do Ensino Médio
ETFBA Escola Técnica Federal da Bahia
ETS Escola Técnica de Salvador
FENEIS Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos
GESTEC Programa de Pós-Graduação em Gestão e Tecnologias Aplicadas à Educação
HIV Vírus da Imunodeficiência Humana
Hz Hertz
IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFBA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia
INEP Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa
LBDEN Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LIBRAS Língua Brasileira de Sinais
MEC Ministério de Educação e Cultura
NAPNE Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT Organização Internacional do Trabalho
OMS Organização Mundial da Saúde
ONU Organização das Nações Unidas
OPAS – Organização Pan-Americana de Saúde
PCD Pessoas com Deficiência
PDI Plano de Desenvolvimento Institucional
PEE Plano Estadual de Educação
PEE Ba Plano Estadual de Educação da Bahia
PIB Produto Interno Bruto
PNAES Programa Nacional da Assistência Estudantil
PNE Plano Nacional de Educação
PNE's Pessoas com Necessidades Específicas
PNEDH Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PPC Projeto Pedagógico do Curso
PPD Pessoa portadora de deficiência
PPGEM Programa de Pós-graduação de Engenharia de Materiais
PPI Projeto Pedagógico Institucional
PROAF Pró-Reitoria de Ações Afirmativas
RMS Região Metropolitana de Salvador
Seed-PR Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná
SENAI/DR/SP Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Departamento Regional de São Paulo, Brasil.
TILS Tradutor e Intérprete de Libras
UNEB Universidade do Estado da Bahia
UNESCO Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Estudantes surdos matriculados no IFBA Campus Salvador no período de 2017 – 2022.....	22
Tabela 2 - Estudantes surdos matriculados no IFBA Campus Salvador no período de 2017 – 2021.....	29
Tabela 3 - População brasileira se declara incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir	67
Tabela 4 - Alunos surdos ou DA matriculados em 2019.....	68
Tabela 5 - Estudantes surdos matriculados no Brasil no período de 2011– 2016.....	68
Tabela 6 – Matrículas de surdos e pessoas com deficiência auditiva por modalidade no Brasil.....	69
Tabela 7 - Alunos com D.A. que utilizam a Libras como meio de comunicação.....	72
Tabela 8 - População brasileira se declara incapaz de ouvir	83
Tabela 9 - Alunos surdos ou DA matriculados em 2019	84
Tabela 10 - Estudantes surdos matriculados no Brasil em escolas públicas e privadas no período de 2011 – 2016 (em milhares)	84
Tabela 11 – Matrículas de surdos e pessoas com deficiência auditiva por modalidade no Brasil	85
Tabela 12 - Alunos com D.A. que utilizam a Libras como meio de comunicação	88

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Conjunto dos 17 ODS.....	28
Figura 2 - Igualdade / Equidade / Liberdade	32
Figura 3 - Alfabeto da Libras.....	53
Figura 4 - Cumprimentos em Libras.....	56
Figura 5 - Proposta de modelo de estrutura do Sinalário	69

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Alunos que recebiam atendimento especializado no Brasil em 1988	82
Gráfico 2 - Matrícula de alunos no ensino regular 1991	82
Gráfico 3 - Matrículas ocorridas em instituições de educação básica no Brasil	83

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Documentos importantes norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas	39
Quadro 2 – Documentos para aumentar a matrícula e inclusão dos estudantes com deficiência.....	41
Quadro 3 – Transformações ocorridas no decorrer do tempo na educação da comunidade surda no Brasil e no mundo	45
Quadro 4 – Leis criadas que buscaram regulamentar a Libras	53
Quadro 5 – Questionário aos alunos surdos ou com D.A.....	64
Quadro 6 – Avaliação da aprendizagem	65
Quadro 7 - Cursos oferecidos pelo IFBA Campus de Salvador	72
Quadro 8 - Documentos que traçam o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil	77
Quadro 9 – Legislações importantes no que tange a inclusão	85

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	14
INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	
MARCO LEGAL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL baseado na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)	29
1.1 Principais documentos internacionais orientadores da inclusão.....	38
CAPÍTULO 2	
2. ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL.....	43
2.1 Principais educadores de surdos no Brasil e no mundo.....	45
CAPÍTULO 3	
A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA.....	50
CAPÍTULO 4	
METODOLOGIA DA PESQUISA E ESTUDO DE CASO.....	58
4.1 HISTÓRIA DO IFBA.....	60
4.2 Aspectos dos sujeitos.....	62
4.3 Etapas para a construção do Sinalário.....	63
CAPÍTULO 5	
APRESENTAÇÃO DO IFBA CAMPUS SALVADOR.....	70
CAPÍTULO 6	
RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	75
CAPÍTULO 7	
APRESENTAÇÃO DO SINALÁRIO DE ELEMENTOS DE MÁQUINAS	92
CAPÍTULO 8	
PARECERES DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS A RESPEITO DO SINALÁRIO....	102
8.1 PARECER TÉCNICO DO IFBA Taís Regina Borges Sousa.....	102
8.2 PARECER TÉCNICO DA AESO Humberto Hirsch da Silva Júnior.....	105
8.3 PARECER TÉCNICO DA AESO Elaine Halbercone.....	106
REFERÊNCIA.....	108

APRESENTAÇÃO

Atualmente, sou professor do Ensino Básico Técnico e Tecnológico no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) no regime dedicação exclusiva desde o ano de 2008 no Campus de Santo Amaro. Em 2013 fui diagnosticado como paciente renal crônico. As causas principais da doença renal crônica (DRC) são diabetes, pressão alta (hipertensão), diversas infecções do tecido renal (glomerulonefrite) e o uso excessivo de alguns medicamentos, que podem reduzir a função renal a longo prazo. Diante desta situação, tive que ser transferido para o Campus de Salvador para poder realizar tratamento médico, pois na cidade de Santo Amaro/Ba não oferecia este recurso.

Durante os exames diversos que fiz e faço ainda para diagnosticar a causa da parada do funcionamento dos meus rins, foi encontrado um câncer de próstata que ainda estava em fase inicial, Devido a este diagnóstico precoce, fui encaminhado para um tratamento adequado que surtiu efeito. Todavia, a DRC me obrigou a grandes mudanças no meu estilo de vida.

No Campus de Salvador sou integrante do Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica e Materiais (DATM). Neste departamento, trabalhamos com diversos segmentos de ensino, no contexto do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT) no curso Técnico em Mecânica Industrial modalidade Integrada, curso Técnico em Mecânica Industrial modalidade Subsequente, Engenharia Industrial Mecânica e Mestrado Profissional em Engenharia de Materiais (PPGEM), citamos entre elas as disciplinas de Manutenção, Metrologia, Processo de Fabricação, Elementos de Máquinas, Materiais, dentre outras relacionadas com este tema.

Contudo, meu interesse com a mecânica adveio quando ingressei na Escola SENAI/DR/SP Roberto Simonsen em 1975 para fazer um Curso Profissionalizante de Fresador, onde comecei a me apaixonar por esta área, em 1977 devidos minhas notas de conclusão do Curso Profissionalizante de Fresador serem igual ou superior a 9,0 (nove), fui convidado a ingressar no Curso técnico/profissionalizante no próprio SENAI/DR/SP onde fiz o Curso Técnico em Mecânica concluído em 1979.

Em 1980, deu-se início profissionalmente minha atuação no ramo da mecânica na Empresa de fabricação de eletrodomésticos Arno S/A, onde permaneci até 1997 exercendo as funções de aprendiz de fresador, auxiliar técnico, supervisor de produção e finalmente, chefe de produção. Durante este tempo de permanência na

Arno S/A de 17 anos somando-se os 4 anos em Cursos Profissionalizantes no SENAI/DR/SP, que foram formados minhas estruturas de conhecimento na mecânica.

Neste ínterim, cursei o Curso de Graduação em Engenharia Industrial Mecânica pela Universidade Brás Cubas em Mogi das Cruzes (1990) e Pós-Graduação em Engenharia de Produção pela Universidade São Judas Tadeu/SP (1992).

No período de 1998 – 2000 tive a grata experiência de trabalhar na Multibrás da Amazônia S.A, onde exerci a função de Chefe de Manufatura em Manaus/AM. Cidade onde está a maior floresta tropical do mundo, famosa por sua biodiversidade.

Em seguida, trabalhei nas empresas Dow Automotive S.A, Autometal S.A e Britânia do Nordeste S.A entre os anos de 2001 e 2004 sempre no ramo da manufatura.

Porém, nem tudo foram flores, devido à conjuntura econômica na época, fiquei fora do mercado de trabalho no período de 2004 a 2008. Neste árduo período, que não desejo a ninguém, a fim de conseguir algum recurso para sustento próprio e da família abrimos, em companhia de um sócio, uma barraca de praia no Farol de Itapuã/SSA.

No ano de 2007, fui convidado a ministrar aulas como professor visitante no SENAI/CIMATEC. Onde tive a oportunidade de iniciar meu caminho na docência, caminho ao qual tenho a grata satisfação de trilhar até o presente momento. No meu ponto de vista, ensinar além de ser gratificante, é o momento em que o docente através de diálogos, trocar de informações, experiências e saberes. Neste contexto, despertar no outro a sede de aprender.

Esta oportunidade, nunca pensada, abriu meu leque de opções. Tanto que em 2008, participei do concurso para docente dedicação exclusiva para o IFBA/Campus de Santo Amaro. O Edital deste concurso, oferecia 1 vaga apenas. Eu tinha pleno conhecimento que pela minha idade na época, 49 anos, esta seria uma oportunidade ímpar, onde tinha que agarrar esta chance com unhas e dentes, diante das dificuldades de reingresso no mercado de trabalho devido à minha idade considerada avançada para o mercado de trabalho.

Me debrucei sobre os livros num ritmo de estudos de até 16h/dia. Todo este sacrifício valeria a pena caso fosse aprovado. Aprovação esta que se efetivou neste mesmo ano.

Desde então, tenho participado de vários projetos de pesquisa, ensino e extensão no IFBA, em especial, no DATM, como: Construção de uma bancada

didática para o ensino de relação de transmissão, Curso noções básicas de preparação da geradora de engrenagens Renânia , Desenvolvimento de gerador de energia elétrica usando fontes renováveis para carregar celular no âmbito do Campus de Salvador, Recolhimento de sistemas contra descargas atmosféricas (SPDA) radioativos., Projeto e construção de uma máquina de caldo de cana elétrica de baixo custo, Desenvolvimento de website inclusivo para a Semana de Tecnologia Mecânica do IFBA - Campus Salvador, Desenvolvimento de um dispenser acessível multiuso inclusivo para a higienização das mãos, Semana da Tecnologia Mecânica (STM), dentre outros.

Em 2017, tivemos pela primeira vez em sala de aula estudantes surdos, daí percebemos a carência de termos técnicos específicos na Libras, principalmente, nas áreas exatas e científicas. Todavia, tivemos a feliz oportunidade de lecionar para 4 estudantes surdos, onde surgiu a ideia de reunir e construir com estes estudantes surdos, por meio de “diálogo”, escolher 17 Elementos de Máquinas e os sinais que seriam padronizados e catalogados em Libras no propósito de propiciar a eles com a mesma qualidade de ensino e aprendizagem dos estudantes ouvintes. Diante disto, nos vimos diante de um desafio, onde tivemos a ideia de desenvolver um material didático, que acreditamos que seja inédito, específico para estes estudantes surdos na perspectiva da inclusão. Sendo assim, desenvolvemos um Sinalário, que de acordo com Stumpf, 2005 “vem a ser um conjunto de expressões que compõe o léxico de uma determinada comunidade”, juntamente com estes 4 estudantes surdos e 1 intérprete de Libras.

Ressaltamos que este material de engajamento social e compromisso público, será complementado posteriormente, nos empreendeu autossatisfação e realização profissional poderá ser fonte de consulta, além dos surdos, também para intérpretes, professores e a sociedade de um modo geral, e esperamos que esse o conteúdo se multiplique e seja útil ao maior número possível de pessoas.

Obtive várias tentativas frustradas para ingressar no mestrado como aluno titular, porém, conseguimos cursar alguns cursos de Pós-Graduação como Aluno Especial na UFBA e na UNEB desde 2012. Entretanto, em 2019 consegui ingressar no Mestrado em Gestão da Educação e Redes Sociais (GESTEC) na Universidade do Estado da Bahia, UNEB, onde somos membro do grupo de pesquisa em Gestão, Educação e Direitos Humanos (GEDH) da UNEB.

Seguindo neste contexto e dar continuidade às pesquisas, estamos criando um grupo de pesquisa inclusivo com estudantes surdos e ouvintes com o propósito de buscar soluções para o ensino e aprendizagem de estudantes surdos e fomentar a inclusão destes estudantes.

Agora, o nosso próximo objetivo na pós-graduação stricto sensu, Doutorado, é continuar a nos aprofundar nesta questão e aumentar o nosso repertório, ao trabalhar no desenvolvimento de outros desdobramentos, com: (i) uma gravação dos sinais através de um vídeo caseiro no intuito de memorização das configurações de mãos e movimentos dos sinais; (ii) a execução de um vídeo com diálogos entre surdos com situações problema onde serão empregados os sinais-termos de E.M. criados neste trabalho de conclusão de curso; (iii) posteriormente, este Sinalário será encaminhado, analisado, avaliado e validado mediante a aceitação ou não pela comunidade surda por um grupo de especialistas que trabalham com alunos surdos, como por exemplo, a Associação Educacional Sons e Silêncio (AESOS), o Centro de Surdos da Bahia (CESBA) e a CAPNE; (iiii) buscar o direito de reconhecimento e autoria desta obra (Sinalário) através da Propriedade Intelectual.

INTRODUÇÃO

Este tipo de relatório de pesquisa se justifica, principalmente, pela possibilidade de verificar como tem ocorrido a inserção de alunos com deficiência auditiva na Educação nos últimos anos, considerando a opção do governo brasileiro, especialmente a partir de 2008, pela efetivação da educação inclusiva, proposta respaldada pela defesa da educação para todos, sem distinção, no ensino regular. Neste contexto, os alunos Surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia que atinja esta forma visual e esteja ligada a esta cultura Surda

Quem são as pessoas com deficiência? No entendimento da ONU, deficiência é um conceito em evolução, resultado da interação entre a deficiência de uma pessoa e os obstáculos que impedem sua participação na sociedade. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007.)

Todavia, a linguagem abrange tanto as línguas orais, como as línguas de sinais e outras formas de comunicação não-verbais. Dentre as comunicações não verbais, o Sinalário está contido na comunicação Semiótica que se relacionada intrinsecamente com a comunicação, seja ela verbal e não-verbal.

Neste sentido, este relatório de pesquisa propõe refletirmos sobre a aprendizagem dos sujeitos surdos, visa contribuir com uma proposta de produto para solução de um problema educacional, que seja replicável em outras realidades, de baixo custo, simples, cuja aplicação concreta seja comprovada, desenvolvido dentro de uma metodologia participativa com a escuta sensível da comunidade, que favoreça a cidadania e a dignidade humana, fazendo com que estes sujeitos surdos tenham uma ferramenta que irá proporcionar o entendimento dos Elementos de Máquinas no mesmo nível quanto aos estudantes ouvintes, propondo o seguinte problema de pesquisa: de que maneira pode ser feita uma modelagem de Sinalário a fim de contribuir para a aprendizagem, compreensão, comunicação e padronização da línguas de Sinais na disciplina de Elementos de Máquinas no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal da Bahia (IFBA) Campus Salvador dos alunos surdos ou com Deficiência Auditiva?

A proposta do Sinalário, é ampliar o vocabulário por meio da criação e um dicionário de palavras utilizadas na disciplina Elementos de Máquinas do Ensino Médio (EM), com base na experiência de quem utiliza a Libras (Língua Brasileira de Sinais) para se comunicar diariamente.

O Sinalário tem outras aplicações do campo educacional para auxiliar o trabalho dos professores como a Secretaria de Educação e do Esporte do Paraná (Seed-PR) que criou o Sinalário Disciplinar de Libras. Hoje, com cerca de trezentos vídeos, o aplicativo disponibiliza em Libras diversos termos encontrados nas treze disciplinas que compõem o currículo do Ensino Fundamental e do Ensino Médio: Filosofia, Sociologia, Ensino Religioso, Educação Física, Ciências, Biologia, Artes, Química, Física, Matemática, Língua Portuguesa, Geografia e História e o projeto “Eletrônica com as Mãos” o primeiro Sinalário técnico da área de eletrônica desenvolvido no Campus Salvador do IFBA.

A possibilidade de criar sinais é uma maneira de aprimorarmos os termos técnicos com a contribuição efetiva daqueles que realmente utilizam a Libras para se comunicar e, principalmente, coletar sinais usados pelas comunidades surdas que nós, muitas vezes, nem conhecemos. Destacamos a existência de vários trabalhos na área de Libras que apresentam dicionário, glossário ou Sinalário como resultado de estudos quanto a criação de novos sinais. Podemos citar como exemplos o projeto Eletrônica com as mãos, Sinalizando a Eletrônica, Matemática em Libras, Cinderela Surda o primeiro livro de literatura infantil escrito no Brasil na língua de sinais, dentre outros.

O que o atual trabalho traz de diferente é a proposta de um material didático pedagógico com termos técnicos voltados para a área de Mecânica, ainda não explorado, em que a dicionarização dos sinais será feita mediante consulta no Sinalário físico, podendo, posteriormente, fazer parte da página do site do IFBA que norteia o ensino da área.

No portal do IFBA, podemos ter acesso à informação Institucional, como: Licitações e contratações, Receitas e despesas, Participação Social e Legislação, o conteúdo deste portal pode ser acessível em Libras usando o VLibras, Ensino, Extensão e Sistemas, ou seja, é um site que tem por finalidade veicular dados e informações detalhadas sobre o IFBA para o aluno, para o servidor e para a comunidade externa. As informações existentes no Portal referem-se à esfera federal.

Contudo, devido à pandemia em decorrência do Coronavírus (COVID-19), que segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS) é uma doença infecciosa causada pelo vírus SARS-CoV-2 (que causa síndrome respiratória aguda grave) que não havia antes sido identificada em seres humanos, dificultou a execução do trabalho e tornou-se inviável a realização de encontros presenciais para a elaboração dos sinais-termos

de EM com os estudantes surdos ou com DA e os intérpretes de Libras. Dessa forma, o Sinalário só será validado com o retorno das atividades presenciais no segundo semestre¹, quando os servidores e estudantes tivermos permissão para acesso ao IFBA presencialmente, onde permitirá que os alunos utilizem a ferramenta e relatem sua experiência, que já é conhecida virtualmente. Segundo Silva (2016 p. 214),

A avaliação da usabilidade tem por objetivo avaliar a aceitação da tecnologia pelo usuário, validar ideias, os designs, buscar por problemas na interface e na interação. [...] para a realização da avaliação e, por fim, apresenta o planejamento das avaliações, os resultados e os trabalhos futuros.

Com a observação da interação dos usuários, após a execução da avaliação da usabilidade, será possível perceber a importância do Sinalário pois nos oferecerá insumos para a evolução do projeto. Esta fase é denominada avaliação da usabilidade do produto, com relação a sua satisfação, interesse em utilizar, motivação no uso e o quanto o Sinalário é capaz de satisfazer as necessidades do usuário.

De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizada em 2010, existiam cerca de 9,7 milhões de surdos no Brasil, o que representa 5,1% da população do país. Sendo que na Bahia havia 477.270 (19,3%) são incapazes, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir na população baiana. Já em Salvador, são 138.024 de pessoas com deficiência auditiva no ano de 2010 (5,1%) da população soteropolitana. Diante deste fato, este Sinalário com termos técnicos voltados para a área de Mecânica irá contribuir para a inclusão potencial destes estudantes surdos e com D.A.

O aumento do quadro de perda auditiva pode acontecer de duas formas: quando é congênita – ou seja, o bebê já nasce surdo – ou adquirida – quando o paciente nasce com capacidade auditiva preservada e apresenta perda de audição durante a vida (envelhecimento), um fato que atinge a população em nível mundial. Por isso, de acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a estimativa é de que 900 milhões de pessoas podem desenvolver surdez até 2050. Ainda é válido destacar uma das grandes conquistas para a comunidade surda é a aprovação da Lei

¹ Em reunião realizada no dia 04 de março de 2022, considerando o Plano de Retomada Gradual das Atividades Presenciais - Resolução 39/CONSUP, o Conselho do Campus de Salvador deliberou pelo acesso à FASE 04 a partir de 14 de março de 2022, porém, em reunião realizada em 31 de março de 2022, após encaminhamento do Comitê Local de Prevenção e Combate à COVID-19, o Conselho do Campus de Salvador deliberou por manter o modelo híbrido, ou seja, presencial e não-presencial até o início do semestre 2022.2 em 26 de julho de 2022, desta forma, iremos submeter o Sinalário para validação dos estudantes surdos apenas no segundo semestre

nº 10.436/2002, que marca não só o reconhecimento da Libras como a língua oficial da comunidade surda, mas também o início da conquista de direitos por parte dessa população.

Todavia, este Sinalário vem de encontro com temas específicos dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), Garantir acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa (ODS4) e Promover oportunidades ao longo da vida para todos e reduzir as desigualdades (ODS10).

.A Lei completou vinte anos e, apesar dos avanços, os surdos ainda continuam enfrentando a falta de acessibilidade e barreiras de comunicação que há entre ouvintes e surdos – especialmente entre pessoas do mesmo convívio social, como parentes e amigos não fluentes em Libras.

A presença do aluno Surdo ou com DA em sala de aula exige que o professor os reconheça como sujeitos de direito e dignidade humana e a precisão da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo. Independente do parecer de discentes com alguma necessidade específica, cabe aos professores e os demais profissionais da educação criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos propósitos da escola: ser um espaço que promova a inclusão social de qualquer indivíduo de forma que possibilite seu desenvolvimento cognitivo, capacidades e habilidades.

O ingresso do aluno com deficiência no IFBA tem aumentado nos últimos anos, como apontam os dados estatísticos divulgados pela Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (CAPNE)

Segundo dados do censo dos Estudantes com Deficiência ou Necessidades Específicas feito pela CAPNE³

² Conhecida como CAPNE, esta Coordenação tem por finalidade a identificação e acompanhamento dos estudantes com necessidades específicas do IFBA, fornecendo apoio a estes e orientações aos demais setores da Instituição acerca das ações de acessibilidade, adaptações curriculares, metodológicas e de materiais pertinentes às necessidades específicas de cada um dos alunos identificados a fim de fortalecer a cultura da inclusão e da educação para convivência e aceitação da diferença no âmbito do Campus (IFBA, 2019).

Tabela 1 - Estudantes com deficiência e surdos matriculados no IFBA Campus Salvador no período de 2017 – 2022

ANO	ESTUDANTES COM NECESSIDADES ESPECÍFICAS	ESTUDANTES SURDOS MATRICULADOS	%
2017	75	44	59
2018	70	24	34
2019	87	32	37
2020 / 2021	104	40	38
2022	125	24	19

Fonte: CAPNE

Se considerados somente alunos surdos ou com DA, a quantidade de alunos matriculados no período de 2017 a 2021, teremos uma média de 42% de estudantes surdos matriculados nos cursos do IFBA Campus Salvador. Isto certamente representa que está sendo adotado com responsabilidade a Política de Inclusão onde estes estudantes com necessidades específicas no seu percurso acadêmico, recebem orientações, material didáticos adaptados, disponibilização de recursos pedagógicos, metodológicos e tecnológicos alternativos aos professores destes estudantes, a fim de favorecer o processo de ensino-aprendizagem, sendo constatado no quantitativo da matrícula de alunos surdos ou com DA na educação ofertada no instituto em turmas em que também estudam alunos ouvintes.

Apesar desses dados mostrarem um salto no número de matrículas, tanto de surdos quanto de pessoas com deficiência auditiva na modalidade de educação básica durante o período analisado, entretanto, o desafio de uma educação inclusiva no IFBA precisa ainda alcançar dados qualitativos, como por exemplo: tomar ações necessárias a fim de proporcionar a acessibilidade de comunicação mediante emprego de tecnologias assistivas, adaptar materiais pedagógico, oferecer curso de Libras para os estudantes, servidores e familiares de modo que venha a facilitar a comunicação destes estudantes surdos ou com DA seja no ambiente escolar, seja no ambiente familiar, dentre outras atividades correlatas e afins.

Acredita-se que as razões que explicam esse fenômeno estão relacionadas com as políticas públicas em educação especial evidenciadas no período analisado. Isto é, dizem respeito à implementação no país do que comumente tem se chamado de educação inclusiva. Apesar das matrículas terem crescido, ainda é um desafio a

inclusão de pessoas com DA, principalmente, o desenvolvimento de material didático e instrucional apropriado, ou seja, oferecendo-lhes as mesmas oportunidades disponíveis para as pessoas que não são portadoras de deficiência.

Para distinguir, a pessoa surda nasce com incapacidade de ouvir, enquanto a pessoa com deficiência auditiva adquire através de uma patologia, como por exemplo meningite, infecções, tímpano perfurado, danos no ouvido interno e vias nervosas. Fazendo com haja a perda da sua capacidade auditiva. (REDONDO, 2000)

Desta forma, não se pode afirmar que todos os alunos considerados surdos matriculados no IFBA Campus Salvador utilizam a Libras como meio de comunicação.

Esse enfoque decorre da relevância de que o contexto sociocultural em que a pessoa está inserida serve de parâmetro para classificá-la como pessoa com deficiência ou não e enfatiza o ensino e a escola, bem como as formas e condições de aprendizagem. Nessa perspectiva, em vez de pressupor que o aluno deve ajustar-se a padrões da escola onde estuda para aprender, cabe à escola o desafio de ajustar-se para atender à diversidade de seus alunos, dispondo de recursos e apoios para que esse aluno, para que obtenha sucesso na sua trajetória escolar.

Nesse enfoque, surge a educação inclusiva que tem provocado um complexo e paradoxal movimento de ideias e debates acerca dos discursos, das práticas e processos sobre a educação das pessoas com necessidades específicas. Para isso, é necessária a desconstrução de velhos valores tipológicos e uma abertura à mudança, que tem tomado significativas dimensões em espaços institucionais, sociais e midiáticos, a inclusão significa uma ruptura do paradigma educacional tradicional e a construção de uma nova proposta de ensino que atenda a todos os alunos com qualidade. Isso em potencial, todavia, estamos longe desta realidade.

O presente trabalho caracteriza-se, dentre os tipos de variações, metodologicamente como sendo uma pesquisa de relatório de pesquisa, acredito que dentre eles o método mais adequado para problema considerando os limites de tempo, dinheiro e recursos humanos para a pesquisa, delimitado à comunidade surda o com DA matriculados no IFBA, Campus Salvador. Contudo, os resultados são animadores e podem servir para serem aplicados, sobretudo, em outras realidades.

As discussões aqui apresentadas neste relatório de pesquisa estão norteadas pelo estudo de caso onde relatamos nossa experiência nesta pesquisa educacional de abordagem qualitativa, norteadas pelos autores pesquisadores Soares (2004) , Martins (2008), Rocha (2008), Stake (2011) e Yin (2014), quando queremos estudar

algo singular, que tenha um valor em si mesmo, um caso é único, particular, distinto de outros, mesmo que futuramente venham a ficar evidentes certas semelhanças com outros casos ou situações, sobretudo não apenas de forma teórica, mas mediante contato, observação e experiência no desenvolvimento dentro dessa perspectiva, na abordagem, a seleção de métodos de coleta de dados, a interpretação e análise dos resultados na busca de evidências por meio da triangulação e produção do relatório de pesquisa, considerando a ética no seu desenvolvimento. Neste contexto, a falta de acesso a expressões de áreas específicas, em Língua Brasileira de Sinais (Libras), causa constantes transtornos aos usuários que lidam diretamente com a comunidade surda.

Mediante a esta realidade, o presente relatório de pesquisa pretende sugerir mudanças na atual didática, que propõem transformações no sistema educacional e uma adaptação no currículo, com alterações nas formas de ensino, metodologias adequadas e avaliação que condiz com as necessidades do aluno Surdo ou com DA com ações voltadas à construção de um Sinalário. Para potencializar o aprendizado e a formação técnico-vocabular, busca-se normalizar os sinais-termo da disciplina Elementos de Máquinas em Libras a fim de apresentar uma proposta de com modelagem bilíngue Libras/ Português.

O processo de criação dos sinais é ainda uma área do conhecimento científico com poucas pesquisas realizadas e publicadas, por isso constitui um campo aberto para análise futura.

Este relatório de pesquisa está organizado em duas principais seções, Introdução e Resultados e Discussões. Na Introdução onde descrevo informações de que forma foi construído o Sinalário, material didático específico destinado aos sujeitos surdos ou DA, com a participação de quatro estudantes surdos e um intérprete de Libras sendo uma intervenção metodológica participativa com a escuta sensível da comunidade surda a fim de contribuir para a aprendizagem, melhor compreensão e comunicação na disciplina de Elementos de Máquinas no ensino profissional e tecnológico no Instituto Federal da Bahia Campus Salvador dos alunos surdos ou com Deficiência Auditiva, com o objetivo de padronizar a língua de Sinais para elementos de máquinas, ampliar o vocabulário por meio da criação de um dicionário de palavras utilizadas na disciplina Elementos de Máquinas do Ensino Médio.

Com base na experiência de quem utiliza a Libras para se comunicar diariamente, ser um espaço que promove a inclusão social de qualquer indivíduo e o direito à educação que poderá ser fonte de consulta, além dos surdos, também para intérpretes, professores, busca soluções para o ensino e aprendizagem de estudantes surdos e fomentar a inclusão destes estudantes.

No capítulo Resultados Iniciais e Discussões deste relatório de pesquisa construímos um Sinalário para alunos do ensino profissional e tecnológico que irá contribuir para facilitar a compreensão e o diálogo entre o professor da disciplina Elementos de Máquinas e os alunos surdos e DA. Em pareceres dos intérpretes de libras a respeito do Sinalário, trago três pareceres de Intérpretes de Libras, sendo uma funcionária concursada do IFBA e as outras duas funcionárias da AESOS que prestam serviço no IFBA, que dão suporte aos estudantes surdos e pessoas ouvintes, por meio da Libras dentro das instalações do IFBA.

No primeiro capítulo, o tema central abordaremos algumas leis que amparam o surdo, destacando que toda pessoa com deficiência auditiva tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas perante a lei e nossa Constituição elege a dignidade humana, seria o mesmo que dizer que os Direitos Humanos é a base de nosso sistema onde relacionamos os principais documentos internacionais orientadores da inclusão.

No segundo capítulo exporemos, de forma resumida, o contexto histórico da educação do surdo no Brasil, desde o século XVI que perpassa a idade contemporânea a partir da Europa e dos Estados Unidos, origem das principais fontes históricas na área, visto serem elas as primeiras sociedades a utilizarem a língua de sinais e a fundarem as escolas para surdos ao final da Idade Média, trazendo até hoje consequências para a vida do surdo.

No terceiro capítulo na seção Língua de Sinais (Libras) no processo de Inclusão de pessoas surdas, salientaremos que através deste idioma pessoas surdas ou com deficiência auditiva possamos registrar seus pensamentos em sua própria língua materna.

Já no quarto capítulo, serão abordados aspectos da pesquisa qualitativa será o método que iremos utilizar, onde, questionamos os contextos e as convenções da avaliação educacional e introduziremos na avaliação adequação e valorização de experiências que vão desde a formulação de questão de pesquisa até a seleção de métodos de coleta de dados. Também relataremos historicamente a Rede Federal de

Educação Profissional e Tecnológica que inicia a sua história como instituição desde quando o quando o Presidente Nilo Peçanha através de um Decreto cria as Escolas de Aprendizizes Artífices nas capitais dos estados, oferecendo educação profissional para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica, onde à partir de 2008 os antigos Centros Federais, as Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas passam a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, passando à condição atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA), em prol da construção de conhecimento e novas tecnologias, possibilitando o aumento no número de vagas oferecidas para o ensino básico, graduação e pós-graduação. Finalizaremos este capítulo descrevendo as etapas para a construção do Sinalário, onde os colaboradores surdos criaram um sinal para cada elemento de máquina depois de observar as características, as aplicações, definição e o perfil do elemento de máquina.

No quinto capítulo faremos uma apresentação do IFBA Campus Salvador onde entendemos ser de extrema importância conhecer o histórico de mudanças contínuas e transformações do instituto que teve seu início em 1909 como a primeira sede da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, na Bahia, instaurada pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, que criou 19 escolas de Aprendizizes e Artífices, que ao longo dos anos, recebeu distintas denominações. Sendo que atualmente, o IFBA está em mais de 20 cidades da Bahia, com 17 campi e 5 núcleos avançados, oferecendo cursos de nível médio, nas formas integrada, subsequente e Proeja (educação de jovens e adultos), além de superior, através de bacharelados, engenharias, licenciaturas, formações tecnológicas e pós-graduações.

No sexto Capítulo Resultados e Discussão ressaltamos que está em questão a necessidade dos sistemas de ensino instituírem um ordenamento político-jurídico que configure o projeto político educacional numa perspectiva inclusiva. Isso porque compete aos sistemas de ensino formular políticas claras e decisivas em relação à inclusão, buscando aperfeiçoar os recursos da Educação Especial e da Educação em geral acua dotar as escolas de infraestrutura, equipamentos e recursos materiais e didático-pedagógicos, necessários ao bom desenvolvimento das atividades escolares.

No Capítulo 7 mostraremos os pareceres técnicos de três intérpretes de Libras que tem como função, ajudar na comunicação entre pessoas ouvintes e surdas nas dependências do IFBA, capacitados para avaliar o Sinalário. Sendo da intérprete de Libras do IFBA Taís Regina Borges Sousa, dos intérpretes de Libras da AESOS

Humberto Hirsch da Silva Júnior e Elaine Halbercone. Que dão seus depoimentos da relevância técnica do Sinalário para os estudantes surdos da área técnica, sendo que o Sinalário visa suprir a necessidade de expressar na LIBRAS, termos específicos principalmente nas áreas das exatas e científicas, que carecem de tais expressões.

Nas Referências traremos elementos essenciais e complementares indispensáveis que serviram de apoio a consulta para a elaboração deste relatório de pesquisa tendo em vista às indicações de publicações, trabalhos, autores, títulos, citações significativas.

Enfim, este relatório de pesquisa vem de encontro com o capítulo 2 o propósito de entender como podemos desenvolver, criar e fomentar uma ação inclusiva, com o desenvolvimento do Sinalário, que estejam de acordo com as metas de alguns dos 17 ODS³, na busca de atingir os seguintes elementos, tendo como exemplo Educação de qualidade (ODS4) e Redução das desigualdades (ODS10) atendendo as necessidades específicas dos estudantes surdos e com DA asseguradas à equidade educacional no âmbito desta comunidade como demonstrado abaixo.

³ O termo ODS é a sigla utilizada para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável foi cunhado pela em setembro de 2015, quando os 193 países membros das Organização das Nações Unidas (ONU) em 2015 em diversas áreas do Desenvolvimento Sustentável e compõem uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade, sobretudo, atingir as metas estabelecidas pela ODS até a agenda de 2030.

A agenda contempla um plano de ação internacional para o alcance dos 17 ODS, desdobrados em 169 metas, que abordam diversos temas fundamentais para o desenvolvimento humano, em cinco perspectivas: pessoas, planeta, prosperidade, parceria e paz.

O compromisso brasileiro com os ODS foi definido pelo Decreto número 8.892/2016, que criou a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. (Embrapa,2022)

Figura 1 – Conjunto dos 17 ODS



Fonte: ONU Brasil

Os benefícios dos ODS incluem identificação de oportunidades de negócios futuros prestando um serviço público à sociedade brasileira, sendo que, neste trabalho identificamos e propomos para trabalhos futuros, encaminhar o Sinalário para ser analisado, avaliado e validado mediante a aceitação ou não pela comunidade surda por um grupo de especialistas que trabalham com alunos surdos, o desenvolvimento de sinais complementares às variantes e aos diferentes tipos de EM a construção de uma gravação dos sinais através de um vídeo das configurações de mãos e movimentos dos sinais e a execução de um vídeo com diálogos entre surdos com situações problema de E.M. empregando os sinais criados neste trabalho de conclusão de curso.

CAPÍTULO 1

MARCO LEGAL DA INCLUSÃO NA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE NO BRASIL baseado na Lei 13.146/2015 que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)

No Brasil desde a criação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, dispõe ações afirmativas da isonomia e da democratização do acesso e permanência na escola de segmentos sociais brasileiros historicamente desfavorecidos, como indígenas, negros, ciganos, pessoas com deficiência de diversas naturezas

Em respeito ao plano institucional, no Brasil, estamos avançando e o marco jurídico é essencial para que se implante políticas públicas, seguindo os princípios norteadores da Declaração de Salamanca que têm respaldo legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. No entanto, no plano formal, o Brasil tem uma legislação avançada na área inclusiva.

A instituição dessas leis tem feito aumentar a matrícula dos alunos com necessidades específicas por vagas nas escolas da rede regular de ensino, a partir da década de 90 do século passado, sobretudo, um crescimento das matrículas dos alunos surdos ou com DA. No IFBA, a situação não foi diferente, como demonstram os dados publicados pela CAPNE (Tabela 2).

Tabela 2 - Estudantes surdos matriculados no IFBA Campus Salvador no período de 2017 – 2021

ANO	QUANTITATIVO
2017	44
2018	24
2019	32
2020	16 (pandemia)
2021	24 (pandemia)

Fonte: CAPNE IFBA Campus Salvador

Como podemos observar na tabela 2, houve uma queda na quantidade de estudantes surdos matriculados no IFBA Campus Salvador nos anos 2020 e 2021 ocasionado pela diminuição de ofertas de vagas em decorrência da pandemia.

No entanto, essa nova demanda tem exigido grandes desafios da Instituição que nem sempre dispõe de uma estrutura apropriada para realizar um fazer pedagógico adequado.

De fato, é evidente que a inclusão se coloca como uma meta importante nos discursos e propostas da Constituição de 1988, do MEC, da LDB, do PNE^{EDH} (Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos), traduzindo-se nos documentos que compõem a política educacional na atualidade, na inserção (matrícula) de todos os alunos no ensino regular, como um direito público subjetivo. Nos âmbitos Estaduais e Municipais, podemos citar o PNE (Plano Nacional de Educação), o PEE (Plano Estadual de Educação). Mediante a isto, no IFBA esta inclusão está nos documentos como o PDI (Plano de Desenvolvimento Institucional), o PPI e o PPC e na UNEB está descrito nas suas ações afirmativas do seu PDI.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB-9.394/96), o sistema educacional brasileiro é dividido em Educação Básica e Ensino Superior. A Educação Básica passou a ser estruturada por etapas e modalidades de ensino, englobando, no Art. 21, a Educação Infantil, o Ensino Fundamental, obrigatório de nove anos, e o Ensino Médio BRASIL, 1996, art. 21, caput).

Acreditamos que as discussões atuais sobre os sujeitos surdos ou com DA estão caminhando e possibilitando uma reconstrução do campo educacional.

O Brasil é reconhecido mundialmente por ter incorporado os Direitos Humanos a sua Constituição Federal, na defesa de valores como dignidade e combate à discriminação. Fez parte da construção do processo da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (PCD), tendo apoiado e contribuído em todas as etapas desse tratado, desde 2002. O tratado em questão visa monitorar o cumprimento das obrigações do Estado quanto aos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais indispensáveis para emancipação desses cidadãos. (Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007).

Vale destacar que a educação é um direito fundamental do qual decorrem outros direitos como trabalho digno, moradia, alimentação adequada, lazer, etc.

De acordo com a Lei 10.436/2002, a Libras foi reconhecida como meio legal de comunicação e expressão, onde o Sistema Educacional Federal e os Sistemas Educacionais Estaduais, Municipais e do Distrito Federal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério em

seus níveis médio e superior, o ensino da Libras, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

Ressalta-se que a inclusão permite que todo ser humano, naturalmente, possa participar de maneira plena e efetiva da sociedade que o cerca, em igualdade de oportunidades, sobrepondo-se a prática de exclusão manifestada de diversas maneiras no mundo atual.

A implementação da educação inclusiva exige uma profunda reformulação dos princípios e das práticas que regem as atividades pedagógicas do cotidiano escolar. Trata-se de um processo gradativo, contínuo e contextual, que demanda ações do poder público, de gestão escola, estratégias pedagógicas, bem como o envolvimento da família enquanto parceira da escola. Sendo assim, o princípio da dignidade humana é responsabilidade que o Estado assume na construção da cidadania das pessoas.

Conforme os Art. 3º, Art. 206 e Art. 208 da Carta Magna apontam que o Estado está destinado, dentre outros propósitos, assegurar o exercício dos direitos sociais definindo formas que venham assegurar a equidade, ou seja, se há pessoas e populações vulneráveis, cabe ao Estado fazer políticas e ações afirmativas que possam colocar em igualdade de oportunidades, uma vida independente, inclusão na comunidade e atendam às suas necessidades destas pessoas.

Art. 3º inciso III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais; Art. 206 inciso I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208 Inciso III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. (BRASIL, 1988)

Nesse sentido, foi criada a Lei 7.853 que apoia as pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, em que “As normas desta Lei visam garantir às pessoas portadoras de deficiência as ações governamentais necessárias ao seu cumprimento e das demais disposições constitucionais e legais que lhes concernem, afastadas as discriminações e os preconceitos de qualquer espécie, e entendida a matéria como obrigação nacional a cargo do Poder Público e da sociedade.” (BRASIL, 1989, Art. 1º. § 2º).

Tal direito também se estende a Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, onde “A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos

princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1996, Art. 2º).

Seguindo nesta linha, no que confere à legislação nacional institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, Lei 10.845, estabelece que o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE no art. 1º, inciso I deveria “garantir a universalização do atendimento especializado de educandos portadores de deficiência cuja situação não permita a integração em classes comuns de ensino regular” (BRASIL, 2004).

Reconhecendo a necessidade de promover e proteger os direitos humanos de todas as pessoas com deficiência, inclusive daquelas que requerem maior apoio, foi dada a origem da Convenção sobre os direitos das pessoas com deficiência onde seu propósito “é promover, proteger e assegurar o exercício pleno e equitativo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais por todas as pessoas com deficiência e promover o respeito pela sua dignidade inerente” (BRASIL, 2009, Art. 1º).

Neste contexto, a Lei 13.146 (estatuto da pessoa com deficiência) é estabelecida para “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência em vista dos seus direitos sociais fundamentais no que concerne à cidadania, acessibilidade, discriminação, prioridade, direito a vida e a saúde, educação, trabalho, previdência social, assistência social, lazer, cultura, esporte, turismo, transporte, mobilidade urbana, informação, meios de comunicação, direitos políticos e judiciário visando à sua inclusão social e cidadania” (BRASIL, 2015, Art. 1º).

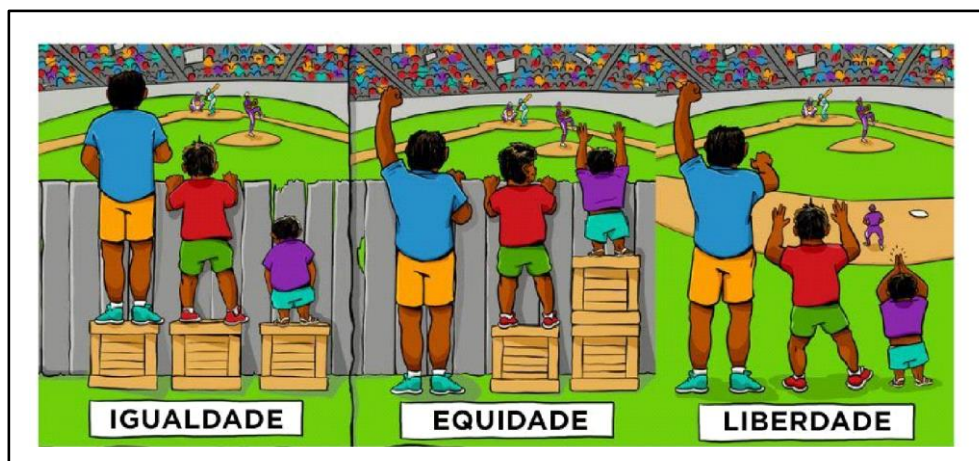
Estas leis surgiram para que essa clientela pudesse ter seus direitos atendidos e ao mesmo tempo fazer com que professores alunos e a sociedade em geral tivesse “um novo olhar para esses sujeitos”, ou seja, que fossem respeitados em seus direitos de cidadãos que são e, que a surdez e DA sejam entendidas não como uma doença, mas como uma diferença. Temos como exemplos os programas de Inclusão de Pessoas com Deficiência na Presidência da República (PR) que menciona que

“a promoção dos direitos das pessoas com deficiência tem sido tema de políticas que buscam valorizar a pessoa como cidadã, respeitando suas características e especificidades [...] de deficiência ou de qualquer outra natureza.” Prossegue relatando: “tem por objetivo garantir a participação social e o exercício de direitos humanos, laborais e informacionais das pessoas com deficiência nas

dependências, recursos e serviços da PR, de forma a promover condições de igualdade com as demais pessoas.” (BRASIL,2007)

Atualmente, as políticas de inclusão da União, dos Governos Estaduais e Municipais buscam incluir os alunos com necessidades educacionais específicas às escolas regulares de ensino, de maneira que o atendimento educacional especializado se dê complementarmente.

Figura 2 – Igualdade / Equidade / Liberdade



Fonte: Duarte, 2019

Esta maneira peculiar que tem cada indivíduo, com seu ritmo próprio de aprendizagem, com distintos períodos de maturação que, muitas vezes, está associada a uma deficiência física, intelectual ou um transtorno, constitui as diferenças com as quais a escola deverá trabalhar e estudar maneiras e opções para eliminar a barreira que interfere no ensino e aprendizagem deste sujeito.

Na verdade, esse modelo de institucionalização permaneceu até meados da década de 1950 até o século XX, para a pessoa com necessidades específicas, principalmente com deficiência. De modo geral, se analisarmos as conquistas das pessoas com necessidades específicas sob o enfoque da evolução histórica, percebemos que estas são ainda bastante recentes.

Os avanços mais significativos, se deram a partir do século XX, mais precisamente em 1948. Nesse ano, foi desenvolvida, a primeira diretriz política com a visão de que todos os cidadãos possuem direitos e deveres. Um dos principais acontecimentos, em 1948, foi a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual, em seu artigo 1º, se reconheceu que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade

e direitos”. De um modo geral, essa declaração assegurou às pessoas, pelo menos no papel, os direitos à liberdade, à educação e ao convívio social. A partir de então, a educação inclusiva passou a ser pensada e discutida em âmbito mundial. (FRIAS, 2019)

Foi a partir da década de 1960 que se iniciou uma intensa movimentação mundial em defesa dos direitos das minorias (ou de maiorias), pautada principalmente nos direitos humanos (ONU, 1948). Houve, por grande parte dos países, uma defesa da chamada desinstitucionalização, buscando-se assim a inclusão em sentido geral e mais amplo, principalmente, no que diz respeito ao aspecto da participação/produção social.

Na década de 1980 em diante, ocorreram transformações mais profundas nas sociedades, principalmente, com a utilização das novas tecnologias. Estas possibilitam, por exemplo, a comunicação em tempo real com qualquer pessoa, em qualquer parte do mundo. Em razão disso, não é apenas a comunicação que é facilitada, mas o acesso às novas informações e a um maior conhecimento de mundo. É nesse contexto que se evidencia ainda mais a discussão sobre a diversidade. (FARIAS, 2009)

Já na década de 1990, por exemplo, prolifera-se um discurso segundo o qual a diversidade enriquece e humaniza a sociedade. Começou-se a delinear a ideia de construção de espaços sociais que propiciassem o atendimento das necessidades de todos os cidadãos, construindo-se assim uma única educação, que fosse realmente inclusiva. (FARIAS, 2009)

Esta é definida como “o processo de inclusão dos portadores de necessidades especiais ou de distúrbios de aprendizagem na rede comum de ensino” (MRECH, 2002). Nesse período, ocorrem alguns eventos mundiais como a Conferência Mundial de Educação para Todos em 1990 em Jomtiem, na Tailândia. Nela, o Brasil assumiu o compromisso de erradicar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental no país.

Em 1994, constitui-se, na Espanha, a Declaração de Salamanca que tem por objetivo discutir a questão das pessoas com necessidades especiais. Esses alunos passaram a frequentar as escolas regulares de ensino e as mesmas unidades escolares precisaram agir no sentido de receber essa clientela em seu entorno e assumi-la como alunos que tem direito ao aprendizado. Com o intuito de cumprir esses

acordos, o Brasil tem criado instrumentos norteadores e documentos legais com o objetivo de possibilitar a criação de sistemas educacionais que sejam inclusivos.

A partir da Constituição Federal, promulgada em 1988, o governo brasileiro assumiu, formalmente, o compromisso do oferecimento da educação para todos, determinado no Art. 205 que a educação é direito de todos, sem distinção de qualquer natureza (BRASIL, 1988, art. 205, caput).

De acordo com a Lei Brasileira de Inclusão,

Art. 4º, § 1º Toda pessoa com deficiência tem direito à igualdade de oportunidades como as demais pessoas e não sofrerá nenhuma espécie de discriminação, caracterizada por qualquer forma de distinção, restrição ou exclusão, por ação ou omissão, que tenha o propósito ou o efeito de prejudicar, impedir ou anular o reconhecimento ou o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, incluindo a recusa de adaptações razoáveis e de fornecimento de tecnologias assistivas. ((BRASIL, 2015, art. 4º., § 1º., caput).

A Resolução do CNE/CEB nº 2/2001 define as diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica e determina que as escolas do ensino regular devem matricular todos os alunos em suas classes comuns, com os apoios necessários. Esse apoio pode constituir parte do atendimento educacional especializado, previsto no Art. 208 da Constituição Federal, e pode ser realizado em parceria com o sistema público de ensino.

A promulgação de marcos legais específicos para a inclusão, como as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e a criação de espaços adaptados estruturalmente para atender as demandas da inclusão, propiciam, assim, aos educandos com necessidades especiais, o direito de frequentar a escola, que é um dos principais espaços sociais.

A transformação dos sistemas educacionais em sistemas educacionais inclusivos deve iniciar-se, portanto, pela garantia de pleno acesso aos estudantes com deficiência à educação, com a efetivação das medidas necessárias à consecução da meta de inclusão plena.

A escola deve ser um espaço de construção do conhecimento, onde se deve proporcionar a todos os cidadãos a possibilidade de desenvolver competências, para tanto, necessita preconizar o que diz a LDB, no seu Capítulo V, Art. 58. Nele, define-se a educação especial como a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades

especiais (BRASIL, 1996). No Art. 59, atribui-se aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades educacionais. Aranha (2008) aponta a ideia de que a inclusão — definida por muitos apenas como o ato ou efeito de incluir Pessoas com Necessidades Específicas (PNE's) em classes comuns — não deve pautar-se apenas pela inserção deles em escolas regulares, mas na garantia da qualidade do ensino que deve reconhecer e respeitar as diferenças, respondendo a cada um de acordo com suas potencialidades e necessidades.

Segundo o Plano Nacional de Educação (PNE) em seu Art. 8º, § 1º, os entes federados estabelecerão nos respectivos planos de educação estratégias que: “garantam o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades”.

Nessa direção, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH) (2006, p.10) menciona que o governo brasileiro tem o compromisso maior de promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Além disso, é dever dos governos democráticos garantir a educação de pessoas com necessidades específicas, a profissionalização de jovens e adultos, a erradicação do analfabetismo e a valorização dos(as) educadores(as), da qualidade da formação inicial e continuada, tendo como eixos estruturantes o conhecimento e a consolidação dos direitos humanos.

Dentre os compromissos do Conselho Nacional de Educação (CNE) está em participar do esforço nacional comprometido com a qualidade social da educação brasileira, cujo foco incide na escola da diversidade, na e para a diversidade, tendo o PNE e o PDE como instrumentos de conquista dessa prioridade.

O Plano Estadual de Educação da Bahia (PEE Ba) dentre suas providências, no Art. 3º, § 1º afirma que:

As estratégias definidas que serão implementadas, considerando a articulação interfederativa das políticas educacionais e ainda:
III - o atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.

A Norma Acadêmica do Nível Médio do antigo Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia — CEFET-BA hoje denominado Instituto Federal de Educação

da Bahia — IFBA, em seu Art. 103 descreve que deverá “garantir os requisitos necessários para o acesso e participação dos estudantes com necessidades educativas especiais no desenvolvimento das atividades acadêmicas” (CEFET-BA, 2008. P.30).

Quanto ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IFBA, visa gerar cada vez mais condições de acesso, permanência e êxito no percurso acadêmico e inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social, como exemplo as pessoas com necessidades específicas PNE's (IFBA, 2020).

A construção do Projeto Pedagógico Institucional (PPI) do IFBA buscou uma metodologia de trabalho que contemplasse a participação de toda a comunidade acadêmica do IFBA. É nesta perspectiva que o IFBA, no seu PPI, assume como princípios balizadores das relações sociais, administrativas e educativas a igualdade e a solidariedade, os valores humanos universais que garantem o respeito, a dignidade e o tratamento com equidade a todos os cidadãos e cidadãs; a inclusão, princípio de respeito às diferenças e o atendimento às necessidades prementes da maioria da população brasileira. (IFBA, 2013).

Seguindo estas diretrizes o Projeto Pedagógico do Curso Técnico do Nível Médio em Mecânica (PPC) do IFBA Campus Salvador, em casos de estudantes com deficiência ou necessidades específicas, conforme a Política de Inclusão do IFBA, a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou outras necessidades específicas no IFBA, estabelece as diretrizes para a promoção dos diversos tipos de acessibilidade no âmbito do IFBA.

No que se refere à acessibilidade pedagógica, o Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio segue o que orienta a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência no IFBA em atendimento à Legislação Federal, “assegura o atendimento especializado, as adaptações e as flexibilizações dos currículos e das práticas docentes, a flexibilização do tempo de aprendizagem, de avaliação e de integralização do curso e dá outras providências”.(IFBA. Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Forma Integrada do Ensino Médio, 2019, p.22).

Destacam-se no PDI do IFBA as ações voltadas ao desenvolvimento da atuação plena de discentes com deficiência, tendo como uma das suas atribuições a contratação de Tradutor e Intérprete de Libras/ Português para mediar a comunicação entre surdos e ouvintes, surdos cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa; interpretar, em Libras/ Língua Portuguesa, as atividades didático-

pedagógicas e culturais desenvolvidas na instituição de ensino, de forma a viabilizar o acesso dos estudantes aos conteúdos curriculares“, faz-se imprescindível identificar as necessidades de atualização dos professores no que tange às plataformas, sistemas digitais e instrumentos de apoio à aprendizagem, atentando-se para as novas ferramentas de tecnologia da informação, comunicação e tecnologia assistiva, assegurando, assim, a promoção e participação, em condições de igualdade, das pessoas com deficiência nessa modalidade de ensino” (PDI IFBA, p.183).;

Atuar também nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos, bem como no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim do IFBA “ às pessoas portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso” (PDI IFBA, Art. 5º, §2º).

De acordo com Ropoli (2011, p. 7), “a inclusão rompe com os paradigmas que sustentam o conservadorismo das escolas, contestando os sistemas educacionais em seus fundamentos”.

1.1 Principais documentos internacionais orientadores da inclusão

No Brasil, a apropriação do discurso favorável à inclusão foi fortemente influenciada por movimentos e declarações internacionais, desde o final da década de 1940, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tomando maior impulso a partir dos anos 1990 depois do advento da “Educação para Todos” e consequentemente da “Declaração de Salamanca” (1994),

A Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) produziu vários documentos norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas de seus países membros. O Brasil, membro da ONU e signatário desses documentos, reconhece seus conteúdos e os respeita na elaboração das políticas públicas nacionais. Dentre os documentos produzidos destacamos:

Quadro 1 – Documentos importantes norteadores para o desenvolvimento de políticas públicas

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO
Declaração Universal dos Direitos Humanos	Publicada pela ONU em 1948, assegurando a todas as pessoas, independente de raça, cor, sexo, religião, sem distinção alguma, os mesmos direitos à liberdade, a uma vida digna, à educação fundamental, ao desenvolvimento pessoal e social, enfim à livre participação na vida comunidade
Declaração Mundial Sobre Educação para Todos e “Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem”	Documento redigido em 1990 em Jomtien, na Tailândia, que ressalta a necessidade de reunir esforços na luta pelo acesso às necessidades básicas de aprendizagem de todos os cidadãos, sejam eles crianças, jovens ou adultos. Ele afirma que a educação é capaz de contribuir para a construção de um mundo, uma sociedade melhor.
Declaração de Salamanca	Documento resultante da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, realizada em 1994 na cidade de Salamanca, Espanha, promovida pela UNESCO. Nessa declaração foram lançados os princípios fundamentais da Educação Inclusiva, assegurando que a inclusão dos alunos com necessidades educativas especiais procede de um processo de reforma total do sistema educativo tradicional, “cuja meta é a criação de uma escola comum que ofereça uma educação diferenciada a todos, em função de suas necessidades e num marco único e coerente de planos de estudos”. Foi reafirmado o compromisso para com a educação para todos realizado em Jomtien, reconhecendo a necessidade e urgência de providenciar a educação para crianças, jovens e adultos com necessidades especiais, dentro do sistema regular de ensino. A Declaração reconhece os diferentes desafios aos sistemas escolares, no que diz respeito a buscar formas de educar crianças, jovens e adultos, de maneira satisfatória, incluindo os que possuem desvantagens ou dificuldades, seja de ordem física mental ou social. No campo da educação, isso implica no desenvolvimento de estratégias que promovam a igualdade de oportunidades. Aqui no Brasil, a Declaração de Salamanca, com certeza foi o marco que norteou a elaboração da “Política Nacional para Inclusão das Crianças com Necessidades Especiais” e de todas as leis relacionadas à Educação Especial
Convenção da Guatemala	Foi a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência realizada em 1999, na qual qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos

	<p>direitos das pessoas com deficiência, inclusive à educação é condenada. No seu artigo I, a Convenção define que o termo deficiência, significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social</p>
<p>Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, 2007</p>	<p>Em 13 de dezembro de 2006, em sessão solene da ONU, foi aprovado o texto final deste tratado internacional, firmado pelo Brasil e por mais 85 nações, em 30 de março de 2007, com o objetivo de tornar efetivos os direitos das pessoas com deficiência, embora sejam pessoas como as demais e cidadãos dotados de direitos como quaisquer outros seja pela legislação local, seja pelos vários documentos internacionais como a Declaração dos Direitos Humanos da ONU. O artigo 7 da convenção da ONU não cria novos direitos. Apenas os especifica, segundo a condição pessoal das pessoas para que possam ter as mesmas oportunidades que a maioria dos seres humanos.</p> <p>O documento internacional também resolveu a polêmica da coexistência entre um sistema segregado de educação, que se baseia na condição de deficiência, e um sistema comum, que reconhece e valoriza a diversidade humana presente na escola, ao explicitar que o direito das pessoas com deficiência à educação somente se efetiva em sistemas educacionais inclusivos, em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.</p>
<p>Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009</p>	<p>Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. No art. 24, afirma que as pessoas com deficiência devem receber o apoio necessário, no âmbito do sistema educacional geral, com vistas a facilitar sua efetiva educação. Aborda o aprendizado da língua de sinais e promoção da identidade linguística da comunidade surda; e a garantia de que a educação de pessoas, em particular crianças cegas, surdocegas e surdas, seja ministrada nas línguas e nos modos e meios de comunicação mais adequados ao indivíduo e em ambientes que favoreçam ao máximo seu desenvolvimento acadêmico e social. As pessoas com deficiência farão jus, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, a que sua identidade cultural e linguística específica seja reconhecida e apoiada, incluindo as línguas de sinais e a cultura surda.</p>

Fonte: Autoria Própria

Sobre a implementação da educação inclusiva internacional, podemos destacar uma importante questão na agenda da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, a eliminação do trabalho infantil, a promoção de condições igualitárias de trabalho para homens e mulheres e a inclusão de pessoas com deficiência e com HIV no mercado de trabalho.

Atualmente, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito das Pessoas com Deficiência (PCD) reconhece que as deficiências existem e elas não inferiorizam quem as tem. Pessoa portadora de deficiência (PPD) ou Portador de Necessidades Especiais (PNE) são termos errados e devem ser evitados, uma vez que não transmite a realidade como deveriam.

Concluindo, observamos neste parágrafo o Marco Legal da inclusão na educação de qualidade no Brasil baseado na Lei 13.146 de 06 de julho de 2015 onde a instituição dessas leis tem feito aumentar a matrícula dos alunos com necessidades específicas por vagas nas escolas da rede regular de ensino, vimos que é evidente que a inclusão se coloca como uma meta importante nos discursos e propostas no âmbito Nacional, Estadual e Municipais.

O quadro abaixo demonstra os documentos com medidas efetivas para aumentar a matrícula e inclusão dos estudantes com deficiência, por tipo de deficiência.

Quadro 2 – Documentos para aumentar a matrícula e inclusão dos estudantes com deficiência

DOCUMENTOS	DESCRIÇÃO
Constituição da República Federativa do Brasil de 1988	Os Estados Partes desta Convenção reconhecem o igual direito de todas as pessoas com deficiência de viver na comunidade, com a mesma liberdade de escolha que as demais pessoas, e tomarão medidas efetivas e apropriadas para facilitar às pessoas com deficiência o pleno gozo desse direito e sua plena inclusão e participação na comunidade. (Art.19) Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.
Ministério da Educação e Cultura	Art. 3º Inciso XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdocegas e com deficiência auditiva. Art. 60-A. [...] a modalidade de educação escolar oferecida em Língua Brasileira de Sinais (Libras),

	<p>como primeira língua, e em português escrito, como segunda língua, em escolas bilíngues de surdos, classes bilíngues de surdos, escolas comuns ou em polos de educação bilíngue de surdos, para educandos surdos, surdo-cegos, com deficiência auditiva sinalizantes, surdos com altas habilidades ou superdotação ou com outras deficiências associadas, optantes pela modalidade de educação bilíngue de surdos</p>
<p>Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional</p>	<p>Art. 4º Inciso III – atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtorno os globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;</p>
<p>Programa Nacional de Direitos Humanos</p>	<p>Objetivo estratégico IV: Promoção e proteção dos direitos das pessoas com deficiência e garantia da acessibilidade igualitária.</p> <p>Ações programáticas: e) Disseminar a utilização dos sistemas braile, tadoma, escrita de sinais e libras tátil para inclusão das pessoas com deficiência em todo o sistema de ensino.</p>
<p>Plano Nacional de Educação (PNE)</p>	<p>META 4: Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência,[...], o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.</p>
<p>Plano Estadual de Educação – PEE-BA</p>	<p>Meta 4: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezesete) anos com deficiência,[...], o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, até o último ano de vigência deste PEE-BA.</p>
<p>Plano Municipal de Educação de Salvador (PME) - BA</p>	<p>1.9 fomentar a oferta do atendimento educacional especializado complementar e suplementar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da Educação Especial nessa etapa da Educação Básica;</p> <p>4.8 garantir a oferta de educação bilíngue em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua aos alunos surdos e com deficiência</p>

	auditiva, em escolas e classes bilíngues, [...], bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;
--	---

Fonte: Autoria Própria

Relatamos que os avanços mais significativos, se deram a partir do século XX, onde foi desenvolvida a primeira diretriz política com a visão de que todos os cidadãos possuem direitos e deveres. Um dos principais acontecimentos, em 1948, foi a elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Assembleia Geral das Nações Unidas, na qual, em seu artigo 1º, se reconheceu que “todos os seres humanos nascem livres e iguais, em dignidade e direitos Finalizando com os principais documentos internacionais orientadores da inclusão. No próximo capítulo iremos demonstrar os aspectos históricos e teóricos da educação dos surdos no Brasil e os principais educadores de surdos no Brasil e no mundo.

No Brasil temos um marco institucional propício a inclusão produtiva. Faltam, no entanto, medidas administrativas e educacionais para efetivar esse direito.

CAPÍTULO 2

ASPECTOS HISTÓRICOS E TEÓRICOS DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS NO BRASIL

De acordo com Cabral (2001), a educação do surdo foi constituída historicamente por teorias, filosofias, políticas e ideologias. Diversos personagens fizeram parte dessa história que até hoje traz consequências para a vida do surdo. Abordaremos, de forma resumida, o contexto histórico da educação do surdo, desde a antiguidade até a idade contemporânea, que perpassa os dias atuais.

Apresentamos a história da educação de surdos a partir da Europa e dos Estados Unidos, origem das principais fontes históricas na área, visto serem elas as primeiras sociedades a utilizarem a língua de sinais e a fundarem as escolas para surdos ao final da Idade Média.

A partir do século XVI, começou a haver notícias de experiências educacionais com crianças surdas na Europa com o monge beneditino Pedro Ponce de León (1520-1584), considerado o primeiro professor de surdos na história, dedicou-se à educação de crianças surdas da nobreza castelhana. Em 1856, um surdo francês, chamado Huet veio ao Brasil a convite de D. Pedro II para fundar a primeira escola para surdos do país, chamada na época de Imperial Instituto de Surdos Mudos. Com o passar do tempo, o termo “surdo-mudo” caiu em desuso, por ser um termo incorreto. Essa escola persistiu e funciona até hoje, com o nome de Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES (BOGAS, 2016).

Mesmo que o reconhecimento oficial da Língua Brasileira de Sinais (Libras) como língua oficial no Brasil isto somente ocorreria no século XXI, com a Lei 10.436/2002, que norteia as ações a respeito do sujeito Surdo, considerada uma evolução na educação de surdos, pois trouxe a oportunidade de comunicação desta comunidade surda com os ouvintes esta linguagem já era usada desde o século XIX.

Segundo Rocha (2007), foi no dia 26 de setembro de 1857 que Huet, fundou o Instituto de Surdos e Mudos no Rio de Janeiro, onde hoje é ensinada de diversas maneiras, principalmente em cursos online, a língua em questão é uma junção da Linguagem de Sinais Francesa e da Língua de Sinais Brasileira antiga, que era utilizada pelos deficientes auditivos de diversas regiões do Brasil.

O primeiro dicionário de Libras com a linguagem totalmente brasileira foi lançado em 1875, por Flausino José da Gama.

Tal língua, ao que tudo indica, estava presente nas relações sociais entre os alunos, professores e funcionários do Instituto, nas práticas pedagógicas, nos materiais didáticos, e a importância de sua divulgação foi comprovada por meio da publicação da *Iconographia dos Signaes dos Surdos-Mudos*, de Flausino da Gama, em 1875. Além disso, a publicação de tal obra foi um importante marco para a constituição de uma língua de sinais nacional e para a sua difusão, apesar de ter sido espelhada na obra de 1856, de Pierre Pélissier, surdo francês (SANTOS,2020, p.11).

Com quase 30 anos de idade, a Libras faz o papel principal que toda linguagem desenvolve: conectar pessoas e permitir que comunicações sejam feitas, que o mundo seja apreendido pelos surdos por meio da sua linguagem, sendo a língua de sinais considerada como a sua L1, onde a língua oficial do país é ensinada como segunda língua (L2), e que essa experiência se dê de forma completa.

2.1 Principais educadores de surdos no Brasil e no mundo

Conhecer a evolução da história da educação de surdos e de educadores de surdos no Brasil e no mundo nos proporciona uma reflexão e conhecimentos, que nos leva a fazer vários questionamentos relacionados com a educação em várias épocas desta comunidade surda que nos remete a entender a educação de surdos nos diferentes períodos históricos.

Observaremos que dependendo dos contextos da história em que os surdos estão inseridos, existem diferentes metodologias de ensino e aprendizagem desta comunidade onde houve uma evolução e esforços ao decorrer do tempo por parte destes educadores na busca de uma metodologia adequada à comunidade surda.

Tentaremos reconstruir de forma breve neste capítulo, os fatos históricos e trazer os principais educadores de surdos no Brasil e no mundo e as transformações ocorridas no decorrer do tempo na educação da comunidade surda.

Quadro 3 – Transformações ocorridas no decorrer do tempo na educação da comunidade surda no Brasil e no mundo

Juan Pablo Bonet (1579-1633)	Se ocupou da educação de surdos da corte espanhola. Sendo considerado um dos mais antigos defensores da metodologia oralista, ensinando a leitura ao surdo, e por meio de manipulação de órgãos fonoarticulatórios ensinava-os a falar.
Johann Konrad	Foi médico, publica A Dissertation Speech. O seu livro foi a semente para a construção do modelo alemão para

Amman (1698-1774)	a educação do surdo em nível institucional. Interessasse pelo ensino de surdos e descobre que eles podem sentir as vibrações da voz quando colocava as mãos na garganta enquanto ensinava. Também utilizava os sinais e o alfabeto digital como instrumento para atingir a fala.
Jonh Wallis (1616-1703)	Escreveu o primeiro livro inglês sobre a educação do surdo na linha oral. Apesar de ser considerado elemento fundador do oralismo na Inglaterra, ele desistiu de ensinar os surdos a falar.
Charles Michel de L'epée (século XVIII)	O trabalho com os sinais teve início apenas no século XVIII com Charles Michel de L'epée. Fundador do Instituto Nacional para Surdos-Mudos em Paris construiu um sistema baseado na língua de sinais, criando outros sinais para as palavras francesas. Essa foi a época de ouro para os surdos, pois estes puderam demonstrar suas habilidades em diversos campos, antes dominado apenas por ouvintes.
Idade Contemporânea, Laurent Clerc (1785-1869)	Laurent Clerc (1785-1869) e Thomas Gallaudet (1787-1851), o francês e o americano foram os responsáveis pela introdução dos sinais e pela educação institucionalizada para surdos nos Estados Unidos. O americano, interessado na educação de surdos e em aprender um método que permitisse que ele implantasse um ensino especializado para surdos nos EUA. Em 1816, Gallaudet foi até a França e realizou um estágio no Instituto Nacional para surdos-mudos (L'Epée), no qual Clerc — brilhante ex-aluno surdo daquela escola — foi o seu instrutor. Clerc foi contratado por Gallaudet e eles foram juntos para os EUA naquele mesmo ano.
1817	Foi fundada a primeira escola pública para surdos, em Hartford, Connecticut, com o nome de Connecticut Asylum for the Education and Instruction of the Deaf and Dumb Persons (Asilo Connecticut para a Educação e Instrução das Pessoas Surdas e Mudas). Posteriormente, a escola recebeu o nome de Hartford School.
1857	Foi fundada a primeira escola para surdos no Rio de Janeiro – Brasil, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos”, hoje, “Instituto Nacional de Educação de Surdos” – INES, criada pela Lei nº 939 (ou 839?) no dia 26 de setembro. Foi nesta escola que surgiu, da mistura da língua de sinais francesa com os sistemas já usados pelos surdos de várias regiões do Brasil, a LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Dezembro do mesmo ano, o Eduardo Huet apresentou ao grupo de pessoas na presença do imperador D. Pedro II os resultados de seu trabalho causando boa impressão.

1864	A primeira faculdade para surdos é fundada por Edvard Gallaudet, filho de Thomas Gallaudet, autorizada pelo Congresso americano e localizada em Washington (National Deaf-Mute College, atualmente Gallaudet University).
1880	Congresso de Milão aconteceu como resultado de esforços de educadores de surdos oralistas, principalmente, da França e da Itália. Após o Congresso, o oralismo puro invadiu a Europa.
1951	A Federação Mundial dos Surdos (World Federation of the Deaf, WFD) é uma das mais antigas organizações internacionais de pessoas surdas do mundo. Reconhecendo que os surdos em todo o mundo enfrentam barreiras à total acessibilidade, direitos humanos iguais e participação nas decisões de formulação de políticas que os afetam. A WFD é uma organização não governamental internacional que representa aproximadamente 70 milhões de surdos em todo o mundo.
1957	Por decreto imperial, Lei nº 3.198, de 6 de julho, o “Imperial Instituto dos Surdos-Mudos” passou a chamar-se “Instituto Nacional de Educação dos Surdos” – INES.
1977	Foi criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos)
1981	Foi fundada e iniciou as atividades o Centro de Surdos da Bahia (CESBA), 1ª Associação de Surdos da Bahia
1987	Foi fundada a FENEIS– Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos, no Rio de Janeiro – Brasil, sendo que ela foi reestruturada da antiga ex-FENEIDA.
1994	Foi fundada a CBDS, Confederação Brasileira de desportos de Surdos, em São Paulo- Brasil
2000	Foi fundada em 02 de maio de 2000, por um grupo de pais que diante das dificuldades enfrentadas no desenvolvimento da escolaridade de seus filhos em escolas regulares, resolveram criar um ensino direcionado para eles, utilizando como recursos a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Fonte: Autoria Própria

Procuramos demonstrar neste capítulo que desde a tempos atrás, educadores e as principais comunidades surdas como associações e federações de surdos, representantes religiosas e outras entidades filantrópica, vem trabalhando para apoiar as pessoas surdas e suas famílias, como caráter educacional, assistencial e sociocultural empenhadas em promover a integração do surdo na sociedade, enquanto cidadão, através da educação, promovendo inclusão social e educacional,

profissionalização e capacitação, respeitando sua língua natural que é a Libras e articulando ações de defesa de direitos da pessoa surda ou com DA, visando assegurar sua formação educacional bilíngue (Libras/Língua Portuguesa), profissional e inserção no mundo do trabalho, sendo assim, representam importante espaço de articulação, inclusão social e encontro da comunidade surda. Em decorrência disto, associações de surdos surgem em função de reunir sujeitos surdos que participam e compartilham os interesses em comuns, assim como costumes, história, tradições, em uma determinada localidade.

As associações de surdos, iniciaram campanhas intensas no sentido de propagar os direitos dos cidadãos com deficiência: direitos a atendimentos qualificados, à educação, ao lazer, à qualificação profissional, à oportunidade de emprego. Contudo, apesar da evolução continuada desde a chegada do educador francês Harnest Huet no Brasil em 1857, onde foi principiada a educação formal de surdos com a fundação do Imperial Instituto Nacional de Surdos-Mudos (INSM), atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES), em 1977 Foi criada a FENEIDA (Federação Nacional de Educação e Integração dos Deficientes Auditivos) sendo que seu ápice em 2002 com a implantação da Lei de nº 10.436 que reconheceu a Língua Brasileira de Sinais como oficial no Brasil.

Todavia, Segundo Sofiato (2018), o INMS desde a sua fundação foi delineado uma matriz curricular para o trabalho com os estudantes surdos, com disciplinas que envolviam diferentes áreas do conhecimento. Reconhecidamente oralista, o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos prezava pelo desenvolvimento da linguagem oral dos estudantes por meio da leitura sobre os lábios, diferentemente de outros colégios da época, que ofereciam o ensino de mais de uma língua.

Soares (1999) afirma que a educação brasileira sofreu durante muito tempo influência do cenário educacional francês, Isso trouxe reflexos para educação dos surdos, que foi profundamente marcada por esta influência. A língua brasileira de sinais ainda estava longe de obter seu reconhecimento linguístico. Isso só se daria no século XXI, e não aparecia no programa educacional do Instituto por razões óbvias: em função do oralismo e por não ser considerada língua. Entretanto, queremos destacar a sua presença no cotidiano do colégio e as evidências de seu uso em algumas práticas escolares. Outra questão é que a língua brasileira de sinais, ao que tudo indica, ainda estava se constituindo no Brasil, na confluência com a língua francesa de sinais. (SANTOS,2020).

Vivenciamos momentos históricos caracterizados por mudanças, turbulências e crises, mas também de surgimento de oportunidades de melhoria neste processo metodológico na construção da educação do indivíduo surdo.

No capítulo a seguir, iremos demonstrar a importância do reconhecimento da língua brasileira de sinais através da Lei nº 10.436 reconhece como meio legal de comunicação e expressão em Libras e a Lei Nº 13.146 que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, consideradas um avanço na educação de Surdos, no processo de inclusão de pessoas surdas ou com deficiência auditiva.

CAPÍTULO 3

A LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE PESSOAS SURDAS OU COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA

De acordo com Silva (2018), a comunicação usando as mãos era uma realidade na pré-história, mas, aos poucos, foi substituída pela oralidade, pois as mãos começaram a ficar ocupadas pelo manusear das ferramentas. Por causa da predominância da língua oral, os surdos começaram a ser excluídos do convívio humano.

Na Grécia Antiga, os surdos não eram considerados seres humanos competentes, pois, para os gregos, sem fala, não havia linguagem e nem conhecimento, por isso os surdos eram abertamente marginalizados. Na Roma Antiga, os surdos também eram privados de seus direitos e não podiam fazer seus testamentos.(SILVA,2018)

Dando prosseguimento, segundo Silva (2018), na Idade Média, por sua vez, até o século XII, a Igreja Católica considerava que a alma dos surdos não era imortal, pois eles não podiam pronunciar os sacramentos. Foi somente na Idade Moderna que surgiu o primeiro professor de surdos: Pedro Ponce de León, um monge beneditino nascido na Espanha.

A história da Língua Brasileira de Sinais, também conhecida como Libras se mistura com a história dos surdos no Brasil. Na metade do século XVIII, Charles Michel de L'Épée desenvolveu um sistema de sinais para alfabetizar crianças surdas que serviu de base para o método usado até hoje.

O grande nome no desenvolvimento de uma língua de surdos foi o do professor francês Charles-Michel de l'Épée. Ele era um abade francês que se dedicou à educação dos surdos com o objetivo de poder educá-los de acordo com os princípios do cristianismo. Os especialistas do assunto dão a ele o título de **“pai dos surdos”** e afirmam que ele foi o primeiro a criar, na segunda metade do século XVIII, um alfabeto de sinais para alfabetizar surdos. Ele utilizou esse alfabeto para ensinar seus alunos surdos na escola criada por ele em 1755.(SILVA, 2018)

Na época, as crianças surdas ou com deficiência auditiva não eram alfabetizadas. O abade fundou, em 1755, a primeira escola para surdos, ensinando o alfabeto a seus alunos com gestos manuais, descrevendo letra por letra. Esse método foi, então, aperfeiçoado ao longo dos séculos nos vários países onde foi adotado.

A Libras é a língua de comunicação dos surdos no Brasil que se iniciou quando o Imperador D. Pedro II convidou o conde francês Ernest Huet, que era surdo, trouxe

a Língua de Sinais Francesa e a adaptou no Brasil, criando a Libras para ensinar surdos no Brasil que no século XIX se fortaleceu a partir da fundação do Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

A Libras é, ou deveria ser, a língua materna do surdo brasileiro, segundo SILVA (2018), isto é, a primeira língua com a qual ele tem contato. Ao contrário da língua portuguesa da modalidade oral-auditiva, que tem como canal a voz, a Libras está diretamente ligada a movimentos e expressões faciais para ser compreendida pelo receptor da mensagem.

Até o século XV, os surdos eram mundialmente considerados como ineducáveis na Europa e nos Estados Unidos,

Até o século XV, os surdos eram mundialmente aceitos como pessoas ineducáveis. A partir do século XVI, essa visão começa a mudar, e surgem pessoas que tentam desmistificar a ideia do surdo como alguém que não poderia ser educado, como Pedro Ponce de León, Juan Pablo Bonet e John Bulwer. (Carvalho,2007).

Este fato pôde ser observado também no Brasil até o ano de 2001, enquanto esteve vigente os antigos Códigos Civis Brasileiros de 1916, onde,

Art.1642. Pode fazer testamento cerrado o surdo-mudo, contanto que o escreva todo, e o assine de sua mão, [...] (BRASIL, 1916).

Neste mesmo contexto, desconsiderando a capacidade e a respeitabilidade do sujeito surdo,

Art. 1.650 Não podem ser testemunhas em testamentos, Inciso III. Os surdos-mudos e os cegos. (BRASIL, 1916).

e posteriormente o de Código Civil de 1942, que considerava os surdos absolutamente incapazes, onde sequer as palavras surdo, deficiência, deficiente e inclusão são mencionados, constatando assim, que não havia preocupação alguma em promover o bem a todos.

Em contraponto a isto, o Código Civil Brasileiro de 2002, descreve:

Art. 1.866. O indivíduo inteiramente surdo, sabendo ler, lerá o seu testamento, e, se não o souber, designará quem o leia em seu lugar, presentes as testemunhas. (BRASIL, 2002).

e não se levava em consideração que:

Art. 1º Toda pessoa é capaz de direitos e deveres na ordem civil. (BRASIL, 2002).

Apenas no início de século XXI, em janeiro de 2002, com a vigência do novo Código Civil Brasileiro, trouxe aos surdos o reconhecimento como plenamente capazes.

A Libras permite que as suas funções sejam socialmente mediadas e constituídas, propiciando o conhecimento das representações sociais através do reconhecimento das relações pensamento/ linguagem/ construção de conhecimento.

A Lei nº 10.436/2002 reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Libras e a Lei nº 13.146/2015 que institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, consideradas um avanço na educação de Surdos, tem sua importância ao reconhecer a Libras como a língua natural usada pelas comunidades no Brasil, e reconhecida como sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, para a transmissão de ideias e fatos.

A Constituição Brasileira narra no seu art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: “III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).

A Lei nº 10.845 instituiu o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências, assegurando que se deve:

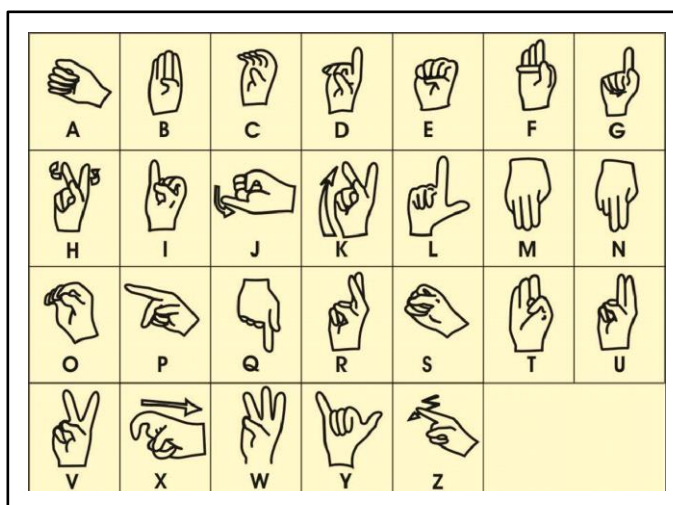
garantir, progressivamente, a inserção dos educandos portadores de deficiência nas classes comuns de ensino regular. [...]

Art. 3º Para os fins do disposto no art. 1º desta Lei e no art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, é facultado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios prestar apoio técnico e financeiro às entidades privadas sem fins lucrativos que oferecem educação especial, na forma de, Inciso I - cessão de professores e profissionais especializados da rede pública de ensino, bem como de material didático e pedagógico apropriado. (BRASIL, 2004)

Libras e português carregam estruturas diferenciadas. Estudos sobre a Libras foram iniciados no Brasil em 1981. Documento publicado pelo Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos do Ministério da Educação, em 2004, sobre a língua brasileira de sinais e a língua portuguesa, evidencia que, como em qualquer língua

falada, a fonologia é organizada baseada em um número restringido de sons que podem ser combinados em sucessões para formar uma unidade maior, ou seja, a palavra. Nas línguas de sinais, as configurações de mãos, juntamente com as locações em que os sinais são produzidos, os movimentos e as direções, são as unidades menores que formam as palavras.

Figura 3 –Alfabeto da Libras



Fonte: Super interessante, 2011

Essas conquistas na história recente, se somaram a outras atuais, que sempre passaram pelo campo da legislação. Nos últimos anos foram criadas leis e recomendações que buscaram regulamentar aspectos da língua de brasileira de sinais para propagar seu uso e garantir direitos à comunidade surda:

Quadro 4 – Leis criadas que buscaram regulamentar a Libras

2004	Lei que determina o uso de recursos visuais e legendas nas propagandas oficiais do governo.
2008	Instituído o Dia Nacional do Surdo, comemorado em 26 de Setembro, considerado o mês dos surdos.
2010	Foi regulamentada a profissão de Tradutor e Intérprete de Libras.
2015	Publicação da Lei Brasileira de Inclusão (ou Estatuto da Pessoa com Deficiência), que trata da acessibilidade em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, trabalho etc.

2016	Anatel publica resolução com as regras para o atendimento das pessoas com deficiência por parte das empresas de telecomunicações.
------	---

Fonte: Autoria Própria

Mesmo com todos esses avanços, a Libras ainda é pouco conhecida e usada entre os ouvintes. Para mudar essa realidade precisamos tratar a Língua Brasileira de Sinais como realmente nossa, defendendo-a e procurando aprender mais sobre ela.

Pelo fato de ser uma língua praticamente nova, a Libras tem apenas sinais para uma certa parte das palavras da língua portuguesa, quando não existe um sinal normatizado para a representação de determinado objeto ou situação, o intérprete utiliza a datilologia, mas a comunicação no que se refere aos termos técnicos da área de mecânica para elementos de máquinas como por exemplo: parafuso, porca, arruela, rebite, chaveta, cupilha, mancais, guias, rolamentos entre outros.

Surge uma das principais problemáticas que estes estudantes enfrentam, a não existência de um sinal normalizado entre os intérpretes e alunos surdos, ocasionando assim, um sinal para cada turma de estudantes surdos o que dificulta a comunicação entre eles na aprendizagem do ensino profissional e tecnológico, ressaltando que, o português é a segunda língua do surdo e isso implica uma metodologia apropriada para que possam ter maior fluência no entendimento da escrita.

A fundamentação teórica deste projeto de qualificação apresentado é baseada na tese de Stumpf (2005, p. 14), ela que é surda e desenvolveu pesquisa sobre a escrita de sinais para “servir de suporte a uma nova proposta pedagógica ao ensino da escrita de sinais e letramento para crianças surdas usuárias da Língua Brasileira de Sinais – Libras”.

Embora a tese de Stumpf (2005) fale sobre o estudo de crianças surdas, ela pode ser alvo de aplicação a qualquer faixa etária, visto que, ao iniciarmos o aprendizado num complexo de novo idioma, pode-se observar o comportamento de aprendizagem infantil e adaptá-lo às idades posteriores, como se pode depreender da obra de Vygotsky (2001), que demonstra justamente isso: como ocorre o processo de construção do pensamento e da linguagem. A sociedade necessita de se comunicar e utiliza a linguagem. Esta, para os ouvintes, é desenvolvida através da audição e da fala. Os surdos desenvolvem a comunicação gestual e expressiva; para eles, é natural gesticular e expressar-se fisionomicamente, e o desenvolvimento de uma modelagem

para alunos do ensino profissional e tecnológico com deficiência auditiva e surdez pode ser o canal entre a Libras e a Língua Portuguesa.

Stumpf (2002, p. 4), “na aula de escrita dos sinais também as palavras do português paralelas a cada sinal podem ser concertadas e os textos comparados nas duas línguas. Então, é uma forma interessante e participativa dos Surdos trabalharem as duas escritas, e muito profundamente, de maneira acessível (...)”, visa possibilitar que pessoas surdas ou com deficiência auditiva possam registrar seus pensamentos em sua própria língua materna (Libras).

Este relatório de pesquisa tem como finalidade propor uma modelagem para a construção de um Sinalário escrito que permitirá que pessoas com deficiência auditiva utilizem sinais correspondentes aos termos técnicos abordados em sala de aula na disciplina Elementos de Máquinas para o melhor aproveitamento dos mesmos na disciplina e sua melhor formação Técnico-vocabular, além de buscar padronizar a língua de sinais e expressões em Libras dos conteúdos de elementos de máquinas.

No IFBA, experiências importantes têm sido realizadas nesse sentido, por meio do Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), promovendo Oficinas de Acessibilidade que visam por meio de um curso básico de Libras, facilitar a comunicação entre surdo e ouvinte, já que os dois utilizam línguas diferentes (por sinais ou oral) (PDI IFBA, 2014).

A lei Nº 13.559 de 11 de maio de 2016 aprovou o Plano Estadual de Educação da Bahia, através da Educação Especial/ inclusiva, visando estimular a oferta de educação bilíngue, em Libras, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos estudantes surdos e com DA, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas,

Meta 4: Universalizar, para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, [...]o acesso à Educação Básica e ao atendimento educacional especializado, nas redes regulares de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, até o último ano de vigência deste PEE-BA.

nos termos do que dispõe o Decreto Federal nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005 e os art. 24 e 30 da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada pelo Decreto Federal nº 6.949, de 25 de agosto de 2009,

assim como consta nas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica de 2013, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos.

Um dos principais aspectos que classificam a Libras como uma língua é a sua organização gramatical própria. As suas estruturas frasais, por exemplo, não obedecem à estrutura da língua portuguesa. Construções das orações em Libras são mais objetivas e flexíveis, mesmo que, em sua maioria, sigam o padrão sujeito-verbo-objeto. Por exemplo, a frase “Eu vou ao cinema hoje logo mais à noite”, em Libras pode ser transmitida como “Eu-cinema-hoje-noite” ou “Hoje-noite-cinema”.

Figura 4 – Cumprimentos em Libras



Fonte: Hora do Professor: Bom dia, boa tarde e boa noite em Libras, 2019.

Na figura acima demonstramos os sinais em Libras dos cumprimentos Bom dia, Boa tarde e Boa noite, onde ponto importante é que, na Libras, cada palavra possui um sinal próprio e, quando ainda não há um sinal, podemos identificá-la com ajuda da datilologia, ou seja, com a soletração por meio do alfabeto em Libras.

Todavia, incentivar o uso dos meios de comunicação social apropriados à pessoa surda, especialmente em LIBRAS, promover e assessorar a educação e a cultura dos indivíduos surdos, assegurar o direito da presença do Intérprete da Língua Brasileira de Sinais aos estudantes e trabalhadores surdos, acesso aos cursos de qualificação profissional.

Atualmente, muitos são os estudos sobre a cultura surda e a evolução dessa comunidade que luta por igualdade de condições e o que notamos é que a sociedade começa a despertar para o respeito à diferença cultural do surdo e desmistificar um pouco a surdez vista como deficiência desde a antiguidade.

Portanto, a história das Línguas de Sinais ainda tem muitos capítulos a serem escritos. Seja pelos Surdos ou mesmo com a colaboração de ouvintes engajados na

causa surda. A Libras é uma língua viva que há uma interação que deverá ser acompanhada

Para finalizar, concluímos que entender sobre a história da Língua Brasileira de Sinais, lutas e conquistas dos surdos é extremamente importante para a valorização da cultura surda. Em seguida, faremos um relato do que nos incomodou onde cada turma os alunos tinham representações de sinais-termo diferentes em Libras para os mesmos Elementos da disciplina, onde nos levou a fazer este relatório de pesquisa em busca de uma padronização destes sinais.

CAPÍTULO 4

METODOLOGIA DA PESQUISA E ESTUDO DE CASO

Este relatório de pesquisa se desenvolveu mediante seu objetivo de pesquisa, em um estudo de caso em que relatamos nossa experiência nesta pesquisa educacional de abordagem qualitativa. O Estudo de Caso – enquanto método de investigação qualitativa – tem sua aplicação quando o pesquisador busca uma compreensão extensiva e com mais objetividade e validade conceitual, do que propriamente estatística, acerca da visão de mundo de setores populares. Interessa ainda as perspectivas que apontem para um projeto de civilização identificado com a história desses grupos, mas também fruto de sonhos e utopias. (ROCHA, 2008).

Em meados de 2017, em duas turmas equivalentes onde ministramos a disciplina Elementos de Máquinas no Curso Técnico em Mecânica da Modalidade Integrada no IFBA Campus Salvador, havia em cada turma dois alunos surdos. Em cada turma os alunos tinham representações de sinais-termo diferentes em Libras para os mesmos Elementos da disciplina. Ainda pior, havia situações em que cada aluno da mesma turma adotava seu próprio sinal em Libras do mesmo conteúdo em questão ou sua representação com datilologia, que é comunicação através de sinais feitos com os dedos. Devido a isto, ocasionava dificuldades no ensino e aprendizagem pelo fato de não haver uma padronização dos sinais de Elementos de Máquinas em Libras.

Sendo assim, existiam formas diferentes de trabalho entre os alunos, entre estes e o professor e entre os alunos e os intérpretes de Libras. No entanto, “Elementos de Máquinas são componentes mecânicos básicos usados como blocos da maioria das máquinas”. (BUDYNAS,2016)

A presença do aluno Surdo em sala exige que o professor reconheça a precisão da elaboração de novas estratégias e métodos de ensino que sejam adequados à forma de aprendizagem deste aluno Surdo. Independente do parecer de discentes com alguma necessidade, cabe aos professores e os demais profissionais da educação criar condições para que este espaço promova transformações e avanços a fim de dar continuidade a um dos objetivos da escola, ser um espaço que promove a inclusão social de qualquer indivíduo e o direito à educação. Portanto, os alunos

Surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia que atinja esta forma visual e esteja ligada a esta cultura Surda.

Diante desta realidade da falta de padronização da língua de Sinais para Elementos de Máquinas, pelo fato dos recursos da área técnica disponíveis em Libras serem muito exíguos, esta proposta de projeto nos levou a trazer melhorias na educação dos alunos surdos com a construção de um Sinalário, material didático específico destinado aos sujeitos surdos na disciplina de Elementos de Máquinas de um curso Técnico e Tecnológico de uma escola pública de Salvador, para tentar melhorar o ensino-aprendizagem e o diálogo com os alunos surdos que será o canal entre a Libras e a Língua Portuguesa, sendo que para muitos surdos ou alunos com DA o único meio de comunicação é a Libras.

Porém, em vista da impossibilidade de encontros presenciais devido a pandemia, decidimos desenvolver uma modelagem de um Sinalário para alunos surdos ou com DA de forma virtual. Segundo o secretário-geral da ONU, António Guterres, com dados de 2020, 1 bilhão de pessoas vivem com alguma deficiência no mundo – isso significa uma em cada sete pessoas no mundo. A falta de estatísticas sobre pessoas com deficiência contribui para a invisibilidade dessas pessoas. Isso representa um obstáculo para planejar e implementar políticas de desenvolvimento que melhoram as vidas das pessoas com deficiência.

Mesmo em circunstâncias normais, é menos provável que as pessoas com deficiência tenham acesso a oportunidades de educação, saúde e renda ou participem de suas comunidades, ou seja, tratando-se de alunos com DA e surdez, a melhor resposta para o ensino aprendido é uma educação que respeite as características de cada estudante, que ofereça alternativas pedagógicas atendendo às necessidades educacionais de cada aluno.

Para isso, os educadores precisam buscar desvendar o universo do aluno com DA e surdez, conhecer sua procedência, sua cultura e família, para que cada um possa aproveitar as oportunidades educativas e que essas sejam voltadas para satisfazer suas necessidades básicas de aprendizagem. Logo, desenvolver plenamente suas habilidades e continuar aprendendo, segundo a sua cultura. Isso porque a escola é um dos principais espaços de construção de cidadania e tem papel fundamental no desenvolvimento do ser humano.

Nossa proposta para a solução deste problema, é a criação de um Sinalário com 17 sinais referentes a disciplina em questão, todos os novos sinais passarão por

validações de órgãos competentes como: a Associação Educacional Sons e Silêncio (AESOS), o Centro de Surdos da Bahia (CESBA), Federação Nacional de Educação e Integração de Surdos (Feneis) e a CAPNE. Desta forma, uma vez aprovados, serão adicionados os termos técnicos que integra a Libras onde será possível contribuir para a melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem com a interação ouvintes e surdos.

Com 112 anos de funcionamento, o IFBA se adaptou para atender as necessidades de seus alunos, seja na construção de rampas de acesso, na contratação de intérpretes de Libras ou no apoio pedagógico, durante as aulas e nos contras turnos. O esforço busca propiciar aos alunos com deficiência a oportunidade de adquirir conhecimento no mesmo ambiente de outros estudantes, mas ainda há muito trabalho a ser feito para que se concretize a inclusão de alunos surdos e com DA, estes dados revelam a evolução da inclusão no IFBA.

4.1 HISTÓRIA DO IFBA

A Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica inicia a sua história como instituição a partir do dia 23 de setembro de 1909, quando o Presidente Nilo Peçanha, através do Decreto nº. 7566, cria as Escolas de Aprendizes Artífices nas capitais dos estados, oferecendo educação profissional para a população em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Na Bahia, o responsável pelo projeto de implantação da Escola foi o professor Francisco Antônio Caymmi.

Em 27 de janeiro de 1910, a instituição entra em funcionamento no Centro Operário da Bahia, localizado no bairro Pelourinho, atual Solar do Ferrão, oferecendo cinco cursos: alfaiataria, encadernação, ferraria, marcenaria e sapataria.

Na década de 1960, foi criado um movimento que buscava apresentar às empresas da Bahia a importância da Escola Técnica para a formação de profissionais capacitados. A ação resultou na criação de mais dois cursos importantes na história da Escola Técnica: eletrotécnica, que visava atender às necessidades do Plano de Eletrificação do estado, através da Companhia de Eletricidade do Estado da Bahia (Coelba), e o curso de mecânica, servindo às indústrias que estavam se instalando na região nesse período.

Durante a década de 1970, a Escola Técnica consegue notoriedade e se firma com excelência no ensino, sendo sinônimo de inserção no mundo do trabalho. Em 1978, entra em funcionamento o Polo Petroquímico de Camaçari, na época o maior polo industrial do hemisfério sul. Dessa maneira, a instituição cria vínculos com o

empreendimento, adaptando os seus cursos e planejamentos pedagógicos com as demandas do nascente polo. Essa medida garantiu alta empregabilidade dos alunos não apenas no polo, mas também em outras empresas parceiras, tornando-se, assim, a primeira opção dos adolescentes que buscavam inserção no mundo do trabalho.

O CEFET também estimulou o surgimento de cursos de pós-graduação, instituindo uma cultura de pesquisa e extensão. A partir de 29 de dezembro de 2008, com a criação da Lei nº. 11.892, os antigos Centros Federais, as Escolas Agrotécnicas e Escolas Técnicas passam a compor a Rede Federal de Ensino Profissional, passando o CEFET à condição atual Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA). Essa mudança é reflexo da qualidade de ensino da Rede em todo o Brasil e o início de um trabalho conjunto e coordenado de todas as instituições da alçada federal em prol da construção de conhecimento e novas tecnologias, possibilitando o aumento no número de vagas oferecidas para o ensino básico, graduação e pós-graduação.

De acordo com Lüdke e André (1995, p. 11), a pesquisa qualitativa supõe o contato direto e prolongado do pesquisador com o ambiente e a situação que está sendo investigada, geralmente através do trabalho intensivo em campo.

Os alunos Surdos aprendem de forma diferente e é necessária uma metodologia que atinja esta forma visual de comunicação e esteja ligada a esta cultura Surda, sendo assim, a proposta deste trabalho parte da criação ou aproveitamento dos sinais já utilizados e memorizados pelos alunos surdos em sala de aula para o desenvolvimento de um Sinalário para facilitar a comunicação entre surdos e ouvintes, se pauta na catalogação dos sinais-termo, organização da definição do conceito e aplicação de cada sinal-termo a um determinado Elementos de Máquinas em uma frase, com filmagem, fotos e imagem dos sinais.

Circunstância que nos motivou a princípio a escolha dos 17 sinais relacionados à disciplina Elementos de Máquinas, que serão adicionados os termos técnicos que integram a Libras onde será possível colaborar com a interação ouvintes e surdos durante os conteúdos trabalhados no Curso Técnico em Mecânica.

Desta forma, para que se torne um instrumento válido e fidedigno de investigação científica, a observação precisa ser antes de tudo controlada e sistemática. Isto implica em um planejamento cuidadoso do trabalho e uma preparação rigorosa do observador.

Segundo Lüdke e André (1995, p. 35), planejar significa determinar com antecedência "o quê" e "o como" observar. Sendo assim, a primeira tarefa, pois, no preparo das observações é a delimitação do objeto de estudo. Definindo-se claramente o foco da investigação e sua configuração espaço-temporal, ficam mais ou menos evidentes quais aspectos do problema serão cobertos pela observação e qual a melhor forma de captá-los. Cabem ainda nessa etapa as decisões mais específicas sobre o grau de participação do observador, a duração das observações etc.

4.2 Aspectos dos sujeitos

Fizeram parte deste relatório de pesquisa, quatro alunos surdos do IFBA, ao qual eles terão suas identidades mantidas em sigilo podendo ser identificados de forma. A1, A2, A3, A4. Estes sujeitos participantes da pesquisa foram escolhidos por serem matriculados e frequentavam a disciplina de Elementos de Máquinas. Contaram ainda com o suporte de um profissional Tradutor e Intérprete de Libras (TILS) que repassa, na língua de sinais, o conteúdo explicado pelo professor.

Este profissional surgiu com a necessidade da comunidade surda de possuir um mediador no processo de comunicação com os ouvintes, em um sistema de tradução dos assuntos. Dentro desta educação, não havendo um professor proficiente em Libras em sala de aula, o profissional TILS é fundamental para a comunicação, os quais em conjunto com o pesquisador delinearão os referidos sinais.

Diante disto, cria-se a oportunidade para respeitar identidades e para produzir um ambiente de aprendizagem onde cada aluno surdo tenha a possibilidade de se sentir útil e participativo.

São muitos os casos e muitas as histórias de surdos profissionalizados que vivem as identidades flutuantes, pois não conseguiram estar a serviço da comunidade ouvinte por falta de comunicação e nem a serviço da comunidade surda por falta da língua de sinais. É o sujeito surdo construindo sua identidade com fragmentos das múltiplas identidades de nosso tempo, não centradas, fragmentadas. (PERLIN, 1998, p. 66)

A profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - Libras, foi regulamentada pela LEI Nº 12.319/2010, que no seu Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua

Portuguesa. Complementando, no Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

- I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdos-cegos, surdos-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;
- II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares.

Inicialmente, após um período de observação, etapa importante para traçar linhas de ação e reduzir a distância entre o pesquisador e os participantes as atividades deste projeto, descrevemos abaixo, 7 etapas metodológicas para a construção do Sinalário.

4.3 Etapas para a construção do Sinalário

Após as definições e argumentos o elemento norteador para a construção do Sinalário na perspectiva de um planejamento participativo, há necessidade da descrição das seis etapas, são elas:

1ª: As entrevistas virtuais aos alunos surdos e com DA do Curso Técnico em Mecânica do IFBA Campus Salvador em parceria do profissional TILS como principal mecanismo de ligação entre professor e aluno surdo, transcorreram num clima de diálogo entre entrevistador e entrevistados. Durante a entrevista, os alunos foram convidados a responder um questionário com questões abertas com a finalidade de adquirir informações. Foi uma das etapas fundamentais para conseguirmos subsídios e coleta de dados para a construção do Sinalário.

O questionário conforme Marconi; Lakatos (2006, p. 203) “é um instrumento de coleta de dados constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador [...]”.

Durante esta etapa obtivemos informações para entender melhor suas dificuldades, suas aspirações sobre a disciplina, seus conhecimentos e ainda o seu interesse em participar da construção do Sinalário, pois nem todas as informações podem ser obtidas por meio de pesquisa bibliográfica ou de observação. A única forma de coletá-las é através de entrevistas. É também o momento de tirar dúvidas sobre o que vem a ser um Sinalário.

Ao decorrer das entrevistas os participantes foram instigados a emitir suas opiniões e sugestões sobre quais sinais-termos serão utilizados e implementados para cada elemento de máquina. Nesse sentido, a utilização de entrevistas foi relevante por gerar ricas contribuições à pesquisa. Vale ressaltar que o grupo educacional e os educandos autorizaram a realização dela.

Nesta entrevista foi perguntado aos estudantes surdos,

Quadro 5 – Questionário aos alunos surdos ou com D.A.

Questão	Perguntas
1	Há uma boa compreensão sobre o que estava sendo ministrado pelo professor de Elementos de Máquinas?
2	O que você sabe a respeito de Elementos de Máquinas?
3	Por que você quer fazer parte deste projeto?
4	O que você espera com a realização deste projeto?
5	Você tem alguma pergunta ou dúvida?

Fonte: Autoria Própria

Lüdke e André (1995, p. 25-44) na obra *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*, no terceiro Capítulo, descreve três métodos de “coleta” de dados: a observação, a entrevista e a análise documental. Porém, para os pesquisadores, “a vantagem da entrevista sobre outras técnicas é que ela nos permite a captação imediata e corrente da informação desejada, praticamente com qualquer tipo de informante e sobre os mais variados tópicos”. Esse dispositivo nos permite aprofundar o ponto que buscamos escutar nas entrevistas. No ato da entrevista, o pesquisador realiza “correções necessárias solicitando esclarecimentos e adaptações que a tornam sobremaneira eficaz na obtenção das informações”.

Rosa e Arnoldi (2008), na obra *A entrevista na pesquisa qualitativa*, confirmam que a entrevista nem sempre foi vista da mesma forma entre pesquisadores para pesquisadores e nem entre período para período. Segundo as pesquisadoras referidas:

Dos primórdios científicos até 1982, os autores seguiam uma linha em que prevalecia a mensuração, as definições operacionais, as variáveis, os testes hipotéticos e as análises estatísticas, nesta época, a Entrevista não se constituía de um instrumento privilegiado de investigação. Após 1982, priorizou-se enfatizar a descrição, a indução e a teoria que fundamentam o estudo das percepções pessoais. Passou-se a designar essa abordagem

como sendo a Investigação Qualitativa. (...). Privilegiam, essencialmente, a compreensão do comportamento a partir da perspectiva dos sujeitos da investigação. As estratégias mais representativas são: Observação Participante e a Entrevista em Profundidade. (ROSA; ARNOLDI, 2008, p. 18).

As reuniões com os participantes (colaboradores surdos) foram via videoconferência usando como plataforma o Google institucional do IFBA, pois identificamos que por este canal de comunicação iria facilitar na intermediação do TILS e a coleta dos dados e poder através das respostas dadas por cada sujeito responder o problema deste projeto de pesquisa.

Durante a entrevista, foi feita uma explicação sobre a pesquisa (objetivos) onde os participantes tiveram acesso aos Elementos de Máquinas virtualmente por amostras físicas ou figuras.

No quadro abaixo foram apresentadas as percepções dos estudantes surdos sobre a compreensão em relação a aprendizagem ao assunto sobre Elementos de Máquinas no cotidiano da sala de aula.

Quadro 6 – Avaliação da aprendizagem

Sujeitos	1) Há uma boa compreensão sobre o que estava sendo ministrado pelo professor de Elementos de Máquinas?
A1	Não. Muito difícil de entender.
A2	Não entendi nada.
A3	Entendo um pouco com a ajuda do intérprete.
A4	Muito difícil.
Sujeitos	2) O que você sabe a respeito de Elementos de Máquinas?
A1	Não conhecia.
A2	Pouca coisa
A3	Sabia nada.
A4	Alguma coisa.
Sujeitos	3) Por que você quer fazer parte deste projeto?
A1	Porque acho este projeto interessante.
A2	Porque quero colaborar na construção do Sinalário.
A3	Porque acredito que vou ser útil.
A4	Porque acho o projeto bom.
Sujeitos	4) O que você espera com a realização deste projeto?
A1	Espero aprender melhor elementos de máquinas.

A2	Espero fazer um Sinalário que possa ser utilizado por outros surdos
A3	Espero ajudar a construir o Sinalário.
A4	Aprender mais.
Sujeitos	5) Você tem alguma pergunta ou dúvida?
A1	Não. Entendi tudo.
A2	Não.
A3	Sim. Quando vamos começar a fazer os sinais do Sinalário?
A4	Não. Tudo bem.

Fonte: Elaborado pelo pesquisador com dados coletados em Jun./2020.

2ª: Foram realizadas pesquisas bibliográficas onde os colaboradores surdos tiveram acesso aos tipos, às definições, às características, às formas, aos materiais e às empregabilidades e usos dos E.M.

Para Perlin (1998), a educação precisa desconstruir os vários preconceitos instituídos pelo império do oralismo. Não é justo querer que o surdo seja um ouvinte, O surdo é um sujeito surdo e a escola precisa entender essa questão que envolve a cultura e identidade surda.

Neste contexto, “Nada sobre nós sem nós” tem sido há tempos um norte de movimentos de direitos para pessoas com deficiência quando pessoas com deficiência são consultadas, isto leva a leis, políticas e programas que contribuem para sociedades e ambientes mais inclusivas, isto pode incluir desenvolvimento de informações acessíveis sobre processos de tomada de decisões, implementação de metodologias inclusivas e garantias de organizações de pessoas com deficiência.

3ª: Após essa etapa passamos a apresentação conceitual e física de peças mecânicas integrantes do conteúdo da disciplina Elementos de Máquinas em slides, leituras de textos, apresentação das peças, além de mostrar o uso das peças na prática para os alunos surdos os quais, após apropriação do conteúdo definiram os respectivos sinais em Libras para os elementos de máquinas. Essa linguagem visual facilitou a compreensão do conteúdo por parte dos alunos surdos.

4ª: Após ser passado todo o conteúdo teórico, coube aos surdos utilizarem de seu conhecimento sobre a cultura da comunidade surda para a substituição da ideia imaginativa do conteúdo para uma criação física que demonstrava a sua interpretação do mundo em forma de sinal-termo, representação da comunicação na Libras.

Neste contexto, os colaboradores surdos criaram um sinal para cada E.M. depois de observar as suas características, as aplicações, definição e o perfil do elemento de máquina, nisso, atribuíram propostas de sinais de identificação deste elemento que contemplavam as suas características técnicas representativas em relação ao termo abordado. Tais termos técnicos, criados pelos surdos, também desenvolvem a comunicação e o entendimento, considerando que a inclusão dos novos conceitos estimula a curiosidade acerca da vivência da Libras por ser parte dos conteúdos estudados em outras matérias

O sinal será usado como uma forma mais prática e visual de identificação do elemento de máquinas dentro da comunidade surda e ouvintes na sociedade. Sendo assim, um elemento de máquina proposto neste projeto possui um sinal próprio, sempre que for apresentada a um surdo, não será preciso soletrar seu nome através da datilologia, o elemento de máquina será apresentado com o seu próprio sinal.

De acordo com Felipe e Monteiro (2007, pg. 21), para a elaboração dos Termos Técnicos em Libras utilizamos os cinco parâmetros formativos das Libras usadas pela comunidade surda brasileira: a) a configuração de mãos, b) ponto de articulação, c) o movimento, d) orientação/ direção, d) expressão facial e e) expressão corporal.

Assim, apresenta as posições das mãos (direita e esquerda), as quais foram utilizadas como parâmetro para a criação do Sinalário, material didático pedagógico em Libras para o curso de Técnico em Mecânica.

5ª: Neste Sinalário, além do sinal-termo em Libras desenhado, foram agrupados a definição e a figura de cada Elementos de Máquinas, conforme pode ser visto na proposta de modelo de estrutura do Sinalário contido na Fig 5.

6ª: Finalizadas as etapas acima, houve a catalogação dos sinais em ordem alfabética que serviram de base para desenvolvimento desta modelagem de ensino técnico para alunos com DA e surdos.

7ª: Sobretudo, buscar o direito de reconhecimento e autoria desta obra (Sinalário) através da Propriedade Intelectual em processo 23278.003095/2022-82 no Sistema Eletrônico de Informações (SEI) do IFBA junto à Diretoria de Inovação (DINOV) também do IFBA, onde os documentos pertinentes foram anexados ao processo, ao qual está em andamento.

Respeitando a Comunidade e Cultura Surda, foi fundamental a participação dos alunos com DA e surdez do processo de construção desse Sinalário, pois eles

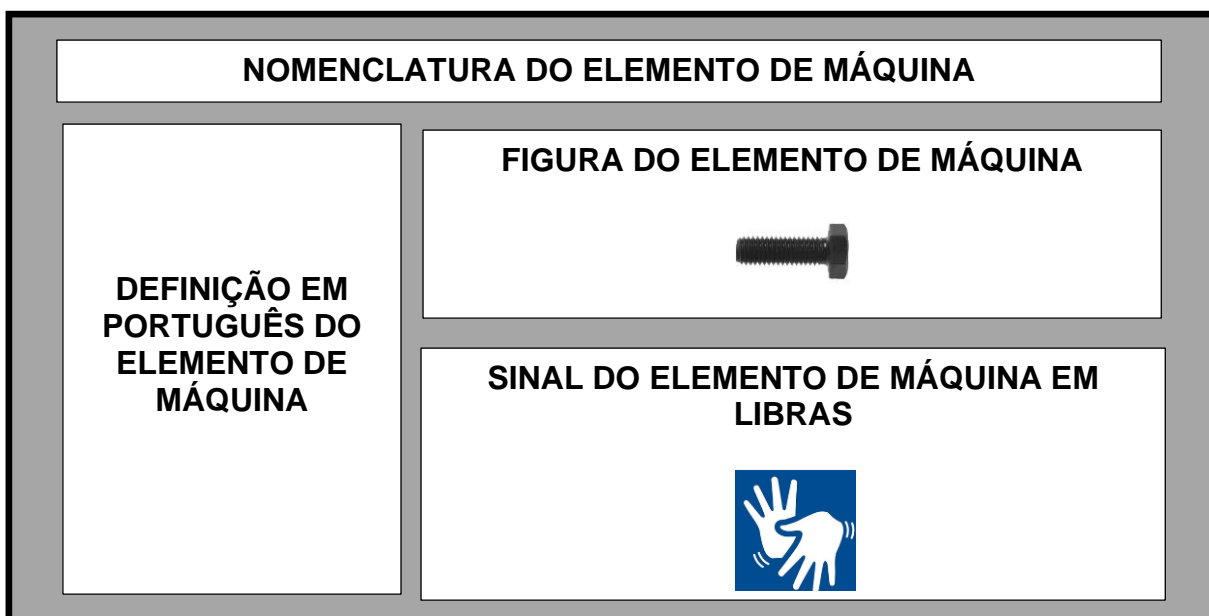
orientaram quanto ao sinal que foi utilizado para cada elemento de máquina, ao tamanho, forma do desenho e se o objetivo está sendo alcançado.

O perfil dos alunos surdos participantes do projeto é semelhante aos demais estudantes do IFBA, Campus Salvador. São estudantes oriundos da classe média-baixa e da rede pública de ensino, em sua maioria apresentando vulnerabilidade socioeconômica, cujos pais e responsáveis pertencem às classes trabalhadoras que lutam pela sobrevivência material de suas famílias. Interessante notar que estes alunos pretendem continuar os estudos na esfera superior, demonstrando grande interesses em fazer a inscrição para o ENEM, pois, apesar das dificuldades encontradas, pensam a educação como possibilidade de melhoria de sua condição de vida.

Considerando o que foi apresentado neste estudo, o Sinalário é a representação gráfica da língua de Sinais que pode se tornar uma ferramenta facilitadora de tradução dos conteúdos necessários ao ensino-aprendizagem, devido ao fato de funcionar como um canal de comunicação de quaisquer informações entre educadores e alunos surdos e vice-versa. Um exemplo do uso do Sinalário é a possibilidade de produzir apostilas e apresentações digitais com os textos e as legendas nesta escrita para atender aos alunos surdos, agilizando e facilitando a transmissão de informações e conteúdos curriculares.

Todo material contido no Sinalário constitui um recurso que o Projeto de desenvolvimento de uma modelagem para alunos do ensino técnico e tecnológico com DA e surdez disponibilizará para o desenvolvimento do ensino e de um aprendizado efetivo, portanto, esse recurso só cumpre o seu papel quando manipulado de forma que o professor ou o intérprete de Libras oriente os alunos com deficiência auditiva quanto ao que se espera que eles aprendam. Os recursos são disponibilizados para os alunos, não apenas nas aulas de reforço, mas também nas aulas regulares.

Figura 5 - Proposta de modelo de estrutura do Sinalário



Fonte: Elaboração Própria

Partindo do pressuposto de que a educação não existe a margem da sociedade, a análise no projeto de qualificação tomou em consideração que é fundamental a educação de todos e inclusão destes alunos surdos nas classes que tem, majoritariamente, estudantes ouvintes a pensar e produzir diferentes possibilidades de educação enquanto modificadora de saberes e conhecimento.

Observamos neste capítulo que após um período de observação, descrevemos 6 etapas metodológicas para a construção do Sinalário. Em seguida, pretendemos fazer a apresentação do IFBA Campus Salvador que é a localidade onde estão os sujeitos objetos deste relatório de pesquisa.

CAPÍTULO 5

APRESENTAÇÃO DO IFBA CAMPUS SALVADOR

Nesta parte, será feita uma apresentação do IFBA Campus de Salvador por ser de extrema importância conhecer o histórico de mudanças contínuas e transformações do instituto que teve seu início em 1909 como a primeira sede da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, na Bahia, instaurada pelo Presidente da República, Nilo Peçanha, que criou 19 escolas de Aprendizes e Artífices, a partir dos Decretos nº. 787 de 11/09/1909 e nº 7.566 de 23/09/1909 que ao longo dos anos, recebeu distintas denominações.

Em 02 de julho de 1910, foi inaugurada a Escola de Aprendizes Artífices da Bahia, subordinada ao Ministério da Educação e Saúde Pública, através da Inspeção do Ensino Profissional Técnico. A escola — que ofertava cursos e oficinas de alfaiataria, encadernação, ferraria, sapataria e marcenaria — foi instalada, provisoriamente, no Centro Operário da Bahia, no Pelourinho, na cidade de Salvador. Posteriormente, mudou-se para o Largo dos Afritos e, em 1926, foi transferida para o Bairro do Barbalho, local onde se encontra até hoje.

Dentre os nomes que recebeu estão Liceu Industrial de Salvador, em 1937; Escola Técnica de Salvador (ETS), em 1942; Escola Técnica Federal da Bahia (ETFBA), em 1965; Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia (CEFET/BA), resultado da fusão entre o Centro de Educação Tecnológica da Bahia (CENTEC). Em 1993, a Escola Técnica Federal da Bahia, por meio da lei 8.711, se transformou em CEFET-BA, resultado da fusão com o CENTEC, criado pela Lei nº. 6.344, de 6 de julho de 1976.

O CEFET-BA ampliou a oferta de cursos de graduação tecnológica. Além de formar Técnicos de Nível Médio, passou a ter cursos do Ensino Superior com a oferta dos cursos: Administração Hoteleira, Manutenção, Petroquímica, Manutenção Elétrica, Manutenção Mecânica, Telecomunicações e Processos Petroquímicos. Em 1996, ampliou a oferta de ensino superior, a Instituição deu início ao curso de Bacharelado em Administração e das Engenharias Industrial Elétrica e Industrial Mecânica e o Curso de Engenharia Química. O papel dos CEFET's no combate à desigualdade social por meio da formação profissionalizante é ratificado com o PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na

Modalidade de educação de Jovens e Adultos, que segundo o Ministério de Educação, tem por objetivo “atender à demanda de jovens e adultos pela oferta de educação profissional técnica de nível médio, da qual em geral são excluídos, bem como, em muitas situações, do próprio ensino médio”.

Finalmente, em 2008, após a aprovação da Lei Federal nº 11.892, o CEFET-BA tornou-se Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA) e cada uma das unidades de ensino ganhou a denominação de Campus. Até meados de 2010, as instalações da Reitoria estavam situadas no Campus de Salvador, quando os setores da Reitoria foram transferidos para o bairro do Canela, também na cidade de Salvador.

Com a última transformação, o Instituto passa a ter características bem peculiares: equipara-se às universidades federais, atuando com a verticalização do ensino, da educação básica e profissional à superior, além de apresentar estrutura pluricurricular e multicampi.

Hoje, o IFBA está em mais de 20 cidades da Bahia, com 17 campi e 5 núcleos avançados, oferecendo cursos de nível médio, nas formas integrada, subsequente e Proeja (educação de jovens e adultos), além de superior, através de bacharelados, engenharias, licenciaturas, formações tecnológicas e pós-graduações. (FARTES,2009).

Assim, o Campus de Salvador é a maior e mais antiga unidade do IFBA, instituição de educação superior, básica e profissional, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na articulação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com a própria prática pedagógica, abrangendo ensino, pesquisa, extensão e inovação, tendo a missão de, conforme descrito no Projeto Pedagógico Institucional - PPI, “promover a formação do cidadão histórico-crítico, oferecendo ensino, pesquisa e extensão com qualidade socialmente referenciada, objetivando o desenvolvimento sustentável do país” (IFBA, PPI, 2013, p. 27).

Atualmente, a cidade de Salvador possui uma população estimada de 2.900.319 habitantes (IBGE, 2021), sendo a quarta capital mais populosa do país, considerando sua Região Metropolitana de Salvador (RMS), com área de extensão territorial de 693.453 km². Por outro lado, a RMS como um todo teve crescimento de 0,77% e segue em sétima posição entre as 28 regiões metropolitanas existentes no país, com população estimada de 4.015.205 habitantes. A cidade possui também o

terceiro maior produto interno bruto (PIB) da região Nordeste, sendo considerada uma metrópole regional pelo IBGE, além de ser o centro econômico do estado da Bahia.

Segundo definido pelo IBGE, o PIB é a soma de todos os bens e serviços finais produzidos por um país, estado ou cidade, geralmente em um ano. Todos os países calculam o seu PIB nas suas respectivas moedas.

O Campus de Salvador, situado no Centro Histórico, bairro Barbalho, localidade tradicional da conhecida cidade alta, encontra-se entre as regiões do bairro Santo Antônio Além do Carmo, da Liberdade, de Macaúbas e de Nazaré.

Desta forma, o Campus de Salvador oferece, gratuitamente, educação profissional em diferentes níveis — do básico ao superior —, incluindo cursos integrados ao Ensino Médio, subsequentes, educação de jovens e adultos (Proeja), bacharelado, engenharias, licenciaturas, graduações tecnológicas, pós-graduações *lato-sensu* e *stricto sensu*. Apresentados da seguinte forma:

Quadro 7 - Cursos oferecidos pelo IFBA Campus de Salvador

<p>Cursos Técnicos de nível médio:</p>	<p><u>Forma Curricular Integrada:</u> Automação Industrial, Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica, Geologia, Mecânica, Química e Refrigeração; <u>Forma Curricular Subsequente:</u> Automação Industrial, Eletrônica, Eletrotécnica, Hospedagem, Manutenção Mecânica e Saneamento; Forma Curricular Integrada na modalidade EJA: Saneamento.</p>
<p>Cursos Superiores:</p>	<p>Bacharelado: Administração; Engenharias: Industrial Elétrica, Industrial Mecânica e Química; Licenciaturas: Física, Geografia e Matemática (Presenciais); Física, Matemática e Licenciatura em Educação Profissional e Tecnológica (EaD); Graduações Tecnológicas: Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Eventos e Radiologia.</p>
<p>Cursos de Pós-graduação:</p>	<p><u>Pós-graduação <i>lato-sensu</i>:</u> Desenvolvimento de Aplicações e Games para Dispositivos Móveis (Presencial), Computação Distribuída e Ubíqua (Presencial), Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Presencial) e Estudos Étnicos e Raciais (Presencial). <u>Pós-graduação <i>stricto sensu</i>:</u> Mestrado - Engenharia de Materiais (PPGEM), Engenharia de Sistemas e Produtos (PPGESP), Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Educação Profissional e Tecnológica em Rede Nacional (ProfEPT) e Ciências e Tecnologias Ambientais. Doutorado – Multi-institucional e Multidisciplinar em Difusão do Conhecimento</p>

	(DMMDC); Interinstitucional em Engenharia de Materiais; e Estatística e Experimentação Agropecuária (IFBA, PPI, 2013, p. 132).
--	--

Fonte: Autoria Própria

Devido à proposta de ampliação do acesso à educação, tem havido ampliação da oferta e, conseqüentemente, da procura por cursos online no país. Apesar de a modalidade ser de ensino a distância, o curso engloba diversas atividades presenciais como avaliações, aulas laboratoriais, oficinas, tutorias, entre outras.

No Campus de Salvador, o Curso Técnico em Mecânica surgiu no ano de 1968. As aulas no então Curso de Manutenção Mecânica tiveram início em 1934, e continuam até hoje. O curso surgiu da necessidade de mão-de-obra especializada para atender o parque industrial baiano, o quarto maior do país, de uma forma que dialogasse com a formação humanística do CEFET-BA com a carência do setor industrial. Com a Resolução Nº 12, de 12 de agosto de 2014, o Presidente em exercício do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia, aprovou a Matriz Curricular do Curso Técnico em Mecânica, na forma integrada ao Ensino Médio, com vigência a partir de 2010. O curso Técnico em Mecânica recebe novos alunos anualmente, nas modalidades integradas (com a realização do curso técnico junto com o ensino médio), concomitância externa (para estudantes que fazem ensino médio em outra instituição) e subsequente (para quem já se formou no ensino médio).

A matriz curricular do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio atual em vigor é composta por componentes curriculares em regime seriado anual, em tempo integral, com carga horária total de 3.360 horas. Os componentes curriculares estão organizados em quatro séries letivas, com tempo mínimo de quatro anos para integralização do curso

Nova matriz curricular do Curso Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio entrará em vigor para as turmas de 2020.1 que é composta por componentes curriculares em regime seriado anual, em tempo integral, com carga horária total de 3.260 horas, sendo 1.740 horas destinadas ao Núcleo Básico, 300 horas ao Núcleo Politécnico e 1.500 horas ao Núcleo Tecnológico. Os componentes curriculares estão organizados em três séries letivas, com tempo mínimo de três anos para integralização do curso.

Os alunos durante o curso têm acesso a prática profissional, que compreende diferentes situações de vivência de aprendizagem e trabalho por meio de experimentos em laboratórios, oficinas, empresas pedagógicas, visitas técnicas, pesquisa sobre atividades profissionais, projetos de pesquisa, simulações, observações, entre outras atividades e estágio supervisionado, conforme previsto na organização curricular do curso. No contexto dos cursos técnicos, conforme a Resolução CNE/CEB nº 06/2012, prática profissional corresponde a: Prática profissional intrínseca ao currículo e Prática profissional supervisionada.

O curso oportuniza as práticas em laboratórios e oficinas do Departamento Acadêmico de Tecnologia Mecânica e Materiais (DATM), compreende diferentes situações de vivência de aprendizagem e trabalho por meio de experimentos conforme previsto na organização curricular do curso. Estas deverão ser realizadas por meio de outras atividades que possibilitem contato com a situação real de trabalho no contexto dos cursos técnicos em Mecânica, conforme componente curricular específico de cada disciplina.

O Curso técnico em Mecânica oferece aos estudantes e egressos deste curso os seguintes laboratórios e oficinas com equipamentos pertinentes com suas especificidades de acordo com cada laboratório, segue:

- Laboratórios: Automação Hidráulica; Metrologia; Refrigeração; Automação Pneumática; Eficiência Energética; Metalografia; CNC do inglês *Computer Numeric Control* ou Controle Numérico Computorizado; Informática; Fornos; ENDS (Ensaio Não Destrutivo); Caracterização De Materiais; Moagem De Alta Energia; Ensaio Destrutivo; DRX (Difração de Raio X).
- Oficinas: Fabricação; Refrigeração; Produção Mecânica; Soldagem; Conformação Mecânica; Oficina de Tecnologia Mecânica.

O Campus de Salvador, atualmente, consta de seis laboratórios de informática com cerca de 20 computadores cada um, além disso, na Biblioteca do Campus há cerca de 10 computadores de acesso à rede de internet para uso dos estudantes.

CAPÍTULO 6

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cada dia que passa, observamos cada vez mais pessoas que utilizam a Libras nas escolas e universidades, bem como, no mercado de trabalho.

No entanto, ainda são poucos os indivíduos que possuem domínio de Libras para a comunicação. Portanto, faz-se necessário que todos nós tenhamos oportunidade de desenvolver nossos conhecimentos nesta área, uma vez que, poderemos interagir melhor com estes indivíduos, bem como ter esta habilidade torna-se um diferencial qualitativo no currículo, pois ter um professor ou um funcionário que consiga se comunicar, utilizando tanto a linguagem oral como a língua de sinais, constitui-se uma mais valia para a inclusão destes estudantes e contribui para a cidadania.

No Brasil, ainda são poucos os cursos que formam alunos para atuar na área de Interpretação da Libras, o que temos em maior número são os centros de formação que oferecem cursos básicos, intermediários e avançados, bem como o Ministério da Educação que oferece a prova de certificação nesta área.

Para a elaboração deste trabalho, com a lente a que nos propusemos não poderíamos deixar de aceitar os limites impostos pelos poucos estudos que focam esse objeto. A articulação entre a pesquisa dos termos e a elaboração dos sinais será fundamental a participação de estudantes surdos, assim como da participação do intérprete de Libras na busca de melhor estabelecer um sinal que realmente venha a contemplar os objetivos propostos na temporalidade e contexto que se apresentam na sociedade atual. O roteiro utilizado na elaboração dos termos técnicos em Libras para a disciplina Elementos de Máquinas deverá atender aos termos técnicos determinados como função a criação do referido sinal.

A sociedade, no seu dia a dia, precisa se adaptar às necessidades das pessoas com deficiência, dividindo espaços com igualdade e, principalmente, com respeito e aceitação às diferenças. As formas limitadas como as escolas e instituições ainda atuam, têm levado parcela considerável dos alunos à exclusão, abandono e evasão escolar, principalmente das minorias – sejam elas sociais, sexuais, de grupos étnicos ou de pessoas com deficiência. A base da inclusão consiste no conceito de que toda pessoa tem o direito à educação e que esta deve levar em conta seus interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem.

Os professores possuem formação acadêmica na área de conhecimento das Engenharias, e um conhecimento mínimo da Libras. Durante as aulas, interagimos com os alunos Surdos com sinais de expressões básicas. No entanto, toda a tradução da aula é realizada pela(o) intérprete, presente em todas as disciplinas. Por meio das observações em sala de aula, percebeu-se que o fato do professor desconhecer a Língua de Sinais faz com que ele não consiga estabelecer um diálogo ou interação com o aluno Surdo, transferindo todas as suas responsabilidades, como professor, para o intérprete. Diante deste fato, o professor e o intérprete assumem parceria na educação do aluno Surdo, o de educar com finalidade de visar à aprendizagem.

Como resultado deste relatório de pesquisa construímos um Sinalário para alunos do ensino profissional e tecnológico com deficiência auditiva e surdez que contribuirá para facilitar a compreensão e o diálogo entre o professor(es) da disciplina Elementos de Máquinas e os alunos surdos e DA.

Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino. A palavra incluir vem do latim, do verbo *includere* e significa “colocar algo ou alguém dentro de outro espaço”, “entrar num lugar até então fechado”. É a junção do prefixo *in* (dentro) com o verbo *cludo* (cludere), que significa “encerrar, fechar, clausurar”.

Geralmente, entende-se que para se ter qualidade na educação ofertada a alunos com deficiência, é preciso que haja profissionais com formação adequada ou especializada para o atendimento aos estudantes.

A sociedade, no decorrer desses séculos, criou estereótipos e estigmatizou os sujeitos surdos. Isso levou a classe hegemônica, os ouvintes, a pensar e decidir por eles. Tudo começou na Itália, no Congresso de Milão, no ano de 1880.

Contudo, a partir do século XX, surgiram várias leis inclusivas em favor das pessoas com deficiência, dentre elas o sujeito surdo e DA. Além da Lei de Libras, que gerou um empoderamento para comunidade surda de modo geral na empregabilidade, nos serviços públicos e na educação, também temos outra conquista importante em 2005, que é o decreto nº 5.626, tornando obrigatória a disciplina de libras nos cursos de formação de professores de nível médio e superior. Outro ganho são os cursos de Libras, tradutores e intérpretes para professores de instituições federais. O decreto também dispõe sobre o poder público e empresas no apoio ao uso e difusão da Libras.

Quadro 8 - Documentos que traçam o histórico do processo de inclusão escolar no Brasil

ANO	LEI	DESCRIÇÃO
1919	Organização Internacional do Trabalho (OIT)	Promover condições igualitárias de trabalho para homens e mulheres e a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho.
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) - Lei Nº 4.024	A Educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de Educação, a fim de integrá-los na comunidade.
1971	Lei Nº 5.692	Foi feita na época da ditadura militar (1964-1985). O texto afirma que os alunos com “deficiências físicas ou mentais, os que se encontrem em atraso considerável [...] deverão receber tratamento especial”.
1988	Constituição Federal	Nos artigos 205 e 206, afirma-se, respectivamente, “a Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho” e “a igualdade de condições de acesso e permanência na escola”.
1989	Constituição do Estado da Bahia	Garantir o direito à informação e à comunicação, levando em consideração as adaptações necessárias para as pessoas portadoras de deficiência visual, auditiva e outras.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) - Lei Nº 8.069	Garantir, entre outras coisas, o atendimento educacional especializado às crianças com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino.
1990	Declaração Mundial de Educação para Todos	Consta: “as necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à Educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo”.
1994	Política Nacional de Educação Especial	Em termos de inclusão escolar, o texto é considerado um atraso, pois propõe a chamada “integração instrucional”, um processo que permite que ingressem em classes regulares de ensino apenas as crianças com deficiência que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos “normais” (atualmente, este termo está em desacordo com os direitos fundamentais das pessoas com deficiência).
1994	Declaração de Salamanca	O texto trata de princípios, políticas e práticas das necessidades educativas especiais, e dá orientações para ações em níveis regionais, nacionais e

		internacionais sobre a estrutura de ação em Educação Especial.
1996	Diretrizes de Base da Educação (LDB) - Lei Nº 9.394,	O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a integração nas classes comuns de ensino regular". (...) para atender às necessidades das crianças com deficiência,
1999	Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência - Decreto Nº 3.298	Assegurar a plena integração da pessoa com deficiência no "contexto socioeconômico e cultural" do País. Sobre o acesso à Educação, o texto afirma que a Educação Especial é uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino e a destaca como complemento do ensino regular.
1999	<u>Convenção da Guatemala</u>	Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência,
2001	Plano Nacional de Educação (PNE) - Lei Nº <u>10.172</u>	Afirmava que a Educação Especial, "como modalidade de Educação escolar", deveria ser promovida em todos os diferentes níveis de ensino e que "a garantia de vagas no ensino regular para os diversos graus e tipos de deficiência".
2001	Conselho Nacional de Educação (CNE) - <u>Resolução CNE/CEB Nº 2</u>	Afirma que "os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma Educação de qualidade para todos".
2001	Decreto nº 3.956	Afirma que as pessoas com deficiência têm "os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que outras pessoas e que estes direitos, inclusive o direito de não ser submetidas a discriminação com base na deficiência, emanam da dignidade e da igualdade que são inerentes a todo ser humano"
2002	<u>Resolução CNE/CP Nº1</u>	Sobre a Educação Inclusiva, afirma que a formação deve incluir "conhecimentos sobre crianças, adolescentes, jovens e adultos, aí incluídas as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais".
2002	<u>Lei Nº 10.436</u>	Reconhece como meio legal de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais (Libras).
2005	<u>Decreto Nº 5.626</u>	Regulamenta a Lei Nº 10.436, de 2002.
2005	Educação Especial/Inclusiva - Decreto Federal nº 5.626	Estimular a oferta de educação bilíngue, em LIBRAS, como primeira língua, e na modalidade escrita da Língua Portuguesa, como segunda língua, aos estudantes surdos e com deficiência, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas
2007	Plano Nacional de Educação em	Promover uma educação de qualidade para todos, entendida como direito humano essencial. Entre as

	Direitos Humanos	metas está a inclusão de temas relacionados às pessoas com deficiência nos currículos das escolas.
2007	Implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação do MEC. - <u>Decreto Nº 6.094</u>	Destacar o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos com deficiência, o documento reforça a inclusão deles no sistema público de ensino.
2008	Dispõe sobre o atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica - <u>Decreto Nº 6.571</u>	Define como “o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular”
2009	<u>Resolução Nº 4 CNE/CEB</u>	O foco dessa resolução é orientar o estabelecimento do atendimento educacional especializado (AEE) na Educação Básica
2009	Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência - Decreto Federal nº 6.949	Ampliar as equipes de profissionais da educação para o atendimento educacional especializado, com professores, pessoal de apoio ou auxiliares, tradutores e intérpretes de Libras, professores de Libras, a fim de estruturar o serviço de Educação Especial nas escolas, para atender à demanda do processo de escolarização dos estudantes com deficiência.
2010	nº 12.319	Regulamentou a profissão do Intérprete de Libras.
2010	Programa Nacional da Assistência Estudantil - PNAES - Decreto Nº 7.234	As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas para o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência.
2011	Decreto Nº 7.611	Determina que sistema educacional seja inclusivo em todos os níveis, que o aprendizado seja ao longo de toda a vida, e impede a exclusão do sistema educacional geral sob alegação de deficiência. (...) asseguradas adaptações razoáveis de acordo com as necessidades individuais, que sejam adotadas medidas de apoio individualizadas e efetivas, em ambientes que maximizem o desenvolvimento acadêmico e social, de acordo com a meta de inclusão plena, e diz que a oferta de Educação Especial deve se dar preferencialmente na rede regular de ensino.
2013	Projeto Pedagógico	Ações pelos princípios da igualdade, da equidade, da solidariedade, da inclusão e da sustentabilidade.

	Institucional do IFBA (PPI)	
2014 / 2018	Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) - IFBA	Propiciar a permanência com êxito no percurso acadêmico e inserção socioprofissional de grupos em desvantagem social (Portadores de Necessidades Especiais PNE's)
2014	Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica (PPC) - IFBA	Atende os direcionamentos dados pelo MEC, PNE, a Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou outras necessidades específicas no IFBA e demais direcionamentos pertinentes.
2014	Plano Nacional de Educação (PNE) - LEI N° 13.005	Garante o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.
2015	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) - Lei nº 13.146	Atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurado o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades.
2015	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Originada da Declaração de Incheon, o documento da Unesco traz 17 objetivos que devem ser implementados até 2030. No 4º item, propõe como objetivo: assegurar a Educação Inclusiva, equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.
2016	Plano Estadual de Educação da Bahia - LEI N° 13.559	Atender as necessidades específicas das populações [...], asseguradas a equidade educacional e a diversidade cultural.
2017	A Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência ou outras necessidades específicas no IFBA	Assegura o atendimento especializado, as adaptações e as flexibilizações dos currículos e das práticas docentes.
2018	Resolução nº 1.339 - UNEB	Ampliar seu sistema de reservas de vagas para negros e sobrevagas para indígenas e criar sobrevagas para quilombolas; ciganos; pessoas com deficiência.
2018	Pró-Reitoria de Ações	Buscar promover práticas de equidade, indistintamente, a todas as diversidades: étnicas, raciais, culturais, de gênero, de geração/faixa etária, de inserção territorial-

	Afirmativas - UNEB	geográfica, de condições físicas e/ou históricas desvantajosas e outras.
	Conselho Nacional de Educação – CNE - Portal do MEC	Participar do esforço nacional comprometido com a qualidade social da educação brasileira, cujo foco incide na escola da diversidade, na e para a diversidade, tendo o PNE e o PDE como instrumentos de conquista dessa prioridade.
	Rede de Educação para a Diversidade - Rede - Portal do MEC	Disseminar e desenvolver metodologias educacionais para a inserção dos temas da diversidade no cotidiano das salas de aula.
	Políticas para diversidade e inclusão - Portal do MEC	Oferecer suas contribuições que poderão ajudar a fortalecer ações e programas de educação para a diversidade.

Fonte: Autoria Própria

No caso da surdez e da deficiência auditiva, essa abordagem preocupa-se em divulgar e estimular a utilização de uma língua que pode ser adquirida espontaneamente pelos Surdos (a Libras) sendo essa considerada como a sua L1. A língua oficial do país é vista como a L2, neste caso a língua majoritária da comunidade em que ele está inserido, podendo ser adquirida na modalidade escrita e, caso o aluno opte, na modalidade oral fora do espaço escola. Nessa perspectiva, a Libras passa a ser considerada como a primeira língua e o português (Brasil), como a segunda.

Quanto às identidades dos sujeitos surdos, observou-se que se faz necessário lançar olhares que compreendam todo esse complexo processo, ou seja, se apropriar desses conhecimentos, objetivando-se uma maior apreensão dos estudos surdos. Somente assim, poderemos travar lutas e propor soluções para a situação vivenciada por estes sujeitos na educação.

Criar condições dignas para a educação dos surdos exige, acima de tudo, que eles tenham conhecimento da sua história, da sua trajetória e dessa relação de poder, na qual estão envolvidos. Ao tomarem conhecimento de sua história, os sujeitos surdos criam suas identidades e, conseqüentemente, assumem uma postura de defesa, de luta e de busca. Dessa forma, devemos adotar uma postura de luta, para que eles venham ocupar funções e cargos, em todas as áreas do conhecimento: na política, na educação (escolas e universidades), na economia, na justiça, nas manifestações culturais, ou seja, precisamos do surdo sinalizando, decidindo e buscando melhores condições de vida para sua comunidade.

Assim, acreditamos que esses são os anseios daqueles (sujeitos surdos, pais, pesquisadores, parentes e amigos dos surdos) que estão engajados nesse processo de reconstrução da educação dos sujeitos surdos. Portanto, tanto a família quanto a escola, devem conscientizá-los politicamente, para que continuem lutando contra o poder que os subestimam.

No Brasil, a escolarização de pessoas com necessidades educacionais específicas constituiu-se por meio de serviços paralelos à educação regular, implementados, prioritariamente, em instituições especiais privadas de caráter filantrópico e em classes especiais implementadas no sistema público de ensino. Em 1988, dados do Ministério da Educação mostram que, dos alunos que recebiam atendimento especializado no Brasil, 21,79% estavam em instituições sob administração pública e 78,21% em instituições privadas filantrópicas.

Gráfico 1 - Alunos que recebiam atendimento especializado no Brasil em 1988



Fonte: Ministério da Educação, 1991

A relação é diferente quando se considera a matrícula de alunos no ensino regular (para alunos de 7 a 14 anos): 2,82% estavam matriculados em escolas privadas e 97,18% estavam em escolas públicas. (JANNUZZI, 1985; BUENO, 2004).

Gráfico 2 - Matrícula de alunos no ensino regular 1991



Fonte: Ministério da Educação, 1991

Constatou-se, por meio de consulta aos Manuais do Usuário do INEP (2019) que cada aluno entrevistado deve relacionar-se ao tipo de deficiência, transtorno

global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação (com base em laudo médico). É neste momento que ocorre a divisão entre alunos surdos e alunos com deficiência auditiva. Acreditamos que esta diferenciação visa traçar um perfil mais detalhado do público-alvo atendido pela escola, definindo, portanto, que o aluno com surdez não é sinônimo de aluno com deficiência auditiva, apesar dos dois grupos serem compreendidos como alunos com deficiência no manual.

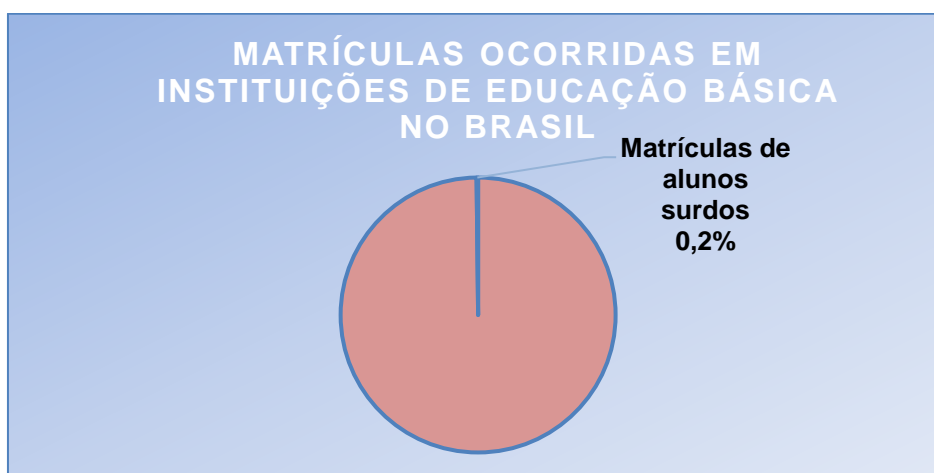
Tabela 8 - População brasileira se declara incapaz de ouvir

ANO	População brasileira se declara incapaz, com alguma ou grande dificuldade permanente de ouvir (milhões)	População (milhões)	%
2020	5,7	211,8	3,3
2017	5,8	206,8	2,8
2015	2,2	203,5	1,1
2013	2,2	200	1,1
2010	9,7	194,9	5,1
2000	5,7	169,9	3,4

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.

Sobretudo, das 51.166.723 matrículas ocorridas em Instituições de Educação Básica no Brasil, 92.192 (0,2%) são matrículas de alunos surdos ou com Deficiência Auditiva.

Gráfico 3 – Matrículas ocorridas em instituições de educação básica no Brasil



Fonte: INEP. Plataforma de acompanhamento de dados do Censo Escolar, 2019

Deste total de matrículas de alunos surdos ou DA, 6.153 (6,7%) foram matriculados na Bahia, distribuídos em 2.257 matrículas de alunos surdos e 3.896 são matrículas de alunos com DA. Em Salvador, em 2019, foram matriculados em Instituições de Educação Básica 748 alunos surdos ou com DA (12,2%).

Segundo dados apontados pela CAPNE (2019) no IFBA - Campus Salvador, foram matriculados 87 alunos surdos ou com DA, o que representa 12% do total de alunos surdos ou com DA matriculados em Salvador.

Tabela 9 - Alunos surdos ou DA matriculados em 2019

Local	Bahia	Salvador	IFBA - Campus Salvador
Quantidade	2.257	748	87

Fonte: INEP. Plataforma de acompanhamento de dados do Censo Escolar 2019 e CAPNE

Nesse sentido, convém comentar sobre o conceito da palavra surdez. Lima e Vieira (2006, p. 52-53) conceituam a surdez como sendo: [...] a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido.

Neste contexto, podemos identificar esses marcos normativos das políticas de educação inclusiva. Estes documentos constituem um marco orientador, norteando a prática pedagógica dos professores das redes de ensino no que tange à inclusão do público-alvo da Educação Especial.

Todavia, segundo levantamento feito pelo INEP, instituto de pesquisa ligado ao Ministério da Educação, nos microdados do censo escolar de 2011 a 2016, demonstram uma redução de 23% nas matrículas de estudantes surdos no Brasil, a tabela 5 dá a entender que estes estudantes estejam evadindo da escola.

Tabela 10 - Estudantes surdos matriculados no Brasil em escolas públicas e privadas no período de 2011 – 2016 (em milhares)

ANO	Em classes comuns	Em classes exclusivas	Total
2011	25,97	9,87	35,84
2012	27,54	8,91	36,45
2013	25,86	8,01	33,87
2014	24,41	7,02	31,43
2015	22,95	6,20	29,15

2016	21,99	5,54	27,53
------	-------	------	-------

. Fonte: INEP

A crescente inserção de surdos e com DA no ensino regular parece ser algo positivo, pois significa que houve uma ampliação dos serviços educacionais, a exemplo do IFBA, para esse grupo de alunos. Porém, a preocupação apontada deste estudo refere-se às condições dessa inclusão educacional.

Neste contexto, esta crescente inserção é demonstrada após uma análise dos microdados, acerca das matrículas ocorridas em Instituições de Educação Básica no âmbito nacional. Nelas, encontra-se o seguinte panorama:

Tabela 11 – Matrículas de surdos e pessoas com deficiência auditiva por modalidade no Brasil

Ano	Quantidade
2019	92.192
2010	47.962
2009	37.372
2008	35.316
2007	30.496

Fonte: MEC/INEP. Censo escolar da Educação Básica: microdados, 2007 a 2010 e 2019

A tabela acima mostra que houve um aumento de 200% nas matrículas de surdos com D.A. no Brasil no período de 2007 – 2019, sendo assim, há uma tendência de um aumento gradual ano a ano dos alunos surdos e com deficiência auditiva matriculados no ensino básico.

Acredita-se que as razões que explicam esse fenômeno estão relacionadas com as políticas públicas em educação especial evidenciadas no período analisado. Isto é, dizem respeito à implementação no país do que comumente tem se chamado de educação inclusiva.

Neste contexto, podemos identificar esses marcos normativos das políticas de educação inclusiva. Estes documentos constituem um marco orientador, norteador a prática pedagógica dos professores das redes de ensino no que tange à inclusão do público-alvo da Educação Especial.

Quadro 9 – Legislações importantes no que tange a inclusão

LEGISLAÇÃO IMPORTANTE	DESCRIÇÃO
INTERNACIONAL	Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência (ONU 2006) – promulgada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 186/2008/Decreto

	Executivo nº 6.949/2009. Art. 24 - Tornar efetivos os direitos das pessoas com deficiência. Segundo a condição pessoal das pessoas para que possam ter as mesmas oportunidades que a maioria dos seres humanos.
FEDERAL	<p>Constituição Federal, promulgada em 1988. Art. 208, no qual o Estado dispõe sobre as garantias da educação em geral, ele assume, no inciso III, “o atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino” (BRASIL, 1988).</p> <p>Lei de Diretrizes e Bases (LDB) – Lei 9394/96 – Art. 58, define-se a educação especial como a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino para educandos com necessidades especiais (BRASIL, 1996). No Art. 59, atribui-se aos sistemas de ensino a responsabilidade de assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender as necessidades educacionais.</p> <p>Lei nº7853/89 – Direito das Pessoas Portadoras de Deficiência, dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social. Art. 2º Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.</p>
ESTADUAL	Secretaria de Educação do Estado da Bahia : Diretrizes da Educação Inclusiva para pessoas com Deficiências, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação no Estado da Bahia (doravante Diretrizes), com intenção de nortear e balizar ações para uma práxis pedagógica sensível e humanizadora, capaz de promover experiências significativas na construção de saberes por todos os sujeitos, independentemente das suas diferenças culturais, sociais, de gênero, de formas de aprendizagem etc.
MUNICIPAL	RESOLUÇÃO CME nº. 038/2013. Estabelece normas para a Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva, para todas as Modalidades da Educação Básica no Sistema Municipal de Ensino de Salvador – Bahia.

	Lei Orgânica do Município de Salvador/BA. - Art. 183. Compete ao Município, em conjunto com os poderes públicos federal e estadual, assegurar o ensino público gratuito e de qualidade, em todos os níveis, acessível a todos sem nenhum tipo de discriminação por motivos econômicos, ideológicos, culturais, sociais e religiosos e deficiência física, mental ou sensorial.
--	--

Fonte: Autoria Própria

(CF. Art. 205, Lei Brasileira de Inclusão Art. 4º, § 1º, Resolução do CNE/CEB nº 2/2001, LDB Capítulo V, Art. 58 e 59, PNE Art. 8º, § 1º, PNDH, CNE, nos documentos do IFBA em seu PDI, PPI e PPC e ARANHA (2008), dentre outros.

Para alguns autores, como Mendes (2006), a inclusão significa uma ruptura do paradigma educacional tradicional e a construção de uma nova proposta de ensino que atenda a todos os alunos com qualidade.

Nesse sentido, convém comentar sobre o conceito da palavra surdez. Lima e Vieira (2006, p. 52-53) conceituam a surdez como sendo: [...] a perda total ou parcial, congênita ou adquirida, da capacidade de compreender a fala por intermédio do ouvido.

Considerando o Decreto nº 5.626/2005, dispositivo legal que trata da educação de surdos, dentre outros temas, no Art. 2º encontra-se a seguinte definição: “considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais – Libras” BRASIL, 2005, Art. 2º., caput).

O Ministério da Saúde considera como Deficiência Auditiva o que consta no art. 70, do capítulo IX, das disposições finais do Decreto nº 5.296, de 2004: Deficiência Auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz, interpretando a definição a respeito de deficiência auditiva, pode-se dizer que “deficiência auditiva” denota necessidade, por exemplo, se alguém cresce e em um determinado momento perde a audição, ou se tem o desejo de ouvir, como necessidade particular. “Deficiente” significa falta, “eficiente” significa excelência, quando à “eficiência” se acresce o “d”, a palavra passa a significar que há necessidade de algo faltante. “Auditivo” se refere a audição. Juntos mostram uma patologização da

surdez, onde o médico precisa suprir necessidades de surdez através do implante coclear, de aparelhos auditivos ou terapias de fala com o objetivo de tornar seu mundo como o dos ouvintes (BRASIL, 2004, Art. 70, caput).

Para distinguir, a pessoa surda nasce com incapacidade de ouvir, enquanto a pessoa com deficiência auditiva adquire através de uma patologia, como por exemplo meningite, infecções, tímpano perfurado, danos no ouvido interno e vias nervosas. Fazendo com haja a perda da sua capacidade auditiva.

Desta forma, não se pode afirmar que todos os alunos considerados surdos matriculados no IFBA Campus Salvador utilizam a Libras como meio de comunicação.

Tabela 12 - Alunos com D.A. que utilizam a Libras como meio de comunicação

	2018	2019	2020	2021	Indicação de Adaptação
Necessita de intérprete de LIBRAS.	20	28	07	19	Recomenda-se a utilização de recursos visuais nos materiais pedagógicos, a adaptação dos recursos instrucionais, a realização das avaliações em LIBRAS e diferenciadas. Material didático com antecedência, para tradução para LIBRAS e estudo dos intérpretes
Não necessita de intérprete de LIBRAS.	05	06	02	05	Sala com boa acústica. Professores devem falar voltados para a turma. Sentar-se na frente.
TOTAL	25	34	09	24	

Fonte: Coordenação de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - CAPNE

Os surdos e DA no Brasil têm se organizado socialmente, principalmente, após a publicação da Lei n. 10.436/2002, na busca pelo direito da efetivação e uso da Libras como língua de instrução dos alunos surdo. Assim, o questionamento que se faz é: será que a metodologia empregada em sala de aula tem garantido o processo de ensino aprendizagem do aluno surdo e com DA inserido no ensino regular?

Todavia, a proposta pedagógica dos alunos Surdos descrita nos documentos precisa sair do papel. Nesta perspectiva, as escolas necessitam de reorganização pedagógica para que os professores estejam capacitados e preparados para atender aos alunos de forma equânime. Pellanda (2006, p. 181) defende que na inclusão “o fato mais importante é ter a coragem e o empenho para transformar o ideal em realidade, apesar dos desafios e barreiras que surgem no decorrer do caminho”.

Contudo, este trabalho de defesa é uma introdução à antiga inquietação que senti quando tive meu primeiro contato com sujeitos surdos, quando percebi a carência de termos técnicos específicos na Libras, principalmente, nas áreas exatas e científicas para alunos surdos do ensino técnico e tecnológico que dificultava sua aprendizagem e a construção de seus saberes e conhecimentos, especificamente na disciplina de Elementos de Máquinas. Diante deste cenário, busquei o desenvolvimento de material didático que têm como finalidade criar um produto para intervenção no processo educacional de alunos Surdos de um curso Técnico e Tecnológico de uma escola pública de Salvador.

A política inclusiva não deve ser reduzida à simples permanência do aluno em uma classe regular, eliminando, assim, a necessidade dos serviços de educação de qualidade. A educação atual necessita de mudanças para que possa atender a todos com qualidade. A função primordial da escola é formar indivíduos histórico-críticos e criadores, sejam eles pessoas com deficiência ou não. O desenvolvimento pessoal é de suma importância, bem como a aprendizagem, a interação com os outros e as experiências culturais que a escola oferece. É necessário investir na estrutura da educação, desde a formação dos profissionais até a prática pedagógica, para se propiciar o ambiente adequado.

Dessa forma, entendemos que há a necessidade de padronização dos sinais no ambiente dos laboratórios e salas de aulas nos Técnicos Profissionais, necessidade de capacitação dos docentes, aperfeiçoamento legislativo, difusão da ideia etc. A inclusão de surdos no ensino regular é um desafio constante e permanente, pois se entende que uma educação de fato com qualidade para esses alunos perpassa por questões que vão além da matrícula deles no ensino regular. Acredita-se que os dados sinais-termos criados nesta pesquisa buscam trazer uma efetiva inclusão desses alunos em termos qualitativos na busca por uma educação efetivamente inclusiva para os surdos e com deficiência auditiva no IFBA.

Entretanto, as considerações deste trabalho não se esgotam, porém as etapas executadas contribuirão para um sequenciamento e no subsídio do desenvolvimento de outros desdobramentos para trabalhos futuros do Sinalário que darão continuidade deste relatório de pesquisa, com: (i) uma gravação dos sinais através de um vídeo caseiro no intuito de memorização das configurações de mãos e movimentos dos sinais; (ii) a execução de um vídeo com diálogos entre surdos com situações problema onde serão empregados os sinais-termos de E.M. criados neste trabalho de conclusão de curso; (iii) posteriormente, este Sinalário será encaminhado, analisado, avaliado e validado mediante a aceitação ou não pela comunidade surda por um grupo de especialistas que trabalham com alunos surdos, como por exemplo, a Associação Educacional Sons e Silêncio (AESOS), o Centro de Surdos da Bahia (CESBA) e a CAPNE e (iiii) buscar o direito de reconhecimento e autoria desta obra (Sinalário) através da Propriedade Intelectual.

O Sinalário de Termos Técnicos em Libras busca contribuir nesse processo de inclusão, oferecendo às Pessoas surdas e com DA, ao desenvolver, criar e fomentar uma ação inclusiva que esteja de acordo com as metas de alguns dos 17 ODS, na busca de atingir os seguintes elementos; oferecendo uma educação de qualidade ao longo da vida para todos promovendo sociedades pacíficas e inclusivas e a da redução das desigualdades, contribuindo assim, com a inserção dos surdos nos cursos profissionalizantes, visando facilitar a acessibilidade comunicacional e a assimilação do conteúdo programático da disciplina Elementos de Máquinas pelos alunos surdos.

Concluimos que através desses conhecimentos, assimilados pelos alunos surdos, esta Instituição cumpre com o seu papel, sem distinção, de qualificar mão de obra para o mercado de trabalho, oportunizando as Pessoas surdas e com DA, emprego, renda e, conseqüentemente, qualidade de vida.

Com a aprovação da Lei 10. 436 no ano de 2002 e do Decreto 5.626 em 2005, a educação de surdos tem vivenciado novos tempos em políticas e práticas. Diante disso, é relevante refletir sobre como vem se desenhando uma educação na perspectiva do bilinguismo. Quais as políticas que asseguram um ensino bilíngue? A nível de práticas, como podemos pensar em estratégias bilíngue?

Por fim, é válido ressaltar que as análises empreendidas no presente trabalho não possuem a intenção de mera denúncia de alguns dos problemas que a escolarização de alunos com deficiência enfrenta em nosso país. O intuito é de apresentar uma modelagem para alunos do ensino técnico e tecnológico com

deficiência auditiva e surdez advindas por meio de diálogo e contribuição de ouvintes e não-ouvintes que possam constituir para o ensino aprendizagem do sujeito surdo.

Para tanto, objetivamos não só refletir, mas conhecer e discutir estas questões.

CAPÍTULO 7

APRESENTAÇÃO DO SINALÁRIO DE ELEMENTOS DE MÁQUINAS

Apresento neste capítulo o Sinalário de Elementos de Máquinas contendo 17 sinais que foram padronizados e catalogados adicionados os termos técnicos de cada elemento que integram a Libras, que consiste numa ferramenta de apoio para alunos surdos e TILS no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia do campus de Salvador do curso de Mecânica e outros, onde foi criado com o intuito de integrar e facilitar o estudo de surdos no ambiente estudantil, bem como auxiliar o trabalho dos professores.

CATÁLOGO MECÂNICO DE ELEMENTOS DE MÁQUINAS



SINALÁRIO



INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
Bahia



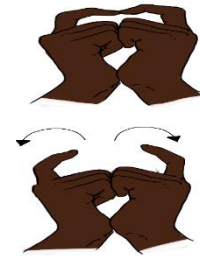
CATÁLOGO MECÂNICO DE ELEMENTOS DE MÁQUINAS



1-ANEL ELÁSTICO



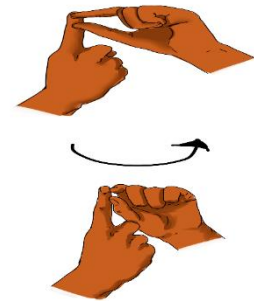
- O **anel elástico** é um elemento usado em eixos ou furos, tendo como principais funções: Evitar deslocamento axial de peças ou componentes e posicionar ou limitar o curso de uma peça ou conjunto deslizante sobre o eixo.



2-ARRUELA



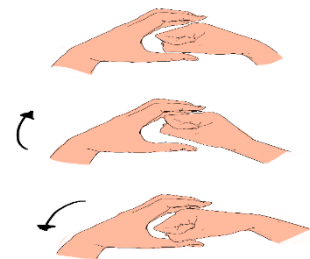
- As **arruelas** têm a função de distribuir igualmente a força de aperto entre a porca, o parafuso e as partes montadas. Em algumas situações, também funcionam como elementos de trava



3-BUCHA



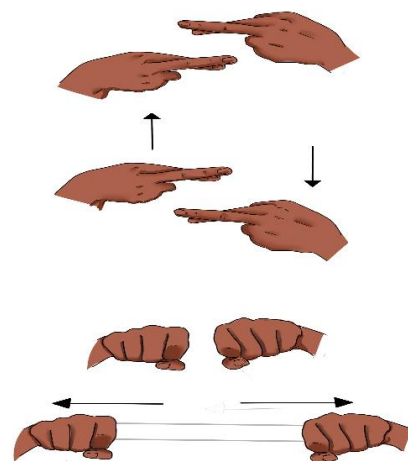
- As **buchas** são elementos de máquinas de forma cilíndrica ou cônica. Servem para apoiar eixos e guiar brocas e alargadores.



4-CABO DE AÇO



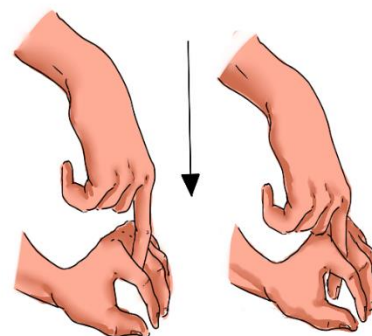
- Os **Cabos** são elementos de transmissão que suportam cargas (força de tração), deslocando-as nas posições horizontal, vertical ou inclinada. São empregados em equipamentos de transporte e na elevação de cargas



5-CAVILHA



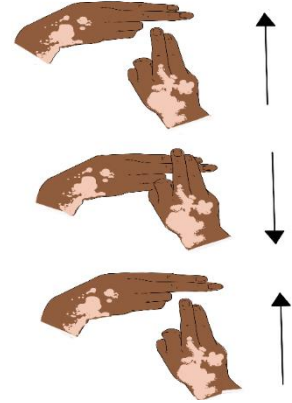
- As **cavilhas** são peças de madeira com formato cilíndrico, utilizadas para juntar e emendar madeiras.



6-CHAVETA



- É um elemento mecânico fabricado em aço. Sua forma, em geral, é retangular ou semicircular. A **chaveta** se interpõe numa cavidade de um eixo e de uma peça. A chaveta tem por finalidade ligar dois elementos mecânicos.



7-CORREIA



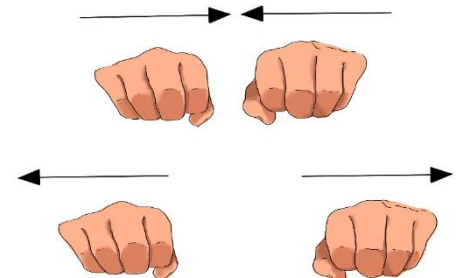
- As **correias** servem para transmitir a força e o movimento de uma polia ou das engrenagens para outras. A transmissão por correias é composta por um par de polias, uma motriz que fica fixada ao eixo motor e outra resistente.



8-EIXO



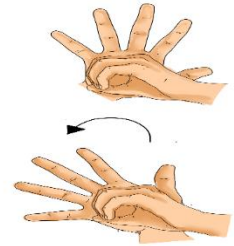
- Destina-se a guiar o movimento de rotação a uma parte ou um conjunto de peças, como uma roda ou engrenagens. O **eixo** localiza-se geralmente entre as rodas, ligado ao centro da roda.



9-ENGRENAGEM



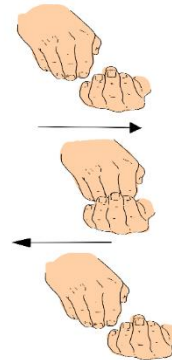
- A função de uma **engrenagem** é transmitir força ou torque através da rotação de um eixo. Portanto, através da junção de um par de engrenagens ou a combinação de várias delas.



10-GUIA



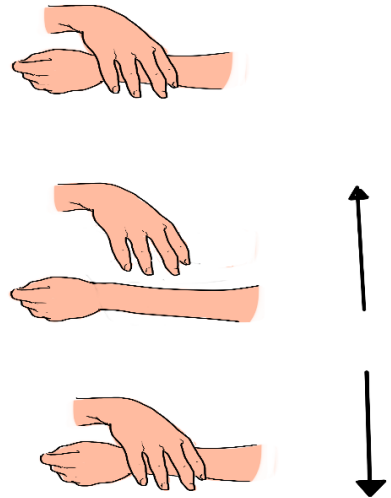
- A **guia** é um elemento de máquina que mantém, com certo rigor, a trajetória de determinadas peças.



11-MANCAIS



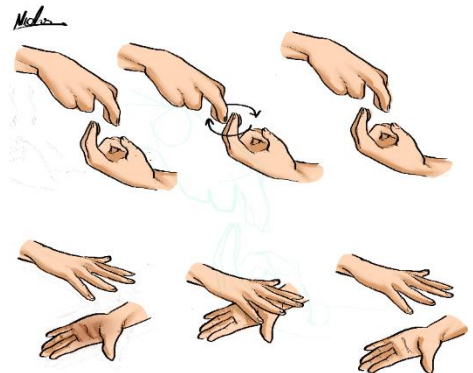
- O **mancal** pode ser definido como suporte ou guia em que se apoia o eixo. No ponto de contato entre a superfície do eixo e a superfície do mancal, ocorre atrito.



12-MOLAS HELICOIDAL



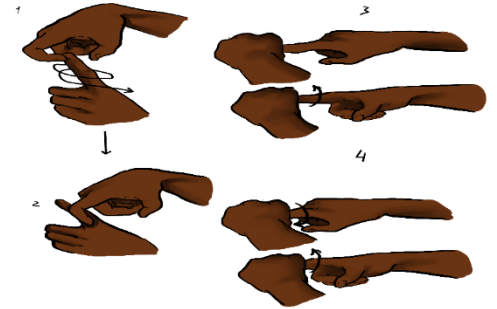
- A **mola** helicoidal é a mais usada em mecânica. Em geral, ela é feita de barra de aço enrolada em forma de hélice cilíndrica ou cônica. A barra de aço pode ter seção retangular, circular, quadrada etc. Em geral, a mola helicoidal é enrolada à direita.



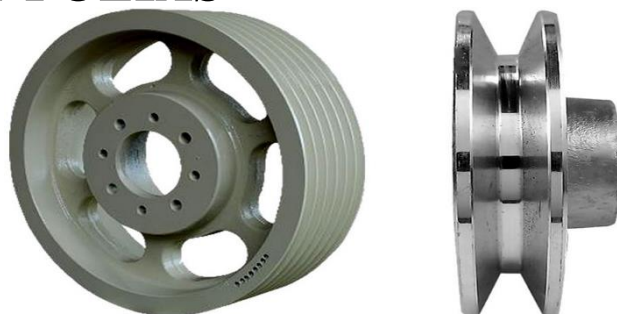
13-PARAFUSO



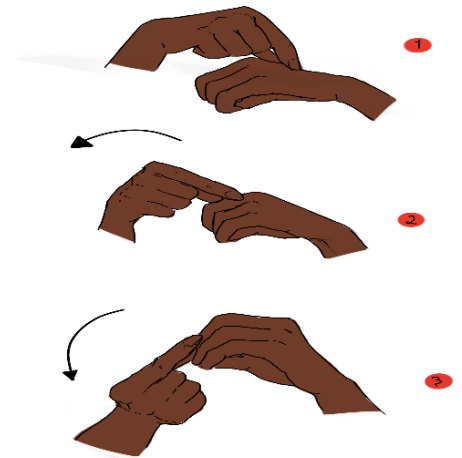
- **Parafusos** são elementos de fixação, empregados na união não permanente de peças, isto é, as peças podem ser montadas e desmontadas facilmente, bastando apertar e desapertar os parafusos que as mantêm unidas.



14-POLIAS



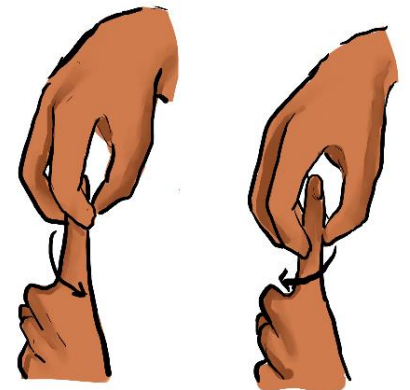
- As **polias** são máquinas simples que, corretamente associadas, podem reduzir o esforço necessário para levantar objetos. Polias são máquinas simples utilizadas basicamente para elevar verticalmente um corpo por meio da aplicação de forças em cordas ou fios.



15-PORCA



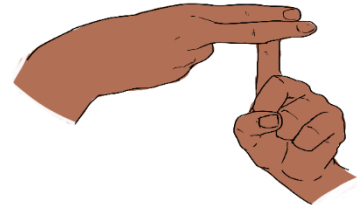
- **Porca** é uma peça de forma prismática ou cilíndrica geralmente metálica, com um furo roscado no qual se encaixa um parafuso, ou uma barra roscada. Em conjunto com um parafuso, a porca é um acessório amplamente utilizado na união de peças.



16-REBITE



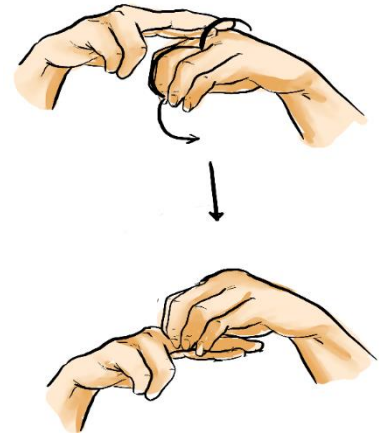
- Os **rebites** são peças fabricadas em aço, alumínio, cobre ou latão. Unem rigidamente peças ou chapas, principalmente, em estruturas metálicas, de reservatórios, caldeiras, máquinas, navios, aviões, veículos de transporte e treliças.



17-ROLAMENTO

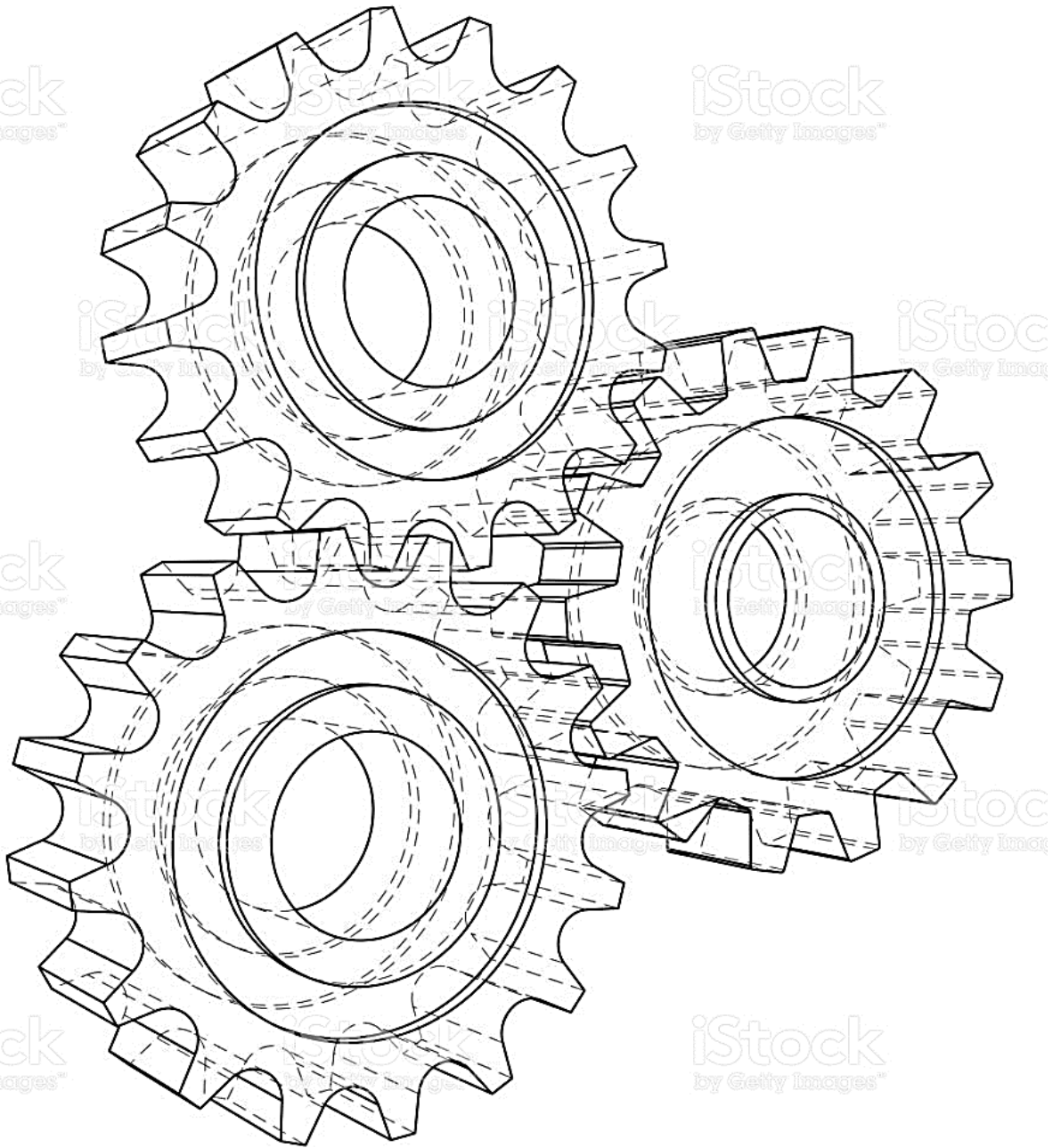


- A função do **rolamento** é reduzir o atrito entre partes móveis da máquina, transmitindo uma ação de rotação, entre o rolamento e um eixo. Em sua maioria, os rolamentos consistem em um anel interno, um anel externo, vários corpos rolantes (esferas ou rolos) e uma gaiola.





**INSTITUTO FEDERAL
DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA**
Bahia



SALVADOR, 2022

CAPÍTULO 8

PARECERES DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS A RESPEITO DO SINALÁRIO

Neste capítulo, trago o posicionamento técnico de três Intérpretes de Libras que tem como função, ajudar na comunicação entre pessoas ouvintes e com deficiência auditiva, ou entre surdos nas dependências do IFBA, capacitados para avaliar este Sinalário.

8.1 PARECER TÉCNICO DO IFBA Taís Regina Borges Sousa

Na análise técnica, referente a perspectiva de uma educação inclusiva do manuscrito elaborado para a defesa do mestrado do Profº MARCOS CÉSAR DOMINGOS FERREIRA, trata-se da relevância técnica de sinalários para os estudantes surdos na área técnica, no caso da pesquisa do professor Marcos, voltada para a área da Mecânica. Materiais como esses são fundamentais para que os estudantes surdos possam protagonizar seu aprendizado. Os surdos são visuais sendo assim no processo de ensino aprendizagem precisamos alimentar o cognitivo desses estudantes com imagens, ilustrações, desenhos enfim com materiais visuais, isso acontece porque os sentidos da audição e visão desempenham papéis importantes no aprendizado, eles carecem da audição então precisamos estimular a visão. Com o objetivo de estimular o raciocínio e facilitar o entendimento desses estudantes, permitindo que eles possam apropriar-se do conhecimento técnico na sua área específica.

Os sinalários visam suprir a necessidade de expressar na LIBRAS, termos específicos principalmente nas áreas das exatas e científicas, que carecem de tais expressões.(p.3 linha 12–23) A necessidade de materiais como esses é incontestável, os profissionais intérpretes de libras e os estudantes surdos anseiam lançamentos desses sinalários.

O processo tradutório é complexo, encontrar expressões equivalentes em idiomas diferentes (língua fonte para língua alvo) e ainda assim manter o sentido das expressões é uma tarefa complexa, árdua e mentalmente desgastante. Sendo assim importa frisar que na construção de materiais desse nível se faz necessário o auxílio de uma equipe multidisciplinar, professores da área técnica, profissionais da inclusão(intérprete de libras e/ou professores de libras) e importantíssimo o auxílio de consultores surdos, para a avaliação do produto.

Sendo assim, como profissional da área inclusiva há 25 anos, atuando atualmente no Instituto Federal da Bahia no campus Salvador, orientadora do projeto Eletrônica com as mãos (p.03 l. 31), (https://portal.ifba.edu.br/salvador/extensao/projetos/sinalario_eletronica) e autora do livro Sinalizando a Eletrônica (https://portal.ifba.edu.br/prpgi/editora/livros/linguistica-letras-e-artes/livro_sinalario.pdf), aproveito para elogiar o comprometimento do prof^o. MARCOS CÉSAR DOMINGOS FERREIRA com a educação inclusiva, tenho certeza que a formatura em mecânica no IFBA dos quatro estudantes surdos no último ano letivo é uma confirmação da autenticidade desse trabalho de defesa, contendo consistência e qualidade metodológica, referencial teórico coerente e atual ,além de estar fazendo ciência.

Título:

DESENVOLVIMENTO DE UMA MODELAGEM PARA ALUNOS DO ENSINO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICO COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA E SURDEZ: na perspectiva de uma educação inclusiva.

Resumo:

De forma coesa e susinta o professor problematizou a situação conflitante e despertou curiosidade para sua solução.

Introdução:

Segundo QUADROS, 1997 “muitos surdos não são corretamente alfabetizados na língua portuguesa e apresentam dificuldade em compreender e escrever textos em português”, assim sendo temos um desafio ao escolarizar tais discentes, especialmente quando trata-se de um ensino técnico, profissional. Procurar didáticas e estratégias que favoreçam o ensino aprendizagem de tais estudantes é um ato nobre, inclusivo e profissional (p.01 L.19 & p.04 L. 1-10).

...

Material e Métodos:

Como é de conhecimento de todos a prática vêm antes da teoria, sendo assim os materiais e métodos(p.46 figura 03) utilizados pelo profº Marcos são testados e aprovados.

Resultados e Conclusões:

O Professor apresenta resultados de forma coerente com a realidade da comunidade surda e justifica as principais conclusões do trabalho, sendo as mesmas benéficas em âmbito nacional para a educação inclusiva.(P 47-55).

Referências bibliográficas:

Consistência e qualidade metodológica, referencial teórico coerente e atual.

Somente faltou incluir os sites do projeto citados na p.03 L. 31,
https://portal.ifba.edu.br/salvador/extensao/projetos/sinalario_eletronica
& https://portal.ifba.edu.br/prpgi/editora/livros/linguistica-letras-e-artes/livro_sinalario.pdf.

PARECER CONCLUSIVO:

Em sua opinião, o trabalho de defesa, deveria ter sido publicado (ou aceito)?

SIM

NÃO

Taís Regina Borges Sousa
Siape: 2317500
Portaria nº 832, de 2 de Maio de 2016

8.2 PARECER TÉCNICO DA AESOS Humberto Hirsch da Silva Júnior

Nós ouvintes aprendemos a língua nativa provavelmente ouvindo nossos familiares e amigos falando conosco quando éramos crianças. Para a maioria das pessoas, o idioma se aprende ouvindo e é expresso pela fala. Ao formular conceitos e ideias, pessoas de capacidade auditiva automaticamente repassam na mente as palavras e as frases antes de proferi-las. Mas, se a criança nasce surda, pode a mente formular pensamentos de outra maneira?

Uma das maravilhas da mente humana é a sua capacidade de linguagem e a habilidade de adaptá-la. Contudo, sem audição, aprender um idioma usualmente passa a ser uma função dos olhos, não dos ouvidos. Felizmente, o desejo de se comunicar arde forte na alma humana, capacitando-nos a vencer qualquer aparente obstáculo. Essa necessidade tem levado os Surdos a desenvolver muitas línguas de sinais em todo o mundo. À medida que têm entrado em contato uns com os outros, tendo nascido em famílias Surdas ou sido agrupados em escolas especializadas e na comunidade, o resultado tem sido o desenvolvimento de um sofisticado idioma feito sob medida para os olhos

— uma língua de sinais.

Os Surdos são capazes de formular pensamentos, abstratos e concretos, sem precisarem pensar numa língua falada. Assim como cada um de nós formula pensamentos em nosso próprio idioma, muitos Surdos fazem o mesmo em sua língua de sinais.

Por isso, é uma questão de atender a necessidade de comunicação dos surdos com a sociedade em geral. Especificamente aqui no Brasil, a sociedade tem um longo caminho a percorrer. No entanto, já foram dados os primeiros passos nessa direção.

A instituição Ifba tem se esforçado em atender a necessidade de comunicação dos surdos, de serem incluídos na comunidade educacional e na formação como cidadão e profissional. Na minha visão, não basta apenas ter intérpretes de libras acompanhando os surdos durante as suas aulas. Faz-se necessário adaptar para a língua de sinais os termos técnicos dos respectivos cursos profissionalizantes escolhidos.

Por isso, o projeto de traduzir os termos técnicos da disciplina Elementos de Máquinas para a língua de sinais é de fundamental importância para o aprendizado do surdo no curso Técnico de Manutenção Mecânica Industrial. Esse projeto não

só beneficiam os surdos que atualmente estudam na instituição, mas também outros surdos que virão ingressar, os intérpretes de libras e os professores.

Aproveito para elogiar o professor Marcos por essa iniciativa nobre que significa contribuir para a inclusão dos surdos, não só na comunidade do Ifba mas também na sociedade civil e no âmbito profissional. Desejo que esse projeto piloto contribua para que surjam outros projetos semelhantes para outras disciplinas técnicas.

Formação:

Curso de formação de tradutores/intérpretes de

libras Instituição: ATV – Associação Torre de Vigia

de Bíblia e Tratados Período: Outubro de 2003 à

Março de 2004

Carga horária: 120 horas

Seminário para formação de instrutores para ensino

do idioma libras Instituição: ATV – Associação Torre de

Vigia de Bíblia e Tratados Período: 12 – 16 de dezembro

de 2011

Habilitação:

Tradutor/Intérprete de Libras no IFBA – Instituto Federal da Bahia – campus

Salvador Instrutor de idiomas de libras

Salvador-BA, 7 de março de 2022


Humberto Hirsch da Silva Júnior

8.3 PARECER TÉCNICO DA AESOS Elaine Halbercone

O objetivo é criar um glossário técnico da área de mecânica em Libras , partiu da dificuldade de que os alunos e intérpretes encontravam durante a interpretação, pois haviam palavras de conhecimento próprio da área, estas palavras eram feitas datilologia isso acabava deixando a tradução um pouco vaga , se o professor não colocasse a palavra na lousa ou explicava ao intérprete o conceito da palavra e mesmo assim na hora de passar para o aluno os classificadores eram os que mais fazia entender o contexto. Entendendo esta dificuldade durante as aulas que veio a ideia de um projeto para criação do glossário de mecânica. Este projeto foi realizado por coordenação, alunos surdos, intérpretes e alunos ouvintes. Todo material criado e pensado para facilitar o aprendizado, assim colocando os alunos surdos como protagonista deste projeto, juntamente com os professores e intérpretes conhecendo peças, materiais e conceitos para elaboração dos projetos.

Este glossário além dos termos técnicos ele é visual facilitando o conhecimento do aluno. Deste modo além de conhecer o sinal ele irá conhecer o objeto ou peça e ser estudada durante a aula

Glossário de Termos Técnicos em libras-Mecânica foi criado visando facilitar a acessibilidade comunicacional e a assimilação do conteúdo programático dos cursos pelos alunos surdos, foi estruturado, no Curso Técnico de mecânica, um glossário de Termos Técnicos em Libras.

Este glossário estabelece melhor entendimento e conhecimento para os alunos surdos que ingressam nos cursos técnicos de mecânica.

Este glossário dentro da área de mecânica vem dar os alunos surdos mais acessibilidade e inclusão dentro de um curso que durante anos era apenas para ouvintes, fazendo assim um aprendizado sem dificuldades.

Elaine Halbercone

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Joelma Remígio de. **O papel do intérprete de libras no contexto da educação inclusiva: problematizando a política e a prática.** Rio de Janeiro: Informativo Técnico-Científico do INES, 2011.

ANDRÉ, M. E. D. A. de. **Etnografia da prática escolar.** Campinas: Papirus, 1995.

BAHIA. **Diretrizes da educação inclusiva no Estado da Bahia.** Secretaria da Educação: Fundação Luís Eduardo Magalhães, 2017.

_____. **Plano Estadual de Educação da Bahia - PEE - 2016 – 2026. Lei Estadual nº. 13.559 de 11 de maio de 2016.** Secretaria da Educação do Estado da Bahia. Disponível em: <<https://cpisp.org.br/17786-2/>> Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. **Plano Municipal de Educação de Salvador (PME) – BA – 2016 – Lei nº 9105/2016.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/plano-municipal-de-educacao-salvador-ba>> Acesso em: 23 fev. 2020.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.** Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Ministério da Educação, Ministério da Justiça, UNESCO, 2006.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 23 fev. 2020.

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em:<https://crianca.mppr.mp.br/arquivos/File/publi/educacao_inclusiva/convencao_pessoas_com_deficiencia_2007.pdf> Acesso em: 02 mai. 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso em 12 mar.2020.

_____. **Lei nº 4.657 de 04 de setembro de 1942.** Dispõe sobre a vigência da Lei de Introdução ao Código Civil. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del4657.htm> Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. **Lei nº 7.853 de 24 de outubro de 1989.** Dispõe sobre 6.949, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – Corde. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7853.htm> Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_ldbn1.pdf> Acesso em: 12 mar. 2020.

_____. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de

deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em 01 dez. 2019.

_____. **Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002.** Institui o Código Civil Brasileiro. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406compilada.htm#art2044> Acesso em: 25 abr. 2021.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm> Acesso em: 01 dez. 2019.

_____. **Lei nº 10.845, de 05 de março de 2004.** Institui o Programa de Complementação ao Atendimento Educacional Especializado às Pessoas Portadoras de Deficiência, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2004-2006/2004/Lei/L10.845.htm> Acesso em 22 fev. 2020.

_____. **Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010.** Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm> Acesso em 24 fev. 2020.

_____. **Lei nº 13.005/2014. Plano Nacional de Educação (PNE).** Determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional no período de 2014 a 2024. Disponível em: <<http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>> > Acesso em 24 ago. 2020.

_____. **Lei 13.146 de 06 de julho de 2015.** Institui a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência (estatuto da pessoa com deficiência). Disponível em: <http://legislacao.planalto.gov.br/legisla/legislacao.nsf/Viw_Identificacao/Lei%2013.146-2015?OpenDocument> Acesso em 23 fev. 2020.

_____. **Decreto nº 5626 de 22 de dezembro de 2005.** Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm> Acesso em 01 dez. 2019.

_____. **Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009.** Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm> Acesso em 23 abr. 2020.

_____. **Decreto nº 7.037, de 21 de dezembro de 2009.** Aprova o Programa Nacional de Direitos Humanos - PNDH-3. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7037.htm> Acesso em 23 abr. 2020.

_____. **Programa de Inclusão de Pessoas com Deficiência.** Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/ipcd/assuntos/sobreoprograma/programa-de-inclusao-da-pessoa-com-deficiencia-na-presidencia-da-republica>> Acesso em 23 fev. 2020.

_____. **Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja).** Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/proeja>> Acesso em 26 fev. 2020.

BOGAS, João Vitor. **A história da Libras, a língua de sinais do Brasil. Comunidade surda, ensino de Libras.** [2016]. Disponível em: <<http://blog.handtalk.me/historia-lingua-de-sinais/>>. Acesso em: 05 dez. 2019.

BREDA, V. S. M. M. **A aplicação da escrita de sinais, SignWriting, no Brasil – In: Revista Leitura V. 1 nº 57 – jan/ jun 2016 – Línguas de Sinais: abordagens teóricas e aplicadas - p. 286 - 305.** Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/2827>>. Acesso em 01 dez. 2019.

BUDYNAS, R. **Elementos de Máquinas de Shigley - 10ª Ed., 2016.** Disponível em: <https://www.academia.edu/40440264/Elementos_de_M%C3%A1quinas_de_Shigley_10a_Edi%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em 15 fev. 2017.

BUENO, J. G. S. **Educação Especial Brasileira: integração/segregação do aluno diferente.** 2. ed. São Paulo: Educ, 2004.

CABRAL, E. **Para uma cronologia da educação dos surdos.** Porto, 2001. Disponível em: <http://www.sj.cefetsc.edu.br/~nepes/docs/Midiateca_artigos/historia_educacao_surdos/texto59.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2019.

CARVALHO, Paulo Vaz. **Breve história dos surdos no mundo e em Portugal.** Lisboa: Surd'Universo, 2007.

CEFET-BA. **Proposta de organização didática dos cursos da educação profissional técnica de nível médio.** Salvador, 2008.

DADA, Z. **Matemática em Libras.** Campo Grande, 2015.

DUARTE, Carlos Alexandre Carvalho. **A Equidade em tempos de 'Liberdades': Direito e Liberdade Religiosa a partir da Reforma de 1517, por Lutero e Calvino.** Disponível em: <<https://cplcarlosalexandre.jusbrasil.com.br/artigos/755395019/a-equidade-em-tempos-de-liberdades>> Acesso em 01 de junho de 2019.

EMBRAPA. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: o que são ods?.** Disponível em: <<https://www.embrapa.br/objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods/o-que-sao-os-ods>> Acesso em 01 de junho de 2022.

FARIAS, IR., SANTOS, AF, SILVA, ES. **Reflexões sobre a inclusão linguística no context escolas.** In: DÍAZ, F., et al., orgs. Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas [online]. Salvador: EDUFBA, 2009, pp. 39-48. ISBN: 978-85-232-0928-5. Available from SciELO Books.

FARTES, VLB, MOREIRA, VC. **Cem anos de educação profissional no Brasil: História e memória do Instituto Federal da Bahia: 1909-2009.** EDUFBA, Salvador, 2009.

FAULSTICH, E. **Sinal-Termo**. Nota lexical (2012). Disponível em: <<http://www.centrolexterm.com.br>> Acesso em 21 de fevereiro de 2020.

_____. **Procedimentos básicos para glossário sistêmico de léxico terminológico: uma proposta para pesquisadores de língua de sinais**. In: ISQUERDO, A. N.; dal CORNO, G. O.M. (Orgs.) **As ciências do léxico: lexicologia, lexicografia e terminologia**, volume VIII, 2016, 13p.

_____. Especificidades semânticas e lexicais: a criação de sinais-termo na língua de sinais brasileira. In: **Léxico e suas Interfaces: descrição, reflexão e ensino**. 1. ed. Araraquara/SP: Cultura Acadêmica, 2016.

FELIPE, Tanya Amara; MONTEIRO, Myrna. **Libras em Contexto: Curso Básico - Livro do Professor**. ed. 6. Brasília/DF: Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, MEC: SEEP, 2007.

FORTES, Vanessa Gosson Gadelha de Freitas. **A inclusão da pessoa com deficiência visual na UFRN: a percepção dos acadêmicos**. 2005. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2005.

FRIAS, EMA. **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular**. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-8.pdf>> Acesso em: 10 ago. 2019.

GAMA, Flausino José da. **Iconographia dos signaes dos surdos-mudos**. Rio de Janeiro: Typographia Universal de E. & H. Laemmert, 1875. (Série Histórica do Instituto Nacional de Educação de Surdos; 1. Rio de Janeiro: INES, 2011).

HESSEL, Carolina, KARNOPP, Lodenir, ROSA, Fabiano. **Cinderela Surda**. Canoas. Editora: ULBRA, 2015.

IFBA. **História do IFBA**. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional/historico/memorial/historia-do-ifba>> Acesso em: 20 jan. 22.

_____. **Resolução nº 25, de 23 de maio de 2016**. Apresenta as normas, critérios e procedimentos da Política de Assistência Estudantil do IFBA. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/proen/departamentos/permanencia-assistencia-estudantil/programa-universais>> Acesso em: 29 fev. 2020.

_____. **Resolução nº 30, de 12 de dezembro de 2017**. Política de Inclusão da Pessoa com Deficiência no âmbito do IFBA. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/institucional/consup/resolucoes-2017/resolucao-30-2017-politica-inclusao-pessoa-com-deficiencia.pdf/view>> Acesso em: 29 fev. 2020.

_____. Edital nº 13 / 2017/DEPAE / IFBA/Campus de Salvador política de assistência estudantil do IFBA 2017 seleção de projetos para desenvolvimento dos programas universais.

_____. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica do IFBA Campus Paulo Afonso**. Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/paulo->

<afonso/anexos-documentos/documentos-institucionais/documentos-gerais/nivel-medio-normas-academicas-cursos-tecnicos.pdf/>> Acesso em: 10 ago. 2019.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2020 - 2024.** Disponível em: <https://portal.ifba.edu.br/menu-de-apoio/paginas-menu-de-apoio/aceso-rapido/pdi-2020-2024/pdi_ifba2020-2024_web.pdf> Acesso em 10 ago. 2019.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Forma Integrada do Ensino Médio.** Curso Criado e Projeto Pedagógico do Curso Aprovado pelo Art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 04/99. *Campus Salvador*, 2010.

_____. **Projeto Pedagógico do Curso Técnico de Nível Médio em Mecânica Forma Integrada do Ensino Médio.** Curso Criado e Projeto Pedagógico do Curso Aprovado pela Resolução nº 112 / 2014. *Campus Salvador*, 2019.

_____. **Projeto Pedagógico Institucional do IFBA.** Disponível em: <<https://portal.ifba.edu.br/salvador/institucional/documentos/ppiifba.pdf/view>> Acesso em 10 ago. 2019.

IBGE. **Censo Sinopse.** <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/pesquisa/23/27652>>. Acesso em: 18 abr. 2021.

_____. **Microdados.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858>> HYPERLINK
"https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858&t=resultados"& HYPERLINK
"https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9663-censo-demografico-2000.html?edicao=9858&t=resultados"t=resultados>. Acesso em: 18 abr. 2021.

INEP. **Plataforma de acompanhamento de dados do Censo Escolar 2019 está disponível. 2020.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/id/6838299>. Acesso em: 15 set. 2020.

_____. **Microdados.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/microdados#>>. Acesso em: 15 set. 2020.

IPEA. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.** < Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods3.html>> Acesso em 04.jan.2022.

JANNUZZI, G.M. **A luta pela educação do deficiente mental no Brasil.** São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1985.

KASSAR, M.C.M. **Percursos da constituição de uma política brasileira de educação especial inclusiva.** Ed. Esp., Marília, v.17, p.41-58, Maio-Ago, 2011. Edição Especial

LIMA, P. A.; VIEIRA, T. **Surdos: a(s) linguagem(ns) como sistemas de representação e organização mental.** São Paulo: Avercamp, 2006.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1995.

MARCONI, Maria de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de pesquisa: Planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados.** 6 ed. São Paulo: Atlas 2006.

MARTINS, G. de A. **Estudo de Caso: Uma Estratégia De Pesquisa**, 2ª edição, Editora Atlas, 2008.

MENDES, E. G. Colaboração entre ensino regular e especial: o caminho do desenvolvimento pessoal para a inclusão escolar. In: MANZINI, E. J. **Inclusão e acessibilidade.** Marília: ABPEE, 2006. p. 29-41.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa.** 2020. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/>>. Acesso em: 22 fev. 2020.

MOURA, M. C.; LODI, A. C. B.; HANRISON, K. M. P. História e educação: o surdo, a oralidade e o uso de sinais. In.: LOPES FILHO, O.; CAMPIOTTO, A. (org.). **Tratado de Fonoaudiologia.** Ribeirão Preto: Tecmedd, 2005. p. 341-363.

MRECH, L. M. **Psicanálise e Educação: novos operadores de leitura.** São Paulo. Editora Pioneira, 2003.

OLIVEIRA, Tais et al. **Sinalizando a Eletrônica.** Salvador: EDIFBA, 2020.

OMS. **Organização Mundial da Saúde.** Disponível em <https://www.who.int/es/emergencias/diseases/novel-coronavirus-2019?adgroupsurvey=%7badgroupsurvey%7d&gclid=EAlaIQobChMlp7ee36mU9QlVWBGzAB3YuwIVEAAYASAAEgKwhvD_BwE> Acesso em 04.jan.2022

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf>. Acesso em 08 out. 2020.

_____. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil.** Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>>. Acesso em 23 fev. 2020.

ogs

_____. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 13 de dezembro de 2007. Disponível em: <<https://www.fundacaodorina.org.br/a-fundacao/deficiencia-visual/convencao-da-onu-sobre-direitos-das-pessoas-com-deficiencia/>>. Acesso em 23 fev. 2020.

OPAS. **Organização Pan Americana de Saúde.** Disponível em <<https://www.paho.org/pt/covid19/historico-da-pandemia-covid-19>>. Acesso em 04.jan.2022

PELLANDA, C.L.G. Possibilidades de inclusão no sistema público de ensino. In: PAROLIN, Isabel (Org). **Aprender a incluir e incluindo para aprender.** São José dos Campos: Pulso Editorial, 2006.

PERLIN, Gládis Teresinha Tachetto. Identidades surdas. In: SKILIAR, Carlos. (Org.). **A surdez: um olhar sobre as diferenças.** Porto Alegre: Mediação, 1998.

PENTEADO, B. M. et al - Telecurso 2000: Curso profissionalizante – Mecânica: **Ensaio dos materiais. V1 e V2.** Rio de Janeiro: Fundação Roberto Marinho, 2003.

REDONDO, Maria Cristina da Fonseca; CARVALHO, Josefina Martins. **Deficiência auditiva**. Brasília: MEC. Secretaria de Educação a Distância, 2000.

ROCHA, José Cláudio. **A Reinvenção Solidária e Participativa da Universidade: Um Estudo sobre Redes de Extensão Universitária**. EDUNEB: Salvador, 2008.

ROCHA, Solange. **O INES e a Educação de Surdos no Brasil**. Rio de Janeiro: INES, 2007.

ROPOLI, E. [HYPERLINK "https://acervodigital.unesp.br/browse?type=author&value=Ropoli%2C+Edilene+Ap+aprecida"](https://acervodigital.unesp.br/browse?type=author&value=Ropoli%2C+Edilene+Ap+aprecida) A. et al. **A educação especial na perspectiva da inclusão escolar: a escola comum inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. Fortaleza, 2010.

ROSA, M. V. de F. P. do C.; ARNOLDI, M. A. G. C. **A entrevista na pesquisa qualitativa: mecanismos para validação dos resultados**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

SÁ, N. R. L. de. **Cultura, poder e educação de surdos**. Manaus: Editora da Universidade Federal do Amazonas, 2002.

SALVADOR. **Lei Orgânica do Município de Salvador/BA**. Câmara Municipal de Salvador - Legislatura 2013/2016, 2016.

_____. **RESOLUÇÃO Nº. 038 de 20 de setembro de 2013**. Conselho Municipal de Educação, 2013.

SANTAELLA, Lucia. **O que é semiótica**. São Paulo: Editora Brasiliense, 2007.

SANTOS, Angélica Niero Mendes dos; SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A educação de surdos no século XIX e a circulação da língua de sinais no Imperial Instituto de surdos-mudos**. Belo Horizonte: Educação em Revista, 2020.

SANTOS, E. S. et al. **Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas**. Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Daniel Neves. **"Língua Brasileira de Sinais (Libras)"**. Brasil Escola. 2018. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/educacao/lingua-brasileira-sinais-libras.htm>>. Acesso em: 11 de junho de 2022.

SILVA, Danilo da; FERNANDES, Sueli de Fátima. **O tradutor intérprete de língua de sinais (TILS) e a política nacional de educação inclusiva em contextos bilíngues para surdos: um estudo da realidade da rede pública estadual paranaense**. Revista Educação Especial, 2018.

SILVA, Dyego Alves da. **Especificação de Requisitos de Software para o Planejamento das Contratações de Tecnologia da Informação**. Brasília: UnB, 2016.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **A educação do surdo no Brasil**. Campinas, SP: Autores Associados; Bragança Paulista, SP: EDUSF, 1999.

SOARES, Fabiana M. R; LACERDA, Cristina B. F. de. O aluno surdo em escola regular: um estudo de caso sobre a construção da identidade. In: GÓES, Maria Cecília Rafael de; LAPLANE, Adriana Lia Frizzman de. (Org.). **Políticas e práticas de educação inclusiva**. Campinas: Autores Associados, 2004.

SOFIATO, Cássia Geciauskas. **A educação de surdos no século XIX: currículo prescrito e modelo de educação**. Cad. Pesq., São Luís, v. 25, n. 2, p.207-224, abr. 2018. Disponível em: <<http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/9329/5544>>. Acesso em: 11 jun. 2022.

STAKE, R. E. **Pesquisa Qualitativa**: estudando como as coisas funcionam. Porto Alegre: Editora Penso, 2011.

STUMPF, M.R. Transcrições de Língua de Sinais Brasileira em SignWriting. In: **III Congresso Ibero-Americano de Informática na Educação Especial**; Fortaleza, 2002. Anais Disponível em: <<http://www.porsinal.pt/index.php?ps=artigos&idt=artc&cat=15&idart=109>>. Acesso em: 15 ago. 2019.

_____. **Aprendizagem de Escrita de Língua de Sinais pelo Sistema Signwriting**: Línguas de Sinais no Papel e no Computador. Porto Alegre: Ufrgs, 2005. Tese (Doutorado Em Informática Na Educação), Pós-Graduação Em Informática Na Educação, Universidade Federal Do Rio Grande Do Sul, 2005.

STUMPF, M. R; QUADROS, R. M; LEITE, T. A. (Orgs.). **Estudos da língua brasileira de sinais**. Florianópolis: Insular, 2013.

TV INES. **Aula de Libras - Parâmetros - Configuração de mãos, ponto de articulação, movimento, orientação e expressão corporal e facial**. 2013. (11:13). Disponível em: <<http://tvines.org.br/?p=707>>. Acesso em: 17 Nov. 2019.

UNEB. **Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI**, 2017-2022.

UNESCO. **Declaração de Salamanca**: linha de ação sobre necessidades educativas especiais (trad. Edílson Alckmin da Cunha). Brasília: CORDE, 1994.

Vygotsky, L.S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo. Editora Fontes, 2001.

YIN, Robert K., **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**, 5ª edição, Editora Bookman, 2014